

Cadornega e Cavazzi: duas considerações diversas sobre a rainha Njinga Mbandi

Jesús García Blázquez

Dissertação de Mestrado
em História do Império Português

Setembro, 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História do Império Português, realizada sob a orientação científica dos Professores Doutores Ana Paula Avelar e Luís Costa e Sousa
Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Agradecimentos

Após meses e a pandemia... Após inúmeras horas diante do ecrã e dos dias fechado em casa... Após do desejo recorrente de me deixar ficar apenas contente com os conhecimentos obtidos durante o primeiro ano deste mestrado...

Após tudo isto é claro que se conseguimos finalmente finalizar a dissertação é graças ao apoio incondicional de amigos e família.

Amigos e família que, mesmo sem compreender bem o porquê da minha decisão de entrar nesta corrida sem uma linha de meta clara para eles, não me deixaram desistir e acreditaram em mim (ainda se alguns deles nem sequer tenham tido a noção de quão importante foi uma piada pelo telemóvel no momento justo ou quão necessário era não expor o seu aborrecimento por ouvir mais uma vez as queixas e dúvidas constantes ao longo do processo).

Muito obrigado aos meus pais e à minha irmã por perguntar; por ligar; por aguentar os desabafos derivados do cansaço e da tensão.

Muito obrigado aos meus amigos (passados e novos) por fingir que não se importavam de não estarmos juntos e que tudo ficava bem na mesma, compreendendo a necessidade de me encerrar em casa, ainda que tivessem preferido que estivesse com eles cada noite ou serão.

Muito obrigado aos Professores Doutores Ana Paula Avelar e Luís Costa e Sousa, sem os quais o desenvolvimento concreto desta tese nunca teria acontecido e pelo apoio e os conselhos durante estes meses que tanto ajudaram a que este desígnio fosse concretizado.

O meu muito obrigado à professora Marta Vicente Marques, pelo seu apoio durante os anos iniciais em Portugal e por conseguir tirar tempo da sua agenda para me ajudar.

Obrigadíssimo a todos por estarem sempre no caminho!

Resumo

Cadornega e Cavazzi: duas considerações diversas sobre a rainha Njinga Mbandi

A rainha Njinga Mbandi é uma das figuras mais importantes da história da região do rio Kwanza do século XVII, sendo possível através da análise do seu percurso de vida, traçar o modo como os portugueses interagiram pelas costas angolanas e pelo sertão e, conseqüentemente, das lutas entre estes e os povos originários daquelas áreas. Tais conflitos surgiram como resultado do expansionismo europeu, e do desejo de incluir zonas de exploração e domínio criando redes comerciais mundiais que passavam pela obtenção de mão de obra escravizada no continente africano.

Todavia, existem poucas fontes primárias que tenham chegado até nós que falem desta personagem e que a descrevam, apesar da marca que o contexto da época necessariamente imprime.

Duas dessas escassas fontes foram as escolhidas para a elaboração da presente dissertação, com o objetivo, de através da comparação analítica das mesmas, traçar um perfil: de um lado, a visão do militar português António de Oliveira de Cadornega na sua obra *História Geral das Guerras Angolanas*; doutro, a do padre capuchinho italiano António Cavazzi da Montecuccolo na sua *Istorica Descrizione de' tre' Regni Congo, Matamba et Angola*.

Através da análise contrastiva destas duas escritas visa-se perceber a representação das figuras mais destacadas do governo de um espaço angolano, nos primórdios da expansão portuguesa por territórios africanos, de maneira a estabelecer as visões convergentes e divergentes, reconstruindo a imagem que ao tempo circulou e do seu contexto epocal, não deixando de analisar as vozes autorais.

Palavras-chave: Njinga Mbandi, Cadornega, Cavazzi, História Geral das Guerras Angolanas, Istorica Descrizione de' tre' Regni Congo, Matamba et Angola.

Abstract

Cadornega and Cavazzi: two different approaches about queen Njinga Mbandi

Queen Njinga Mbandi is one of the most recognisable figures in the history of the Kwanza River region in the 17th century, thanks to whom and to her life trajectory it is possible to understand the ways Portuguese forces interacted along the Angolan coastlines and inner lands and, subsequently, which struggles happened between them and the original people of that area. Those potential conflicts began as a result of the European expansionism and their desire to include new zones to be exploited through the articulation of world merchant nets, based on enslaved labour force by Africans.

Yet, there are few original sources that have survived till modern times that talk about her and which try to show her objectively, despite of the undeniable subjective print that comes around as a result of the time frame dated from that period.

Two of these sources were chosen for the elaboration of the present thesis, with the goal of throwing some comparative light on that woman, through two different perspectives: on one hand, the vision by Portuguese soldier António de Oliveira de Cadornega in his work *História Geral das Guerras Angolanas*; on the other hand, the one by Italian father António Cavazzi da Montecuccolo in his *Istorica Descrizione de' tre' Regni Congo, Matamba et Angola*.

Therefore, throughout a comparative analysis from these two books we aim to comprehend the representation of the most relevant Government figures at the beginning of the Portuguese expansion across African lands in Angola, so as to set both divergent and convergent visions of the queen, rebuilding the image of hers that was circulating in the context of that time, without forgetting to analyse the authors' discourse.

Key words: Njinha Mbandi, Cadornega, Cavazzi, *História Geral das Guerras Angolanas*, *Istorica Descrizione de' tre' Regni Congo, Matamba et Angola*.

Índice

| | Páginas |
|--|---------|
| Introdução | 6-9 |
| 1. Contextos de uma História: António de Cadornega e António Cavazzi | 10-21 |
| 1.1. António de Cadornega e a <i>História Geral das Guerras Angolanas</i> | 10-14 |
| 1.2. António Cavazzi e a <i>Istorica Descrizione de' tre' Regni</i> | 14-21 |
| 2. Njinga Mbandi: da sua representação como mulher e africana | 21-48 |
| 2.1. Estereótipos e preconceitos relativos à mulher africana | 22-27 |
| 2.2. Do valor da sua figura | 27-30 |
| 2.3. Do valor dos seus relacionamentos políticos e sociais | 30-48 |
| 3. Njinga Mbandi: dos seus contatos com as estruturas religiosas europeias | 48-63 |
| 3.1. Quando aconteceu a conversão de Njinga e quais as possíveis motivações? | 49-52 |
| 3.2. Regresso (revitalização) às práticas tradicionais | 52-54 |
| 3.3. Conversão paulatina da rainha? | 54-58 |
| 3.4. Consequências da sua aceitação da fé cristã | 58-63 |
| 4. Njinga Mbandi: da sua ação política-organizativa | 63-79 |
| 4.1. Perante os portugueses | 66-74 |
| 4.2. Perante os holandeses | 74-77 |
| 4.3. Perante os africanos | 77-79 |
| Conclusões finais | 80-90 |
| Bibliografia | 91-94 |
| Bibliografia primária | 91 |
| Bibliografia secundária | 91-94 |
| Anexos | 95-111 |
| Tabela comparativa das duas obras | 95-108 |
| Desejos da rainha Njinga Mbandi após da sua morte | 109-111 |

Introdução

O propósito desta dissertação foca-se na compreensão da figura da rainha Njinga Mbandi através da análise e da comparação de duas das obras basilares coevas que chegaram até os nossos dias: a *História Geral das Guerras Angolanas*¹ de António de Oliveira de Cadornega e a *Istorica Descrizione de' tre' Regni Congo, Matamba et Angola*² do padre capuchinho António Cavazzi da Montecuccolo³.

O tratamento histórico da dita rainha já foi abordado em várias ocasiões por diferentes autores, com diversas perspectivas e com diferentes objetivos. Mas há poucos textos originais e coevos a que possamos recorrer.

De facto, duas das únicas e primeiras obras que a mencionam são as escolhidas para a presente tese, sendo, portanto, trabalhadas e mencionadas em qualquer aproximação que se tenha feito e se quiser fazer sobre Njinga Mbandi.

Mesmo assim, ainda que sejam fontes muito citadas, a análise comparativa tendo por objeto a figura da rainha não tem sido efetuada, deparando-nos com visões de conjunto que se debruçam sobre uma ou outra obra.

Logo, é esse o objetivo da presente dissertação: comparar o que António de Cadornega escreveu sobre a rainha Njinga com aquilo que expôs António Cavazzi⁴.

As razões que subjazem a esta escolha prendem-se fundamentalmente com o facto de estas obras oferecerem duas visões, que apesar de diferentes, permitem traçar um quadro mais aproximado de como esta figura seria percebida na Europa, através destes registos.

Com efeito, por um lado teremos aqui as perspectivas do olhar particular de um soldado português (onde impera o olhar de um militar), porquanto por outra parte também

1 A obra escolhida pode ser consultada nos seus três tomos nos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal. Estes volumes são os que foram consultados durante a elaboração da presente dissertação. Mesmo assim, o último deles também se encontra digitalizado através do eBooks de Google e pode-se consultar facilmente: https://books.google.pt/books?id=dpb-G9V8c0QC&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

2 O texto original encontra-se digitalizado e disponível no seguinte site: https://archive.org/details/bub_gb_3aYPCUKOWZYC/page/n9/mode/2up?view=theater

3 Na presente dissertação foram utilizadas as normas usadas ao longo da parte curricular deste mestrado quer nas menções bibliográficas quer nas notas de rodapé, que coincidem com as estabelecidas pela Faculdade.

4 Mesmo se as normas bibliográficas utilizadas estabelecem prioritariamente o uso dos nomes dos autores pelo seu último apelido, António Cavazzi da Montecuccolo é certamente conhecido a nível historiográfico pelo seu primeiro nome de família (Cavazzi), motivo pelo qual na presente dissertação se continuará esta denominação de agora em diante.

encontramos o olhar de um padre italiano (que se focará mais numa perspectiva espiritual da mesma).

Acreditamos que a análise comparativa dessas duas perspectivas vai enriquecer o debate aberto sobre esta figura histórica, dado que, contando com diferentes formações, finalidades e origens sociais e nacionais, estes dois autores nos podem ajudar muito mais neste *desenho* da rainha Njinga Mbandi através de uma comparação dos seus textos, do que só um estudo pormenorizado de cada um deles individualmente.

Na leitura e análise comparativa destas obras focalizar-nos-emos naqueles discursos e capítulos que estão em relação com a rainha, tendo-se sempre em consideração o contexto bibliográfico e social no que estes textos foram produzidos, para assim tentarmos perceber qual foi o olhar específico que ficaria na Europa desta figura.

Mesmo se o objetivo da presente dissertação não está nos dois escritores, é preciso saber quais as trajetórias de ambos os autores e os relacionamentos que tiveram com Njinga Mbandi, dado que este conhecimento favorecerá a compreensão dos seus escritos e da forma como a descrevem, ajudando-nos a uma análise mais objetiva.

Podemos considerar os dois livros como fontes primárias, pois os dois homens viveram na região então governada pela rainha Njinga Mbandi.

Todavia, os primeiros capítulos do primeiro tomo da obra de Cadornega descrevem o tempo anterior à sua chegada a Luanda, ao passo que Cavazzi só aí chegaria a quase no final da vida da soberana. É por isto que, em ambos os casos, os autores afirmam em numerosas ocasiões que determinadas informações foram coligidas a partir do que eles próprios puderam ler ou ouvir, mas não testemunhar diretamente.

Seja como for, os dois homens estiveram no mesmo espaço geográfico sob controlo português (ou o espaço “natural” da expansão portuguesa, ainda estivesse fora do seu domínio efetivo nessa altura) na época em que a rainha Njinga governou, e narram a sua atuação e mesmo o convívio que com ela tiveram, nomeadamente o padre capuchinho, que desempenhou o papel de confessor.

Se fizermos uma análise comparativa e sucinta destas narrativas veríamos que as duas apresentam uma exposição extensa a nível etnográfico e geográfico do território do Kwanza (pois é esta a área regional de descrição); que nenhuma delas se detém apenas na descrição da rainha; que foram começadas após a sua morte; que perseguiam outros objetivos (além dos meramente descritivos), partilhando certas semelhanças no modo como descrevem Mbandi (em termos muito gerais que, ao longo desta tese, iremos desconstruir até certo ponto).

Os costumes; as organizações tribais; as relações entre diferentes povos... todos estes assuntos aparecem no passar das páginas, sendo-lhes dedicados capítulos e seções inteiras.

A rainha Njinga é tratada com destaque pelos dois autores, mas nenhum tem como objetivo primeiro e último a apresentação desta ao leitor.

No caso do militar português António de Cadornega este visa através da sua narrativa garantir possíveis nomeações ou quaisquer outros benefícios régios, servindo-se deste tipo de escritos (tão na moda da época) para tais fins.

Já o padre italiano António Cavazzi procura ressaltar a importância da evangelização na propagação da fé cristã católica e, mais especificamente, evidencia a ação da congregação capuchinha, à qual pertence.

Um tem o olhar em Lisboa; na expansão portuguesa e na sua própria progressão social. O outro em Roma; no crescimento do número de fiéis sob domínio direto da igreja católica (num tempo de lutas contra a dissidência ideológica no continente europeu) e da importância dos capuchinhos no seio de outras ordens religiosas (nomeadamente, os jesuítas).

Cadornega teria finalizado o seu livro quase vinte anos após a morte da rainha e até ao século XIX/XX permanece manuscrito. Quando este é publicado, será um dos primeiros relatos sobre a presença portuguesa no espaço angolano.

O livro de Cavazzi verá a luz dez anos após a morte do seu autor (e, mais uma vez, quase vinte anos após a morte da rainha), mas só será traduzido para português em pleno século XX.

Portanto, encontramos-nos perante duas obras bastante diferentes no que concerne a sua recepção pelo leitor e espaço de difusão.

Toda a presente dissertação parte do trabalho dos originais em versão italiana do padre capuchinho e em português da primeira versão tipográfica da obra do militar luso, dado que os manuscritos desta não estão ao nosso alcance. Este último livro data dos anos quarenta do passado século XX e vem anotado e corrigido pela mão do padre José Matias Delgado (nos seus dois primeiros tomos) e foi igualmente revista e anotada por Manuel Alves da Cunha (no seu terceiro volume, após a morte do revisor), que o comentam ainda ao longo da transcrição, procurando clarificar aspectos ou passagens mais obscuras da redação original.

Com esta ideia em mente, veremos que os fragmentos escolhidos como exemplos das comparações que iremos fazer aparecerão na língua original, respeitando a ortografia utilizada nos dois livros. O mesmo sucede com as transcrições e trechos recolhidos que surgem quer na própria dissertação quer nos anexos por se considerar suficientemente relevantes para serem incluídos na sua totalidade.

Para concluir esta introdução que pretende exemplificar e apoiar as ideias concretas que serão a seguir mencionadas, é necessário apresentar uma comparação exaustiva dos trechos dos dois livros nos quais os autores mencionam Njinga Mbandi, de modo a poder construir uma visão mais concreta e pormenorizada daquilo que os autores referem exatamente, em quais contextos e de que forma o fizeram.

Após as conclusões finais apresenta-se uma tabela, subdivida em duas colunas (cada uma das quais dedicada a cada uma das duas obras) e organizada segundo os pontos principais nesta dissertação, já que é inviável a inclusão ao longo deste trabalho da totalidade do texto de cada obra.

Na elaboração da tabela surge (tal como na própria dissertação) a questão de quando uma determinada ideia deve ser incluída comparativamente nas relações de Njinga com os seus pares. Por exemplo, se estamos perante uma estrita valorização da pessoa da rainha, dado que os autores fizeram um uso sistemático desta mulher ao longo das suas obras. Um uso extensivo e intrincado desta apreciação, implica que um aspecto concreto se poderia perceber desde diferentes perspectivas ao mesmo tempo, em numerosas ocasiões nas duas obras.

Se tivermos em consideração o eurocentrismo que impera na sociedade da época; a consideração da sociedade africana; dos povos pagãos e a posição da mulher do momento, é expectável uma visão geral negativa de Njinga Mbandi e das suas ações face aos portugueses e à igreja.

Descreve-se uma mulher africana que guerreava corpo a corpo; que agia como soberana e que mantinha e perpetuava ritos demoníacos anticristãos.

Representava uma oposição clara a todos os esquemas mentais europeus:

Como mulher não apresentava um comportamento submisso face aos homens, depois lutava e governava diretamente, a nível político e militar.

Como africana comportava-se de uma maneira não submissa face aos europeus, contrariando a perspectiva dos autores, que se entendiam superiores aos povos nativos.

Como pagã não se submetia completamente à igreja católica, apesar de ter aceitado ser batizada, e posteriormente ter renegado o cristianismo, voltando a promover os ritos ancestrais, considerados pelo catolicismo como sacrílegos.

Apesar de em determinados momentos António de Cadornega transmitir uma certa admiração e Cavazzi referir positivamente a conversão de Njinga (isto é, no momento em que esta começa a seguir os cânones cristãos que o padre capuchinho venera), os dois não deixam de a considerar uma ameaça à *verdadeira fé* e ao expansionismo português.

Por conseguinte, a partir destas linhas, vamos debruçar-nos sobre a figura desta mulher usando como eixos principais essas duas obras da exploração angolana, tendo em conta todos os aspectos salientados previamente.

1. Contextos de uma História: António de Cadornega e António Cavazzi

A comparação entre quaisquer textos ou autores deve logo começar pela descrição dos documentos, antes de se mergulhar numa análise hermenêutica do seu conteúdo, estabelecendo semelhanças ou diferenças.

Encontramo-nos perante dois homens com uma origem bem diferente, já não só no que respeita à sua origem cultural e social, mas tendo em atenção aqueles que foram os objetivos dos seus escritos.

1.1 António de Cadornega e a *História Geral das Guerras Angolanas*

António de Cadornega foi um militar português cuja presença no contexto angolano derivou muito provavelmente do seu desejo de se afastar da realidade imediata e da perspectiva obscura que se apresentava diante dele.

Mesmo se parece existir acordo no que respeita à sua morte em 1690 em Luanda, ainda não há um claro consenso no que respeita à sua data de nascimento. Alguns autores consideram que o documento dos arquivos do seu batizado não pode estar de acordo em relação à sua chegada a Angola, enquanto outros acreditam que deva ser considerado correto.

Segundo Priscila M. Weber (2014)⁵, sabemos que há um registo no distrito de Évora (Vila Viçosa), no qual está inscrito o seu batizado a 2 de março de 1624.

Desde essa data até que vai para as terras de além-mar controladas pelos portugueses nas costas angolanas teriam passado só quinze anos. Em 1639 entra, como soldado, no exército, através da compra deste lugar, prática que seria corrente na casa dos Habsburgo e dos Bragança, e que se teria até intensificado por esta altura devido às dificuldades sentidas pela coroa para enviar colonos e agentes para África. António de Cadornega embarcou então com Pedro César de Meneses rumo a Luanda.

⁵ WEBER, Priscila Maria *Um (con)texto de degredos: António de Oliveira de Cadornega e a escrita da Obra História Geral das Guerras Angolanas*, XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (2014).

Mesmo se isto for assim, tal e como refere a própria autora antes mencionada, não há registo nenhum no qual apareça o nome de Cadornega nas doações, ofícios e mercês entre 1621 e 1640.

Entre os que sustentam que o militar tinha de ter nascido muito antes do seu batizado apoiam-se no facto que se conhece o momento da partida e chegada a Angola em finais dos anos trinta do século XVII. Por conseguinte, se tomarmos por certa a data do seu batismo, Cadornega teria ingressado na estrutura militar e chegado muito jovem a África.

Contra esta hipótese, Beatrix Heintze (2007)⁶ proporia que Cadornega teria nascido em 1610, e que só seria batizado posteriormente, devido ao facto de ser de origem judaica. Se isto for assim, ele chegaria a Angola com vinte e nove anos e não quinze.

Os argumentos específicos usados para adiar a possível data do seu nascimento, foram igualmente expostos por Mário João Lázaro Vicente (2021)⁷ e passam pelas incongruências que teriam a data de 1624 como correta e a idade de quinze anos para a sua chegada a África. Possuímos igualmente a informação que seu pai teria estado nas costas angolanas e em Buenos Aires, e que Cadornega seria alferes e estaria já reformado em 1649, pois numa outra obra que escreveria e que estaria datada de 1684 referiria a sua terra natal, de onde teria partido com quinze anos.

Já os que defendem a proximidade entre a data de nascimento e a do batizado, fazem-no porque consideram que os propósitos primeiros na escrita dos seus textos eram a defesa da sua pertença à comunidade cristã.

Existe um indiscutível facto histórico: António de Cadornega era, por via materna, de origem hebraica. É por todos conhecida a situação desta comunidade dentro da sociedade da época e como foi constringida a uma integração em finais do século XV, abjurando da sua fé ou escolhendo o caminho do exílio.

Os que ficaram, mesmo convertidos, viveram durante gerações com o estigma de terem essa origem, sentindo continuamente a pressão de um possível processo inquisitorial, que podia chegar em qualquer momento se alguém os denunciasse, mantendo alguns clandestinamente as suas antigas práticas.

Foi esta a sorte que em 1662 viveram as irmãs e a mãe de Cadornega, muitos anos após a sua partida de Portugal. De facto, a mãe morreria na cadeia durante o seu julgamento às mãos

6 HEINTZE, Beatrix *Angola nos Séculos XVI e XVIII. Estudos sobre Fontes, Métodos e História* Kilombelombe, Luanda (2007).

7 VICENTE, Mário João Lázaro *Os Sobas e a Construção de Angola nos Século XVI e XVII* Faculdade de Ciências Sociais e Humanadas – Dissertação de Mestrado, Lisboa (2021).

da Inquisição e uma das irmãs foi punida com a expulsão da sua aldeia por ter sido considerada culpada da prática de judaísmo. Não se conhecem os registos relativos à sua outra irmã.

Por via paterna o próprio autor ressalta na sua obra dois factos: a relação que a sua família tinha desde há tempo com a nova casa reinante em Portugal (os Bragança) e a experiência ultramarina que o seu pai tivera antes dele.

Neste sentido, só o pai é especificamente mencionado na obra de Cadornega, não se incluindo menção nem às suas irmãs, nem à sua mãe, nem existindo uma explícita referência ao irmão (além do nome), que no mesmo barco o acompanharia na sua partida de Portugal. Contudo, não foi só a fuga às malhas da inquisição que ditariam este destino: Cardonega procuraria também melhores condições económicas, como podemos ler mais uma vez na dissertação de Mário J.L. Vicente (2021)⁸.

Se juntarmos todos estes dados (origem hebraica; pressão eclesiástica; experiência náutica anterior do pai e relação com a linhagem que faria finalmente fortuna no trono português após a queda dos Habsburgo em 1640), encontramos-nos perante um homem que viu na sua saída de Portugal uma via de sobrevivência face a um futuro incerto e na escrita dessa obra, *História Geral das Guerras Angolanas*, um veículo de exaltação de quão relevante foi - e ainda era - a sua presença em Angola para a coroa portuguesa.

Em 1639, Cadornega chega a Angola com o seu irmão (em relação ao qual deixamos de ter notícias) e nunca mais voltará a Lisboa, morrendo em Luanda quase quarenta anos depois. Aceita-se a data de 1690 como o ano da sua morte.

É importante sublinhar estas datas, para que se possa contextualizar o facto de a-rainha Njinga Mbandi ter nascido na década de oitenta do século XVI, sendo que quando Cadornega começa a sua carreira militar em Angola já vários dos acontecimentos que ele relatou teriam sucedido.

Esta situação implica que ele teria consultado nos arquivos em Massangano grande parte da documentação que utilizou, pois seria aí que ele seria nomeado capitão, chegando a criar em 1649 uma misericórdia.

Nesta povoação viveu durante um longo período, sendo importante notar que os portugueses aí teriam assentado praça após a queda de Luanda às mãos dos holandeses em 1641, constituindo-se durante os sete anos da ocupação flamenga o centro do poder da resistência portuguesa nesta zona. Os portugueses ali permaneceriam até 1669, muito depois

⁸ VICENTE, Mário João Lázaro (2021), páginas 20 e 21.

da saída dos holandeses daquelas paragens e da restauração quer do poder luso no Kwanza, quer da linhagem dos Bragança no trono em Lisboa⁹.

Durante quase vinte anos Cardonega viveu no mesmo espaço físico em que Mbandi interagiu com os portugueses. Mesmo assim, e após termos lido a sua obra, não é fácil concluir se existiram contatos diretos entre os dois.

Dito de outra maneira, é clara a coexistência no mesmo tempo e espaço de ambos, mas não podemos afirmar categoricamente que houvesse um só encontro real entre eles. Pelo menos, não o podemos afirmar apenas através da leitura das suas próprias páginas.

Sem nunca esquecermos a vontade de permanecer em terras africanas, depois de se transferir para Luanda, onde acabaria a sua vida como juiz, será só por volta do 1670 ou 1671 que começa a escrever a sua obra. Nela transparecem, já no princípio e na dedicatória do livro, as relações com a nova casa real e o tempo da sua vida transcorrido em Angola, destacando os acontecimentos, as batalhas, os sucessos e as confrontações dos portugueses na conquista destes reinos face aos diferentes inimigos e adversidades:

“(...) o que obraram os Portugueses em o Serviço da Coroa de Portugal e exaltação da Santa Fé Católica entre tantos bárbaros idólatras, inimigos da sua santa Lei, - me dispus a fazer êste compêndio, que assim se pode chamar pelo muito que se pudera escrever (...) Servirá para animar a que haja quem com melhor estilo o pondere, lime e escreva, as quais notícias darei por haver 40 anos que assisto neste Reino de Angola, vindo a êle por soldádo, servido ao Príncipe Nosso Senhor na éra de 639, em companhia do Governador e Capitão Geral Pedro César de Meneses (...)”¹⁰

Beatrix Heintze (2007)¹¹ defende que, para Cadornega, o regresso não significava qualquer vantagem nem era aconselhável, pois a sua família estava a ser julgada por heresia e porque ele se tinha envolvido no comércio de escravos que lhe permitia obter importantes dividendos económicos, como referido por Priscila M. Weber (2020)¹².

Esta autora, para além de mencionar esta situação, assinala o facto de, possivelmente, Cadornega ter por esta via boas relações comerciais tanto com flamengos (sendo muitos

⁹ BOXER, C.R. *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola 1602-1686*, University of London, the Athlone Press, (1956).

¹⁰ REVISTA ILUSTRADA DE ASSUNTOS HISTÓRICOS ANGOLANOS *Diogo-Caão*, Imprensa Lucas & C., Número 5, II Série (1933).

¹¹ HEINTZE, Beatrix *Angola nos Séculos XVI e XVIII. Estudos sobre Fontes, Métodos e História* Kilombelombe, Luanda (2007).

¹² WEBER, Priscila Maria *Aos Bragança, Angola: a obra manuscrita de Oliveira de Cadornega como moeda de troca para permanecer em Angola (século XVII)*, História, debates e tendências, Passo Fundo, (2020).

destes mercadores cristãos novos com origem hebraica), como com lusitanos. O nosso militar não refere este trato ilícito nas páginas de uma obra que visava a exaltação portuguesa, os seus *legítimos avanços* pelo sertão angolano e *a justa entronização da nova casa reinante*. Estes eram os motivos evocados que serviriam a Cardonega ali permanecer e fazer carreira.

Como consequência direta disto, importa destacar dois aspectos relacionados para a consecução deste fim: por um lado, destacando-se os avanços portugueses pelo sertão, enaltece-se a sua figura e a sua valia nesses êxitos, procurando ativamente o reconhecimento da sua importância na manutenção portuguesa em Angola e, portanto, na consolidação da nova casa reinante no espaço além-mar. Por outro lado, só através da identificação dos inimigos e da descrição do esforço português em batalhas sanguinárias é que o autor salientaria os sucessos de qualquer um dos exércitos.

Neste caso, e ainda que não sendo a única figura descrita na sua obra, Njinga Mbandi protagoniza a excelência no combate, sendo considerada imbatível, muito astuta e inteligente. Este perfil aguerrido e combatente valoriza ainda mais as vitórias portuguesas.

De outra parte, esta não é uma obra de leitura simples, mesmo se escrita em português. A organização geral dos volumes segue uma sequência cronológica clara, ainda que esta mesma clareza se perca ao longo das páginas e dos parágrafos; resultando em muitas ocasiões numa algo confusa interrelação de momentos, de pessoas e de lugares.

Se o primeiro dos volumes narra o que aconteceu em Angola antes da chegada de Cadornega, o segundo descreve factos coevos à presença do autor. Já o último dos três volumes distancia-se da organização discursiva dos anteriores, dado que apresenta uma visão mais descritiva de costumes e povos e não tanto dos acontecimentos históricos.

Mas a narrativa conta com uma estrutura interna que faz com que o leitor deva reler em numerosas ocasiões as mesmas linhas e parágrafos para perceber o que se está a dizer ou de quem se está a falar num momento dado, ficando, por vezes, dúvidas de quando um facto aconteceu naquela que é a sequência temporal do discurso.

1.2 António Cavazzi e a *Istorica Descrizione de' tre' Regni*

No que respeita à outra obra escolhida para esta dissertação, *Istorica Descrizione de' tre' Regni Congo, Matamba et Angola*, e o seu autor, o padre Cavazzi, podemos dizer que configura um caso diferente de António Cardonega. De facto, Cavazzi não sofreu os mesmos constrangimentos sociais impostos a Cardonega (conta com uma origem aristocrática, como depois será mencionado, e pertence a estrutura religiosa que estabelece quais as normas e usos

sociais aceitáveis e quais não), e que tiveram um peso considerável na altura em que o português rumou a África, para aí se estabelecer em dois períodos diferentes: do 1654 até ao 1668 (momento no qual conhece a rainha Njinga nos seus últimos anos de vida) e do 1673 ao 1677 (momento no qual regressa a Itália), sendo que o intervalo entre 1668 e 1673 permaneceu na sua congregação (mais uma vez, em Itália) a redatar o seu livro.

António Cavazzi da Montecuccolo foi um padre da companhia dos capuchinhos que já contava com uma trajetória dentro desta congregação quando foi enviado para Angola para consolidar e aumentar a presença da fé cristã, com mais alguns dos seus correligionários. Faz-se padre em 1640 e, apesar do seu desejo de ser missionário, os seus superiores não o consideraram inicialmente apto para tais funções. Nove anos depois, tentaria mais uma vez ser enviado às missões e assim o solicita à *Propaganda Fide*, que novamente rejeita esta possibilidade. Desta maneira, só irá para África em 1654 (como indicado anteriormente).

Ao contrário do que sucede com Cardonega, conhece-se a data de nascimento e morte de Cavazzi. Sabemos quando nasceu e morreu com maior precisão do que para o militar português: nasce em 1621 e faleceu em 1678. Portanto, o frade italiano é contemporâneo e testemunha presencial quase perfeito para a época em que Cadornega permaneceu em África.

Mesmo assim, não há nenhuma fonte que indique que estes dois homens chegaram a conhecer-se pessoalmente, ainda se tenham movimentado no mesmo tempo e no mesmo espaço.

Ingrid Silva de Oliveira (2011)¹³ refere as datas de permanência de António Cavazzi em África nos dois períodos indicados previamente (1654 a 1668 e 1673 a 1677). O facto do padre permanecer por tempos relativamente curtos em terras africanas, e com um intervalo pelo meio, contrasta com a realidade vivida por Cadornega, que nunca regressa a Portugal.

Por outro lado, esta autora também indica uma diferença importante entre as duas viagens do padre: na primeira (começos da década dos cinquenta do século XVII) o seu barco não passa por Lisboa, enquanto na sua segunda viagem (aproximadamente iniciada vinte anos após do começo da primeira) sim terá passado pela capital portuguesa previamente, onde faria entrega de uma carta escrita pelo rei do Congo ao príncipe regente, Dom Pedro.

Cavazzi contaria com mais um período muito curto de volta à África, por quatro anos, entre 1673 e 1677, regressando ao continente europeu afetado por doenças e febres que finalmente acabariam levar à sua morte na data assinalada anteriormente.

13 DE OLIVEIRA, Ingrid Silva *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*, Instituto de Ciências Humanas e Sociais Multidisciplinar, Curso de Mestrado em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2011).

Esta autora escreve como, pelo facto de contar com um nobre como padrinho e por especificar o seu apelido na obra que escreveu, se poderia deduzir que pertenceu ou poderia ter uma origem aristocrática.

Como consequência de tudo o que foi exposto anteriormente, é óbvio que estes dois homens se situavam nos antípodas sociais e religiosos, dado que Cavazzi formava parte da estrutura religiosa coerciva que imperava, contra a qual Cadornega temia poder vir a colidir.

Mesmo assim, o padre também viveu numa situação convulsa no seio da igreja e da cristandade no seu conjunto:

Havia mais de um século que começavam as divisões no que respeita ao reconhecimento de Roma e da prática católica na Europa, sucedendo mais uma cisma no ocidente entre as novas igrejas reformadas protestantes, que trouxe as mesmas convulsões que se viveram com o cisma das igrejas orientais, quase quinhentos anos atrás.

Ainda que esta situação levantasse questões na própria Europa (com os tratados de paz de Augsburg de 1555 e a paz de Vestefália das guerras dos trinta anos, recentemente assinada em 1648 e a aceitação da existência dos ramos calvinista, luterano, anglicano...), a realidade além-mar estava ainda relativamente calma, dado que os oceanos se mantiveram durante a quase totalidade do século XVI nas mãos exclusivas das potências marítimas de Portugal e Espanha, forte e inquestionavelmente católicas.

Lembremos quais as principais características destes acordos e o porquê da sua importância:

A Paz de Augsburg foi firmada entre o então imperador alemão, Carlos V, e os principados e territórios dissidentes dentro do império para terminar o conflito religioso que se espalhou pela Europa nos começos do século XVI com a aparição das reformas das igrejas protestantes, que questionavam a igreja católica de Roma. Consequentemente, aceitou-se que cada soberano teria capacidade para decidir qual versão do cristianismo ia ser seguida nos seus estados.

A pesar de movida para pôr fim ao conflito, o facto é que a guerra religiosa voltou começar nos anos vinte do seguinte século, tendo trinta anos de lutas que acabaram com a Paz de Vestefália que a finalizou e pressupunha o entendimento entre os reinos de França e Suécia, as Províncias Unidas, numerosos príncipes alemães dentro do Sacro Império Romano, o próprio imperador alemão e a monarquia hispânica. Foram assinados dois tratados que estabeleceram e redesenharam várias fronteiras dentro do continente europeu, entre as quais as holandesas; o poder do imperador germânico foi limitado e afirmava-se mais uma vez a liberdade dos diferentes príncipes para fixar qual modalidade de cristianismo é que seria

professada nos seus respectivos territórios. Ainda assim, as questões entre França e Espanha, de um lado, e entre esta última, as Províncias Unidas e Portugal, de outro, todavia continuaram.

Não obstante isto fosse mudar a partir do século no qual nos centramos.

Na viragem do XVI para o XVII vemos o começo do expansionismo marítimo de nações como a Inglaterra e, especialmente para o nosso caso, das Províncias Unidas do que seriam posteriormente os Países Baixos, que abraçaram a reforma protestante em diferentes versões.

Muito brevemente, podemos lembrar que, por heranças e uniões de casas de diferentes ramos e monarquias europeias, as modernas terras neerlandesas e belgas caíram sob o controlo dos Habsburgo hispânicos, criando-se quase a seguir um conflito com as regiões mais setentrionais, que abraçaram a reforma protestante e procuraram a sua independência, surgindo um império marítimo “parasitando”, na maior parte das zonas controladas por aqueles.

Dado que por aquela época a coroa lusitana também caiu nas mãos da mesma casa real, as colónias portuguesas sul-americanas, africanas e asiáticas transformaram-se num alvo legítimo mais exequível de ser conquistado, por estar menos provido de forças militares do que as colónias americanas hispânicas.

Por outro lado, e ainda que a fé cristã que então se implantava em terras africanas continuasse a ser maioritariamente católica, surgiu mais uma disputa interna ao espaço católico, e que haveria de afetar substancialmente as premissas sob as quais atuavam a igreja e a coroa portuguesas. De facto, o *Padroado* português viu-se contestado pela *Propaganda Fide* proveniente de Roma, que procurava recuperar um maior controlo em resposta ao contexto da luta contra o protestantismo.

Esta doutrina, oficializada a partir do ano 1622, questionava o *Padroado* e as prerrogativas que ostentava respeito à evangelização católica da coroa portuguesa, através do qual nenhum bispo podia ser nomeado sem permissão do rei luso e nenhuma missão podia atuar sem a sua autorização.

Lembremos que o *Padroado* português conferia grandes poderes e independência à coroa portuguesa para decidir sobre assuntos religiosos, nomeadamente no que concerne à propagação da fé. Por outro lado, torna-se evidente que, passado aproximadamente um século dessa quase total autonomia e monopólio, Roma quis recuperar um controlo direto, assegurando assim a sua tutela.

Ante este questionamento, a coroa portuguesa argumentou que nunca tinha banido qualquer missão de agentes estrangeiros nos territórios sob o seu domínio, desde que o fizessem com a dita autorização régia e permanecessem fiéis à administração de Lisboa.

A pesar disto, estamos evidentemente num momento crítico e de grande vulnerabilidade da coroa portuguesa, desde que às lutas pela recuperação do controlo do seu império colonial (quer contra os espanhóis, quer contra os holandeses) e das suas áreas de expansão, se soma a luta na própria metrópole contra a casa de Habsburgo, porque era no Portugal europeu que se jogava o futuro conflito. De facto, Felipe III controlava grande parte de Itália, o que necessariamente haveria de forçar a decisão do Papa sobre a legitimidade da casa de Bragança e, por conseguinte, a sua legitimidade sobre o *Padroado*. A situação só haveria de ser resolvida com a aceitação por parte da monarquia hispânica da perda do trono português e do conseguinte reconhecimento oficial do monarca luso através dos tratados de paz entre Madrid e Lisboa em 1668, cuja data é quase coincidente com a morte da rainha Njinga.

Neste quadro geral, as diferentes ordens religiosas posicionavam-se como mais confiáveis e próximas de cada uma das facções. Este foi o caso da companhia dos capuchinhos, alinhada com a tese da *Propaganda Fide*¹⁴, em contraponto com a companhia de Jesus.

Mesmo assim também haveria choques entre os jesuítas e as autoridades governamentais portuguesas.

Neste contexto, António Cavazzi chegou a Angola junto de outros padres da companhia pela primeira vez em 1654 para assegurar a conversão e o aumento dos povos dentro da fé católica, mas também como um agente para impor a presença de Roma frente a Lisboa.

Voltando à rainha Njinga, não há dúvidas que, ao contrário do Cardonega, Cavazzi conheceu-a pessoalmente, ou privou de perto com ela, após da morte do seu primeiro confessor, o padre Gaeta.

Seguindo a Ioneide M. Piffano Brion de Souza (2018)¹⁵ devemos recordar que foi o padre Gaeta quem esteve na origem da reincorporação da rainha na fé cristã e quem lhe serviu como confessor até à sua morte no ano 1663, momento a partir do qual será António Cavazzi quem o substitui nessas funções até ao falecimento de Mbandi.

¹⁴ BOSCHI, Caio *As missões na África e no Oriente*, História da Expansão Portuguesa (direcção de BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti), Círculo de Leitores, Volume II, páginas 408 e 409 (1998).
¹⁵ DE SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion *Cavazzi e o Enselvamento de Nzinga Mbandi*, Revista Ars Historica, nº 17, páginas 58-77 (2018).

O facto que trouxe a alteração no contexto político e diplomático da região foi a recuperação do controlo português do território angolano e a expulsão dos holandeses deste espaço. Em consequência, a rainha Njinga tentaria uma nova aproximação quer face aos lusos, quer face à igreja católica, voltando a abraçar o cristianismo e solicitando que lhe fossem enviados padres para fortalecer a conversão das suas gentes. Um dos selecionados foi António Cavazzi.

Assim, o relato de Cavazzi constitui uma obra chave no que diz respeito à descrição da rainha, refletindo um olhar bastante diferenciado em função do momento da vida de Njinga sobre o qual recai a descrição: para os momentos prévios à sua chegada, bebe (como também o fizera Cadornega) de fontes prévias, carregadas de conotações negativas (devemos lembrar que, ainda chegasse a África em 1654, só teria um relacionamento intenso e direto com Njinga no começo da década dos sessenta aquando se converteu no seu confessor, sendo que ela morreu em 1663); enquanto apresenta uma visão mais gentil de Njinga dos últimos anos, virada face à igreja e com quem teve um contato real.

Apesar de Cavazzi escrever a obra a partir do seu testemunho pessoal (em primeira mão), deve-se destacar que o texto definitivo só será publicado em 1687, anos depois da morte do autor. Como refere Joseph A. Levi (1999)¹⁶, a versão impressa será revista e aprovada pelas autoridades eclesiásticas. Identifica também a existência em 1969 de manuscritos anunciados pela *Accademia Nazionale di Scienze e Arti*, conhecidos como *Manoscritti Araldi*, que constituiriam os rascunhos originais do Cavazzi, permitindo aceder à forma original desta obra, antes da revisão imposta pela ortodoxia eclesiástica.

A principal ideia que Cavazzi parece querer transmitir-nos será uma visão dual no que respeita à reconversão da rainha Njinga: por um lado, uma declaração da bondade e “superioridade” da religião cristã católica frente às práticas pagãs (mas seguramente também perante às igrejas reformadas), ao tempo que enfatiza o progresso dos capuchinhos desde a chegada, em 1645, desta congregação à região¹⁷ e o seu sucesso entre os gentios, em clara “concorrência” com outras ordens, nomeadamente os jesuítas.

De facto, os frades capuchinhos foram os europeus que mais tempo permaneceram nas missões nesta zona da África, pelo que os seus arquivos são uma fonte incontornável de informação para o estudo da região.

16 LEVI, Joseph Abraham *Padre Giovanni Antonio Cavazzi, (1621-1678), nos reinos do “Congo, Matamba et Angola”*. *Primeiros Contactos Europeus com a África*, Universidade de Iowa, Est. Port. Afric., Campinas (1999).

17 Ainda que já em 1618, o rei do Congo, D. Álvaro III, tivesse solicitado ao Papa o envio de missionários capuchinhos para pregar o evangelho.

O seu livro, escrito em italiano, não foi dirigido ao rei de Portugal, como foi o de Cadornega, mas encontrou lugar nos arquivos eclesiásticos e funcionou mais como um relatório do processo de propagação da fé. Assim sendo, um dos factos relevantes do texto de Cavazzi consiste na visão que nos proporciona sobre o poder de Roma e do Papa face a Lisboa (leia-se qualquer outra coroa ou poder temporal). Poder que se tenta reforçar devido a época tumultuosa na qual se encontram.

Em relação direta com o que afirmámos, convém recordar que não só o objetivo final das duas obras é diferente, mas também que as duas nascem de duas aproximações distintas em dois momentos muito diferentes (como referido por Ingrid S. de Oliveira)¹⁸:

António de Cadornega escreveu o seu texto ainda em Luanda e, pelo que se sabe, sem qualquer solicitação explícita por parte de outrem. Podemos, portanto, concluir (na falta de outros dados concretos) que a redação da *História Geral* resultou da sua iniciativa individual.

António Cavazzi escreveu o seu livro entre 1669 e 1672, anos nos quais permaneceu em Itália entre as suas duas viagens a África e, ao contrário do que sucedeu com Cardonega, resultou de uma solicitação expressa do secretário da sua ordem, em nome do cardeal-prefeito. Para levar a cabo este trabalho, Cavazzi recorreu não só à experiência recolhida durante a estadia em Angola, mas também pela consulta dos arquivos eclesiásticos a que teve acesso.

Por outro lado, do mesmo modo que para Cadornega uma Njinga mais forte faz com que as conquistas militares sejam mais destacáveis, para Cavazzi uma Mbandi descrente do cristianismo faz com que o seu abraço a Cristo seja mais desejado e assinalável. Sendo assim, o facto da rainha ter sido descrita previamente como sanguinária e ímpia vem transmitir-nos essa ideia.

Portanto, num dos casos sublinha o poder da coroa - e das armas portuguesas (não esquecer que Cardonega é um militar) enquanto no outro reivindica o poder da fé católica, e de Roma em especial.

Além disso, o texto apresenta-se com uma leitura mais simples e bem construída do que o do militar português, colocando menos dificuldades ao leitor.

Analisadas as características gerais dos dois textos e dos autores, vamos começar a aprofundar na figura da rainha Njinga Mbandi ao longo dos capítulos e parágrafos em estas duas obras se debruçam sobre esta personagem pesquisando as semelhanças e diferenças, no

18 DE OLIVEIRA, Ingrid Silva *Cavazzi e Cadornega: entre semelhanças e diferenças na escrita da história da África Centro-Occidental (século XVII)*, XIV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, Rio de Janeiro (2010).

que respeita à visão que dela tiveram a nível humano (quer como mulher, quer como nativa africana); o confronto com a religião católica portuguesa; a apreciação como soberana, nomeadamente a relação com os diversos agentes políticos e sociais com que contactou.

Dito isto, nenhum dos dois livros se foca exclusivamente na rainha Njinga, para depois se abster de voltar a mencioná-la (ainda que algumas partes do texto lhe sejam dedicadas exclusivamente à monarca).

Pelo contrário: vários capítulos falam sobre Njinga de maneira muito destacada e quase exclusiva (fazendo de Njinga a protagonista dessas linhas), sendo a rainha mencionada na quase totalidade da narrativa, ainda que utilizada de forma genérica para reforçar algum acontecimento ou simplesmente para lembrar da sua existência e, conseqüentemente, da pressão que impunha constantemente sobre os portugueses.

Portanto, será necessário proceder à leitura das duas obras em profundidade, para seleccionar ideias, linhas e formas de apresentação de Njinga Mbandi, como maneira de compreender como a sua figura foi entendida e utilizada para os fins últimos dos autores das duas obras.

2. Njinga Mbandi: da sua representação como mulher e africana

Temos falado sobre quem foram estes dois homens, Cavazzi e Cardonega, das respectivas motivações que os levaram a elaborar as suas obras, e mesmo a eventual relação que mantiveram com a rainha. Porém, devemos mergulhar na análise da imagem da soberana africana que nos é oferecida através dos olhos destes cronistas. Os olhos de dois homens - europeus - que procuram apresentar a narrativa de acontecimentos que se passam numa terra longínqua, destinada a uma audiência também europeia.

Para alcançar este objetivo, iremos estabelecer uma série de questões para tentarmos compreender as diferentes faces de Njinga Mbandi, e como estas características foram registadas - ou não - pelos dois Antónios.

Antes de começar sublinhe-se que, mesmo considerando estas questões fundamentais para estabelecermos uma ideia o mais pormenorizada possível da opacidade imposta à imagem da rainha pela mão dos cronistas que a descreveram, temos de afirmar que, em muitas ocasiões, se cria um conceito geral da mesma ao longo dos textos. Separar os aspectos mais ligados à sua ação política daqueles relacionados com a sua aproximação à religião católica é uma tarefa árdua e, podemos questionar se é mesmo correto fazê-lo.

Previamente a darmos início a este apartado, devemos lembrar da existência nos anexos de uma tabela comparativa das duas obras, pensada para nos apoiar numa maior quantidade de exemplos, daquela que possa ter sido incluída no próprio corpo textual ao longo das páginas. Dita tabela comparativa conta com a mesma subdivisão por capítulos que podemos olhar nesta dissertação de agora em diante.

É por isto que, relativamente à representação da rainha como mulher e africana, foram escolhidos doze trechos dos três volumes da obra de Cadornega e mais dezessete do texto de Cavazzi, vindos estes de três dos seus capítulos ou “livros”.

2.1 Estereótipos e preconceitos relativos à mulher africana

A primeira pergunta foca-se nos preconceitos e concepções que vemos plasmados nos dois livros pelo facto de Njinga Mbandi ser mulher e africana.

Trata-se de dois conceitos (mulher e africana) que se vislumbram ao longo das duas obras em inúmeras ocasiões, e que surgem recorrentemente a partir de um prisma negativo. Por isso mesmo os dois são desvalorizados.

Em linhas gerais, se é certo que se enaltece à figura da rainha enquanto monarca ou ascendente nobre, tal sucede apesar de Njinga Mbandi não ser nem do sexo masculino nem de pele branca.

Perante um dos aspectos mais básicos, provavelmente relativo à sua aparência física, devemos dizer que este merece ser salientado, porquanto o imaginário coletivo popular que se constrói ao longo dos anos - e séculos - apoia-se, em grande medida, nas ideias de exotismo, que implicam o choque cultural face ao aspecto físico - do qual fazia parte o próprio vestuário - e comportamentos sociais que causavam estranheza aos europeus.

Com efeito, como podemos ler no capítulo nono da obra *A expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, elaborado por Anthony Disney (com a direção de Francisco Bethencourt e Diogo R. Curto)¹⁹ sempre que houve um contato entre povos de realidades diferentes, estes tentaram acomodar a visão dos novos povos que encontravam aos preconceitos ou ideias prévias adquiridas das suas próprias experiências e de possíveis anteriores relatos que vinham de terras longínquas.

¹⁹ BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo R. *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800 (capítulo 9 por DISNEY, Anthony Contactos, Negociações e Interações)*, Edições 70 (2020).

Como é expectável, isto trazia consigo várias situações de más interpretações do mundo alheio, mas que se trasladavam às metrópoles e se espalhavam com facilidade por elas, sendo depois difíceis de se apagar.

Assim, relativamente ao caso português, nos primórdios do expansionismo ultramarino esperavam-se encontrar estruturas hierárquicas semelhantes às europeias; comportamentos sociais similares aos europeus e crenças que passavam basicamente entre a confrontação entre o cristianismo e o islão (pelo menos, inicialmente). Quando isto não era bem assim, os estereótipos europeus simplificavam o que viam para o acomodar ao seu próprio modo de compreender o mundo.

Portanto, a corte de um reino africano com uma rainha à cabeça deste não deixaria de ter de passar por esses mesmos estereótipos criados ao longo das décadas e séculos prévios de exploração.

Indicado isto, ambos os textos descrevem a rainha Njinga Mbandi ornamentada com jóias e gemas, colocando uma especial ênfase na qualidade dos tecidos e panos que usava como vestuário. No texto de António Cavazzi nota-se uma maior e mais rica adjetivação quer para representar a rainha face ao leitor, quer para enaltecer a imagem que ela própria queria transmitir.

Estes qualificativos, ainda que procurassem glorificá-la, também nos dão contada estranheza com que os europeus entendiam a rainha Njinga e, em analogia com o mundo africano no seu conjunto, como encaravam os costumes deste continente.

Assim, encontramos palavras como “bizarra” e “majestosa” quando se descreve o momento em que Mbandi foi recebida como embaixadora do seu irmão pelo novo governador de Portugal chegado a Luanda.

Estas descrições procuram oferecer ao leitor uma imagem clara quanto ao aspecto de Njinga Mbandi, ao mesmo tempo que dão uma visão - evidentemente dentro da perspectiva subjetiva dos dois autores - do excesso de poder e de ostentação com que a rainha se fazia apresentar.

Seria possível subentender uma certa condenação moral por parte dos dois autores, uma vez que não se trata de uma figura recatada segundo os critérios femininos da Europa coeva. Porém, esta descrição em particular acompanha ou insere-se num contexto discursivo que, afinal, faz sublinhar um carácter forte; a sua inteligência e capacidade argumentativa, seja diante dos congéneres africanos, ou dos próprios estrangeiros de além-mar.

Por outro lado, é frequente o padre italiano incluir não só a descrição física, mas também qual a reação dos interlocutores de Mbandi. Nesta perspectiva, somar-se-ia aos dois

adjetivos anteriormente mencionados a forma como os portugueses ficaram maravilhados pela rapidez e capacidade como a rainha expôs e argumentou no decurso dessa mesma embaixada.

Assim, não será acertado ver na descrição física da rainha um desejo claro de a desvalorizar, mas sim simplesmente de a descrever o mais coloridamente possível para obter uma maior impressão ao leitor.

Outra apreciação que se encontra nos dois textos europeus e que se encontra em relação direta com a aparência física é como a forma de vestir de Mbandi a transcendia a si própria, passando o seu séquito a ser visto também como elemento ornamental da rainha. Um claro exemplo é uma passagem no livro quinto da obra de Cavazzi, onde se descreve a primeira aparição de Njinga diante do governador português:

“(…) vi comparue, conforme lo ffile delle Principesse di fua condizione, sfoggiatamente carica d’impreziabili gemme, bizzarra per lo fuentolamento di colorite piume, e maeftofa sì per lo numeroso drapello di Donzelle, di Schiaue, e d’Vffiziali di fua Corte, sì ancora per la contegnofa grauità del fuo próprio portamento (…)” Página 604

Aqui sim, será acertado falar de um julgamento claro daquilo que seria um comportamento aceitável de Mbandi - sob a égide da moral cristã, evidentemente -, enquanto haveria outros que não o seriam.

Com efeito, graças ao facto dos seus súditos serem obrigados a usar certo vestuário, ou a observar um comportamento determinado perante a rainha, os autores dão-nos com a percepção da capacidade que teve para introduzir no seu povo comportamentos considerados corretos. Isto apesar de referirem que aquelas gentes mantinham hábitos naturalmente considerados como inadequados para os padrões europeus.

Este tipo de apreciação moral é mais perceptível na obra do Cavazzi, dado o peso que nela têm a conversão e a propagação do evangelho e, por conseguinte, dos comportamentos mais concordantes com a igreja católica.

Pelo seu lado, António de Cadornega relata situações de choque com os hábitos europeus. Por exemplo, em determinada ocasião um dos criados da rainha ser obrigado a vestir-se como mulher.

“(…) com suas ricas alcatifas em que se assentavão a Infanta sua Irmã Dona Barbora e a rainha de Matamba; e era tão astuta que a hum moço criado do Capitão mor Beiçorra que havia aprisionado como dito he em os Empures, como era desbarbado o mandava vestir em

trajos e vestidos de Mulher á Portuguesa, e o mandava pôr também assentado em sua Alcatifa, e dizia aos Embaixadores que era a Mulher daquelle Capitão mor que havia vencido (...)”

volume I, páginas 413-414

Iremos agora abordar as situações em que os autores fazem, de forma mais clara, uma apreciação crítica da rainha Mbandi. Estes centram, por um lado, num comportamento não apropriado pelo facto de ser mulher e, pelo outro, aquilo que não seria aceitável dentro dos parâmetros da moral cristã.

São muitas as linhas ao longo das duas obras onde transparece uma visão totalmente contrária aos comportamentos de Njinga, especialmente quando nos focamos na forma como esta reagia face aos homens e aos ritos e tradições locais que insistia em perpetuar.

Neste sentido, verifica-se novamente que para os cronistas europeus não só era aberrante uma mulher governar, mas também o facto de o fazer como se fosse um homem, com todas as prerrogativas que isto trazia consigo: ser nomeada pelos seus súditos pela palavra rei - não rainha - ou a prática da poligamia, entre outros.

Esta última situação em especial, vista sob a perspectiva masculina e católica da época, constituía-se como uma subversão da ordem natural das coisas, sendo por isso merecedora de total condenação.

Cadornega e Cavazzi vertem epítetos e adjetivos pejorativos por igual, não se encontrando grandes diferenças entre eles neste particular. Contudo, o padre italiano focar-se-ia mais no que respeita à imoralidade da rainha, enquanto o militar português, não comentando tanto estes aspectos, destaca as incongruências do comportamento de Mbandi pelo facto de ser mulher e atuar como homem. Contudo, ainda que a relação entre a soberana e a igreja não se encontre no foco de Cadornega, não devemos esquecer que estamos diante de um homem que, em prol de se afastar da sombra do judaísmo, não deixaria passar a possibilidade de expor aquilo que se considerasse correto perante o outro grande poder da época, a igreja, cuja pressão parecia sentir fortemente.

Assim, Cadornega informa o leitor, com estranheza, como a rainha contava com um harém masculino, dedicando palavras de repulsa ao facto não só de o ter, mas também por ser constituído por homens que eram tratados como mulheres.

É obvio que na perspectiva do português não seria expectável que uma mulher contasse com vários homens à sua disposição para saciar os apetites sexuais, mas o repúdio estende-se ao facto desses homens se verem obrigados às atribuições e roupas femininas, contradizendo assim a natureza dos géneros.

Pela sua parte, António Cavazzi produz, em várias ocasiões, afirmações como a seguinte:

“(...) per denotare fpirito più guerriero che femminile, non togliendo per tanto alla naturalezza del fefso le fue foddifazioni (...)” livro sexto, página 694

No século XVII as condutas sexuais de uma mulher que chegavam ao conhecimento público eram condenadas desde os púlpitos na sociedade europeia e, por conseguinte, o desejo amoroso e a procura da sua satisfação não tinham aí lugar de maneira alguma.

Portanto, uma conduta interpretada como liberal e lasciva de Njinga Mbandi era repreensível na sua dupla representação: enquanto soberana e enquanto mulher.

No passado, sempre que uma mulher ocupou o governo em terras europeias, esperou-se desta um decoro e um comportamento social irrepreensível e, no momento em que a vida de uma regente ou rainha se assemelhasse àquela que poderia ter um varão na mesma condição, a condenação era plena e era preciso afastá-la do poder.

Quase como se a sua vida privada a incapacitasse pelo governo.

Em qualquer sociedade do antigo regime na Europa, uma mulher na posição de poder estava sempre numa balança muito delicada.

Mesmo se tivessem todos os direitos de herança ao seu favor, na maioria das situações a realidade era que se mantinham no poder apenas enquanto úteis para os grupos dirigentes ao redor do poder, por constituírem um mal menor para o estado.

Assim, o facto da rainha Njinga se mostrar sexualmente ativa em público, tratando os homens da mesma maneira como as mulheres eram tratadas noutros lugares, foi utilizado pelos dois autores como argumento a favor da luta contra a rainha (ora como mulher, ora como soberana), mesmo tempo que estaria também presente nas concepções contemporâneas dos possíveis motivos para uma usurpação do seu trono.

Outra situação que colhe a condenação dos dois cronistas europeus é a manutenção, por vontade própria, dos ritos *jagas*²⁰.

Relativamente a este ponto, António Cavazzi explica como a própria rainha lhe teria confidenciado que a razão de partilhar e desenvolver esses rituais seria uma estratégia para se manter no poder, e contar com o apoio destes guerreiros contra os muitos e injustificados

²⁰ Explicar-se-á adiante quem foram estes homens.

ataques do que era alvo por parte dos portugueses e dos outros *sobas* ou reinos contrários ao seu domínio.

Cavazzi sublinha a astúcia da rainha, não querendo trocar de uma só vez tudo o que teoricamente haveria de ser trocado para se aproximar novamente “à graça de Deus”.

Quer isto dizer que, se aceitamos a sua conversão à fé cristã como sincera, esse facto não lhe permitiria manter os rituais ancestrais dos povos sob o seu controle. Porém, uma tentativa de trocar rapidamente todos os ritos contrários à religião católica, poderia ter ocasionado uma revolta contra si ou no mínimo, ver questionada a sua autoridade. Portanto, prudentemente, opta por evoluir aos poucos neste aspecto, uma vez que haveria práticas pagãs que poderiam ser vistas como não tão relevantes ou chocantes para a implantação da igreja cristã quer naquelas terras, quer nos corações dos seus súditos.

Assim, a apreciação que Cavazzi faz da conduta da rainha parece ter, às vezes, implícito um elogio velado, já que põe na sua ação política uma decisão premeditada e pragmática: para trocar modos ancestrais estabelecidos e partilhados pelo seu povo, mas que tanto incomodavam os portugueses, devia procurar aproximar-se dos costumes europeus (como também o fez, por exemplo, o rei do Congo), em prol do desejado equilíbrio diplomático, mas sem chegar a perder o controlo da situação e o próprio poder.

Uma mudança brusca podê-la-ia afastar do governo. Uma mudança mais lenta seria mais fácil de ser assumida.

Para finalizar, devemos também fazer justiça e ver como os dos autores acabam por valorizar as capacidades da rainha Mbandi - uma criatura majestosa na qual se podiam perfilar ou ver exemplos noutros lugares do mundo e da história.

Contudo, também é certo que, quando sublinham estas capacidades nos exemplos que são apresentados, ou quando elogiam as habilidades da rainha, atribuem-lhes um valor limitado. De facto, a maioria das vezes os cronistas comparam-na com figuras femininas históricas que não eram consideradas os melhores exemplos de soberanas na imaginação europeia geral da época.

2.2 Do valor da sua figura

Chegados a este ponto, poderíamos dizer que, no que respeita à valorização geral veiculada por ambos os autores da rainha, prevalece uma grande dicotomia e ambivalência já mencionada em linhas anteriores.

Por um lado, tanto Cadornega quanto Cavazzi demonstram um marcado interesse em enaltecer as capacidades de Njinga Mbandi em dois aspectos principais: as habilidades apropriadas à liderança governativa, nomeadamente os recursos de oratória e argumentativos, sublinhando a facilidade com que teoriza e depois põe em prática notáveis estratégias de guerra.

Por outro lado, através do uso quase dos mesmos adjetivos, os dois autores tentam desvalorizá-la apresentando-a como se aqueles méritos não fossem impróprios de um bom governante, mas sim de alguém que procura suplantar os adversários através de técnicas, estratégias e outros meios ilícitos.

Tudo aponta para a necessidade de atribuir ao adversário - ou inimigo - grandes qualidades, como ferramenta literária e que amplifique ações e sucessos próprios, neste caso dos avanços portugueses pelo sertão africano.

A seguir damos como exemplo outros factos que corroboram, de forma mais objetiva, as duas ideias que acabamos de expor:

Quando descrita a ação diplomática e governativa da rainha Njinga, apresentam-se maior número de dados factuais (lugares e datas, principalmente); quando se pretende desqualificar, utilizando os mesmos adjetivos, a narrativa segue de uma maneira menos concreta e com afirmações e opiniões mais pessoais – leia-se subjetivas.

Neste caso, os dois autores voltam sempre a cair num julgamento social e moral para lhe retirar essas atribuições, condenando-as como não adequadas a um soberano ou a uma mulher.

É o padre italiano que, novamente, tem mais presente esta atitude na sua obra, enquanto o militar português tenta evitar emitir valorações morais sobre Mbandi.

Como exemplo, focar-nos-emos em alguns dos epítetos utilizados pelos dois Antónios, para de seguida vermos como, em muitas ocasiões, são utilizadas expressões quase idênticas, as quais, em determinada situação, servem para a enaltecer para, logo de seguida, a criticar.

Cadornega emprega frequentemente adjetivos como “valorosa” e “astuciosa”, bem como formas análogas como “valente” ou “valor e disposição”, ou descreve-a como “estadista”.

Esta adjetivação coloca perante o leitor uma rainha competente e capaz; uma digna oponente dos exércitos e esforços expansionistas dos portugueses.

Não poderia ser de outro modo. Ao longo dos três volumes da obra de Cardonega deparamo-nos com numerosos momentos nos que utiliza estes mesmos termos enriquecidos com comparações masculinas, como “valor e ânimo varonil”. Estas comparações parecem

sublinhar que, ainda que fosse mulher (o que poderia desacreditar e diminuir o valor das várias ações e batalhas movidas contra ela), as suas capacidades e atributos eram aqueles de um homem e, por conseguinte, merecedores de respeito.

Por outro lado, o militar português acrescenta (praticamente nos mesmos parágrafos) a capacidade de Mbandi para recorrer a enganos e ardis com o propósito de vencer ou obter vantagens dos portugueses, passando então a descrevê-la como “miserável” e “ardilosa”.

Apesar disto, Cadornega não se envolve demasiadamente em tecer um juízo moral da rainha. Cavazzi, esse sim, fá-lo.

O padre capuchinho também destaca qualidades positivas de Njinga, especialmente no que respeita às suas capacidades intelectuais e de governo. Ao longo do texto podemos ler qualificativos como “sagacidade e pronta de espírito” e “propriedade de termos e de motivos” quando se expressava em público.

Assim, podemos ler no sexto livro, página 701:

“(…) Era ella infomma ne gl’intereffi di religione applicatifsima, ne gli affari politici molto faggia, e nelle cure domeftiche oltremodo fagace, oculata, e prudente, giouandole affai nella varietà di tanti maneggi quella fua naturale prontezza di rammentarfi qualunque negozio le foffe capitato per le mani, con tutte le più minute circoftanze di efso, fapendo dirne precifamente l’anno, il mefe, il giorno e il luogo (…)”

Não obstante, destacam-se na *Istorica Descrizione de’ tre’ Regni Congo, Matamba et Angola* os princípios morais cristãos que, confrontados com a postura da rainha, não podiam deixar de ser depreciativos.

Desta maneira, é qualificada como “estéril de vergonha”, “radicada nos vícios”, “impudica” e “libidinosa”.

Estes termos valorativos estão ausentes na *História Geral das Guerras Angolanas*, pelo menos de uma forma tão carregada de expressividade. Também vão desaparecendo da narrativa do padre Cavazzi a partir do momento em que Njinga Mbandi abraça decididamente a fé católica (como se pode, aliás, entrever na citação anterior).

Mais uma vez, se é necessário existir um oponente poderoso, - especialmente em termos bélicos, de forma a valorizar os nossos próprios sucessos militares -, também o é no campo religioso; sublinhando-se desta maneira a importância e relevância da ação das missões cristãs naquelas paragens.

Poderemos, portanto, concluir que a visão da rainha Njinga Mbandi exposta quer por António de Cadornega quer por António Cavazzi será negativa ou positiva desde que essas valorações possam ser utilizadas na argumentação própria dos objetivos finais dos dois autores: a progressão dos portugueses e a expansão da fé católica na região do Kwanza.

Assim, a rainha só será “má” ou “boa” se tal ajudar à prossecução ulterior destes objetivos.

Mesmo se inteligente e habilidosa, uma Njinga combativa e ímpia seria mais útil do que uma rainha submissa e voltada para fé, sublinhando assim o valor da consolidação do poder luso e romano naquelas terras.

2.3 Do valor dos seus relacionamentos políticos e sociais

A descrição que os autores fazem da rainha Njinga decorre da sua experiência relativamente aos factos que presenciaram ou dos quais tomaram conhecimento por via indireta, quer da relação com outros estados/sociedades africanas, ou de outros europeus.

É neste ponto que as obras encontram maior semelhança, pois baseiam-se numa percepção pessoal que de algum modo impede uma compreensão mais objetiva dos acontecimentos relatados.

Podemos dizer que as similitudes relativamente aos aspectos acima mencionados são maiores do que as diferenças porque, tendo os dois autores origens diversas e não partilhando sequer um mesmo percurso de vida, o facto de ambos serem homens europeus traz consigo uns arquétipos mentais dos quais nenhum consegue fugir. Não teriam, portanto, consciência de quão subjetiva estaria a ser a sua perspectiva da realidade em resultado da respectiva bagagem sociocultural.

Com efeito, como é expectável, as comparações e adjectivações atribuídas à rainha a nível individual têm origem nos conceitos sociais e mentais que acompanharam a vida de cada um dos cronistas. De facto, eles transportam as estruturas sociais e nacionais que conhecem para a realidade africana, com o intuito não só de os descrever corretamente - na sua perspectiva, evidentemente - aquilo que estavam a testemunhar e a viver, mas também com o objetivo de criar um esquema mental assimilável para si próprios.

Há, não obstante, uma diferença assinalável entre os dois: o militar português viveu quase toda a sua vida na região (na verdade foi lá que terminou a vida), e na qual, posteriormente, centrou o seu relato. Contrariamente, o padre italiano apenas permaneceu

nestas terras por um tempo limitado, voltando para Itália após finalizada a sua atividade missionária.

Quer isto dizer que o conhecimento de Cadornega sobre o território e sobre as sociedades africanas da região, mesmo quando de algum modo distorce a realidade ao compará-la com as estruturas europeias, era superior e mais aprofundado que o do italiano.

Por outro lado, foi o padre Cavazzi, e não Cadornega, quem viveu com a rainha e, por conseguinte, nos oferece mais crédito (ainda que com algumas reticências) relativamente às descrições em primeira mão dela e do seu comportamento.

Antes de nos debruçarmos sobre a abordagem que os dois autores fizeram das relações sociais da rainha e das estruturas políticas que condicionaram a sua atuação ou que terá mesmo criado, devemos clarificar alguns aspectos importantes.

No aspecto relativo ao espaço inicial de estudo, o reino do Ndongo, podemos dizer que não contava com limites definidos a norte e a sul.

O núcleo deste reino estaria localizado ao longo do rio Kwanza (no curso final do mesmo, mais perto da foz deste curso de água, afastado, portanto, da sua nascente) e inicialmente terá sido um estado tributário do rei do Congo. Este rei controlaria as zonas costeiras da ilha de Luanda, numa confluência territorial também ainda não totalmente esclarecida.

Mesmo com limites imprecisos, passamos a incluir duas ilustrações de duas fontes diversas, onde podemos apreciar onde estariam localizados estes territórios, que mostram como as respectivas fronteiras são ainda apresentadas de forma difusa na atualidade:



Imagem I – Reinos do Congo, do Ndongo, da Matamba e o território de Cassange²¹

21 A imagem seleccionada pode ser consultada facilmente no site *Os últimos no leste: na retirada das tropas portuguesas de Angola 1975* <http://aretirada1975osultimosdoleste.blogspot.com/2014/12/preambulo-para-uma-historia-de-angola.html>

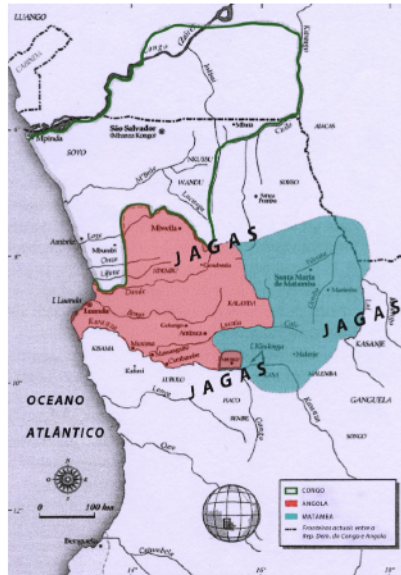


Imagem II – Reino do Congo, de Angola, de Matamba e dispersão pelo território dos jagas²²

Selma Pantoja (2020)²³ situá-lo-ia aproximadamente a 160 quilómetros a partir da costa do Oceano Atlântico, sempre seguindo o curso do rio. Este contava com numerosas ilhas, onde tradicionalmente os soberanos do Ndongo²⁴ se refugiavam quando das invasões e conflitos com os portugueses.

Segundo afirma Mário J. L. Vicente (2021)²⁵, no que respeita à relação com o reino do Congo, parece ter existido pagamento de tributos do estado do Ndongo, pelo menos, até ao 1556. Se assim for, poderíamos concluir que a existência de um reino do Ndongo independente seria relativamente recente à chegada dos portugueses àquelas terras, quando estes se estabeleceram no lugar onde surgirá Luanda, vinte anos após o fim do pagamento deste tributo.

Uma vez que, a partir da segunda metade do século XVI o reino do Ndongo deixa de estar sob tutela/dependência do Congo, aquele passaria a controlar a região imediatamente meridional, ainda que com fronteiras vagas e imprecisas.

Mais a leste, na região nordeste adjacente, estariam as terras da Matamba, nas quais Njinga Mbandi também desenvolveria um processo expansionista, seguindo este eixo quer na ofensiva ou na fuga.

²² A imagem selecionada pode ser consultada facilmente no site *Revista Militar*, n.º 2547 <https://www.revistamilitar.pt/artigo/915>

²³ PANTOJA, Selma *Njinga a Mbande: Power and War in 17th-Century Angola*, Oxford University Press USA, Oxford Research Encyclopedia, African History (2020).

²⁴ Como Mbandi e o seu irmão fizeram, como podemos ler nas obras de Cavazzi e de Cadornega.

²⁵ VICENTE, Mário João Lázaro (2021), página 32.

Dentro do território do Ndongo existiam diferentes subdivisões, determinadas em primeiro lugar pelos diversos senhores locais que mantinham graus de subordinação variados no que respeita aos reis (rainha) da região.

Aqui, vemos nos dois textos, mas especialmente no de Cadornega, a tentativa de criar uma analogia europeia aos distintos graus de dependência ou vassalagem destes chefes locais face aos reis ou à rainha Njinga do Ndongo.

Este facto implica um primeiro problema: os termos que os dois autores utilizam, como *ducado* ou *marquesado*, não seriam extrapoláveis para as sociedades africanas da época.

Vários historiadores e autores que estudaram esta temática, como o já mencionado Mário J. Lázaro Vicente (2021)²⁶, não parecem relacionar o governo destes "dirigentes" locais, fossem "senhores" ou "reis", ao território físico, tal como acontecia na Europa coeva, onde um *duque* exercia a sua ação de governo sobre um território específico, do qual derivava a sua própria fonte de riqueza.

O que parece é que os laços de união entre estes "senhores" estivessem diretamente relacionados com os súditos ou povos, sendo que o espaço físico não possuía um valor semelhante ao que sucedia na Europa. Por este motivo, pese embora o autor acima mencionado assinale que, inicialmente, a "corte" dos reis do Ndongo se situava em Cabaça, o facto é que estamos perante uma realidade social muito mais itinerante do que as concepções coevas europeias conseguiriam conceber, se bem é também certo que isso foi a norma mesmo no velho continente durante a Idade Média²⁷.

Estabelecida esta diferença, no topo da escala do poder local situava-se o *ngola*, cuja pessoa simbolizava o poder na terra com uma aréola quase divina, associado a um objeto específico que também recebia esse mesmo nome de *ngola* e que estaria verdadeiramente imbuído da força religiosa/cerimonial que se adorava e seguia.

Ao longo do século XVI, o *ngola* do Ndongo foi avançando em oposição ao rei do Congo. Este último é considerado como mais um reino independente nas páginas da *História Geral* e da *Istorica Descrizione de' tre' Regni*. Quer isto dizer que ambos os estados aparecem nas páginas de Cavazzi sem nenhuma relação de subordinação o um para com o outro.

26 VICENTE, Mário João Lázaro (2021), páginas 34 a 38.

27 Não contarmos com uma cidade capital foi comum em muitos estados europeus durante os vários séculos da Idade Média inicial, dado que existiam em muitas ocasiões cortes itinerantes que se mexiam pelos territórios seguindo ao rei e, por conseguinte, a capitalidade de uma nação situava-se onde o monarca estivesse.

O *ngola* era servido por diferentes funcionários e conselheiros; alguns destes pertenceriam ao grupo dos escravos “públicos”, enquanto outros eram escravos “privados” (estes dois conceitos serão comentados a seguir). Todos estes funcionários e “cortesãos” teriam sob a sua responsabilidade diversas funções, ainda que não fosse possível estabelecer uma relação direta com o que seriam as funções de uma qualquer casa real europeia e dos seus funcionários governamentais.

O escalão hierárquico que se seguia ao *ngola* seria constituído pelos chefes regionais (*mbanza*) e aos chefes locais (*sobas*). Estes encontravam-se obrigados a tributações anuais e ao fornecimento de apoio bélico ao *ngola*; na verdade, estas obrigações representavam a evidência simbólica e pública do reconhecimento do *ngola* como último representante do poder no Ndongo (Selma Pantoja, 2020)²⁸.

Os dois cronistas fazem numerosas referências aos *sobas*; às suas alianças ora com os portugueses, ora com os neerlandeses, ora com Njinga Mbandi; às rebeliões destes contra algum dos anteriores. Os *mbanza*, pelo seu lado, poucas vezes são mencionados.

Ainda assim, é provável que estes últimos possuíssem um nível social mais elevado do que os *sobas*.

Seja como for, focando-nos nos *sobas* e nos seus *sobados*, verifica-se que não existe unanimidade no que respeita às suas capacidades e atribuições, riquezas ou extensão de poder, dado que houve *sobados* muito maiores do que outros.

Assim sendo, comparações lineares com as realidades europeias não fazem muito sentido, ainda que os dois autores se tenham servido dessas analogias para tentar expor a realidade daquelas terras de um modo perceptível ao leitor.

Todo o território do Ndongo, sob domínio do *ngola* e dividido em *sobados*, encontrava-se parcialmente ocupado pelo povo *mbundu* o *ambundo*²⁹, ainda que existissem pessoas ou tribos *mbundu* para lá das terras do Ndongo. De igual forma, também ficavam dentro das áreas sob controlo do Ndongo tribos não pertencentes aos *mbundu* e que, de forma análoga, eram súbditos do *ngola*.

No que respeita ao sistema social, este dependeria de linhagens maternas (*ngundu*) e da liberdade com a qual cada indivíduo contava.

Esta rede de linhagens chegava até aos níveis hierárquicos superiores - até ao próprio *ngola* - o que necessariamente haveria de gerar grandes conflitos relativamente às heranças.

²⁸ PANTOJA, Selma (2020), página 3.

²⁹ Esta foi a forma como se denominou a estes grupos nos séculos XVI e XVII, que eram apresentados como numa realidade homogénea, segundo VICENTE, Mário João Lázaro (2021), páginas 32 e 34.

De facto, nesta sociedade não existia um conceito de primogenitura, e qualquer um dos filhos de um *soba* ou *ngola*, de qualquer uma das esposas livres (mulheres originariamente não escravizadas), usufruiria - “potencialmente” - de direitos idênticos, estabelecendo-se assim, de forma continuada, grupos que apoiavam uma ou outra causa.

Sendo assim, os homens ou indivíduos livres eram considerados como tal por serem filhos de mulheres consideradas à sua vez livres, conforme podemos ler mais uma vez na dissertação apresentada por Mário J. L. Vicente no 202130.

Em oposição aos homens livres, existiriam dois tipos de situações de homens não livres, ainda que estas últimas não se encontrem totalmente clarificadas pelos dois cronistas.

Retomamos os termos já referidos, escravos “públicos” e escravos “privados”.

Na primeira categoria estariam os *quigico* ou *quizico*, que pertenceriam à tribo ou grupo e não poderiam ser nem vendidos nem escravizados como “peças” para o comércio com os europeus ou para outros potentados africanos. Este termo de, “peça”, criou-se e utilizou-se durante os séculos em que o tráfico de escravos floresceu. Era sinónimo de “homem adulto escravizado”, frequentemente usado especificamente para o indivíduo africano³¹.

Ainda que os *quigicos* ficassem fora do sistema de linhagens, os respectivos membros gozavam de estima social, sendo escolhidos entre eles determinados funcionários para o serviço ao *ngola* com atribuições relevantes.

Também fora do sistema de relações de linhagem, estariam os *mubikas* ou escravos “privados”, cativos de guerra (por exemplo) que podiam pertencer a qualquer membro do grupo a título individual e que são nomeados de “peças” nos livros de Cavazzi e de Cadornega.

Esta última categoria será algo semelhante à categorização europeia de escravo, ainda que nos textos de Cadornega e de Cavazzi não seja feita uma distinção entre eles, introduzindo alguma confusão a este respeito.

Além destas categorias (livres e escravizados), e da estrutura de linhagens de parentesco femininas, que iam desde as bases da sociedade até aos estratos superiores, são muito numerosas as menções dos dois autores a um grupo particular, os *jagas*, quer pelo peso excepcional que terão tido na ação da rainha ao longo da sua governação, quer pela

30 VICENTE, Mário João Lázaro (2021), página 38 e 39.

31 FILHO, Heitor P. de Moura *A Precisão do Padrão “Peça da Índia” como Indicador Qualitativo de Idade*, 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre (2017).

importância que os seus rituais possuíam no contexto das descrições mais pejorativas atribuídas a Mbandi.

Não existe consenso geral que clarifique a origem deste grupo. Segundo José R. Macedo (2013)³² este grupo ter-se-ia dispersado desde territórios não totalmente identificados do norte/centro africanos e, na sua dispersão, chegaram até aos reinos do Congo e Ngola. A progressão dos *jagas* faz deles um elemento desagregador nos diferentes territórios que atravessam sob a denominação de *imbangalas*.

Portanto, designados desta maneira (José R. Macedo, 2013)³³, a sua aparição no Ndongo seria quase coincidente com o avanço português pelo sertão a partir da costa, estabelecendo-se assim uma dupla pressão à qual os *ngola* procuraram responder (Selma Pantoja, 2020)³⁴.

Sendo os *imbangalas* guerreiros imprescindíveis pelo seu valor bélico (mesmo utilizados também pelos próprios portugueses nas suas investidas), muitos dos costumes deste grupo foram incluídos e adoptados sistematicamente pela rainha Njinga, como a seguir veremos.

Sendo os *jagas* uma realidade exterior ao território, alheios às estruturas sociais gerais da zona, parece-nos acertada a definição de Costa e Silva (2006)³⁵, onde são descritos como “microestados deambulantes”.

Esta concepção permite perceber as duas características mais diferenciadas dos *jagas*, em oposição aos povos *mbundu* do Ndongo.

O termo “microestado” reflete a ideia da constituição de sistemas sociais paralelos, fora do que seriam os estados locais. Será necessário dizer que estes grupos, organizados em “quilombos”, não estariam sujeitos nem aos laços de linhagens nem à dependência direta quer de *sobas*, quer de *mbanzas*, ou mesmo dos *ngolas*.

Assim, estes grupos criavam estruturas governamentais paralelas à realidade circundante, com a qual interagiam quando necessário (estabelecendo acordos comerciais bilaterais envolvendo diferentes mercadorias, onde se inclui o comércio de escravos, tanto nas feiras locais como com os europeus). Contudo, também colidiam e lutavam com essa mesma

32 MACEDO, José Rivair *Jagas, Canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII*, História (São Paulo), v.32, n.1, p. 53-78, jan/jun (2013).

33 MACEDO, José Rivair *Jagas, Canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII*, História (São Paulo), v.32, n.1, p. 53-78, jan/jun (2013).

34 PANTOJA, Selma (2020), páginas 4 e 5.

35 SILVA, Alberto da Costa *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira (2006).

realidade, tanto mais que os seus costumes não eram partilhados, sendo mesmo desprezados como abomináveis.

Por outro lado, a ideia “deambulante” equaciona o facto de que comunidades como os *jagas* não se circunscreviam num território próprio específico.

Deve-se acrescentar que esta concepção de “microestado deambulante” não é característica única deste grupo, já que, como referido anteriormente, a noção de pertença a uma terra como vínculo de união e delimitação sociais (ao estilo europeu) não é equiparável nas sociedades africanas da época.

Consideradas estas premissas, encontramos-nos perante um grupo social heterogéneo que juntava nos seus “quilombos” varões jovens dos seus territórios vizinhos, ainda antes de terem sido submetidos às iniciações cerimoniais habituais nestas sociedades as que lhes permitiam serem integrados formalmente nos seus próprios grupos sociais de origem.

Era através de cerimónias específicas que os *jagas* se apropriavam de novos membros, lecionando-os nos seus duros rituais e preparando-os fisicamente para a luta. Através de um treino não menos exigente, passavam a fazer parte da sociedade *jaga*, que ao mesmo tempo os excluía dos grupos de origem.

Assim, os *jagas* eram vistos e tratados como um grupo social que parasitava o sistema matrilinear e de linhagens geralmente aceites, uma vez que não era permitida a procriação interna.

Eram, por conseguinte, grupos não desejáveis para as sociedades locais, considerados como extremamente violentos, mesmo dentro dos parâmetros africanos locais.

Mesmo assim, como podemos ler no trabalho de José R. Macedo (2013)³⁶ os *jagas* ou *imbangalas* desempenharam um importante papel no contexto do comércio de escravos. De facto, os cativos de guerra e aqueles outros escravizados que fugiram à dominação europeia ou de outros senhores africanos, eram também alvo, para serem inseridos nas redes mercantis deste lucrativo negócio, que aliás consistia na razão principal da presença portuguesa na zona.

Um dos autores anteriormente indicado (José R. Macedo, 2013) refere como, no início, os *jagas* seriam um elemento auxiliar para os europeus no resgate das “peças”. Quer isto dizer, na recuperação e (re)submissão à escravidão daquelas pessoas que tentavam fugir desse fim. Posteriormente, por desentendimentos, com os europeus relacionados com o domínio deste comércio, passaram a tentar controlar diretamente o processo sem a

36 MACEDO, José R. (2013), página 12 e 13.

intervenção das forças lusas, dando lugar a confrontações entre estes dois atores do tráfico escravagista.

Esta troca de posições será exposta mais detalhadamente na última parte da presente dissertação, quando abordarmos as mudanças de posicionamentos dos diferentes *sobas* e grupos tribais, que constituíram uma realidade recorrente que tanto a rainha Njinga como os portugueses tiveram que gerir.

Mesmo se o comércio de escravos constituía o fulcro dos interesses portugueses pela região do Kwanza, enviando-os para o Brasil e lá servirem como mão-de-obra - situação, aliás, repetida pelos holandeses -, os primeiros documentos escritos pelos europeus sobre este território de começos do século XVI falam de um potencial mineiro - a prata - que os portugueses esperavam encontrar; situação, aliás semelhante às minas americanas deste metal achadas pelos castelhanos nas Américas. Esta situação é também referida em várias passagens das obras dos dois cronistas.

De facto, muitos dos esforços para firmar acordos de paz durante o século XVII falam das tentativas de se assegurar a exploração das hipotéticas minas deste mineral precioso. Estas estariam localizadas nalgum lugar remoto perto de Cambambe e ainda desconhecido pelos europeus, mas que se acreditava existir. Não obstante, não foram descobertas quaisquer jazidas de prata, e essa foi uma das motivações que ajudaram a criar comércios alternativos, entre os quais o desenvolvimento do tráfico escravagista.

Seja como for, Ingrid S. de Oliveira (2011)³⁷ destaca uma ativa rede comercial interna e externa à zona do Kwanza, com mercados locais que serviam as populações autóctones, e redes mais extensas nas quais participavam comerciantes exteriores ao reino, sendo o sal um dos produtos mais valorizados nessas transações.

Esta autora também descreve como o *ngola* não tinha qualquer preeminência sobre as trocas comerciais, embora exercesse uma grande influência pelo facto de que as maiores “feiras” supra regionais se realizavam onde ele estivesse.

Exposta esta perspectiva sobre o contexto físico e humano da região do Kwanza do século XVII, voltamos a focar o nosso olhar nas similitudes entre as obras dos dois cronistas, com o qual iniciámos o presente capítulo.

Referimos atrás a dupla visão que ambos os autores partilham relativamente a uma valorização geral da figura da rainha, utilizando quase os mesmos termos para sublinhar as

37 DE OLIVEIRA, Ingrid Silva *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*, UFRRJ, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Curso de Mestrado em História (2011).

respectivas qualidades e para lhe fazer justiça (sublinhando as suas capacidades por um lado, e a gravidade das suas agressões). Outra situação também merece uma unanimidade entre os dois cronistas, a saber, em relação à descrição das características do seu comportamento face aos diferentes agentes familiares, africanos e europeus.

Assim, ambos os textos apresentam, neste particular, uma redação mais factual e objetiva.

Nas descrições específicas de acontecimentos concretos que são detalhados na *História Geral* e na *Istorica Descrizione de' tre' Regni*, os adjetivos subjetivos, ainda que presentes, diminuem drasticamente em termos quantitativos. Em sentido inverso, aumentam as descrições de feitos e factos narrados por Cavazzi e Cadornega de uma maneira muito semelhante, se bem os estilos discursivos não são equiparáveis.

Cabe aqui dizer que a objetividade destes dados fica quase exclusivamente apoiada na credibilidade que o leitor atribui à narrativa. Isto é, para além da similitude e concordância dos dois autores sobre determinados acontecimentos, o certo é que não há mais nenhuma fonte que possa fazer luz sobre estes factos.

Por outro lado, tanto Cadornega quanto Cavazzi parecem atribuir uma premeditação a toda ação da rainha, desde o início da sua vida, em prol de um objetivo vital - considerado pelos cronistas como ilícito -: o governo total e absoluto sobre o território.

Premeditação pelas inúmeras ocasiões em que argumentam com a lembrança ou a recordação de uma tal ação que trouxe consigo uma determinada resposta posterior por parte de Njinga, no que seria um exemplo de como a rainha planeava as suas ações, prevenindo uma via de fuga se necessário fosse.

E *objetivo vital ilícito* porquanto não lhe caberia, de forma alguma, o direito de governar, tendo, não obstante envidado todos os esforços para o obter, manter e ainda expandi-lo além dos limites originais do que seriam os reinos sob a autoridade dos *ngolas*.

No volume III da *História Geral das Guerras Angolanas*, na página 208, temos um parágrafo que resume de forma exemplar o que teria sido o *cursos honoris* da rainha Njinga Mbandi desde a sua chegada ao poder:

“(…) só o que nos resta explicar ao curiozo leitor he em como dona Anna de Souza, chamada pello appellido da terra Ginga, antes de se reduzir á nossa santa fé catholica, se fez jaga, ella e todos os seus, sahida que foi dos reinos de Angola e Dongo; e como trouxe em seu serviço á nossa opposição alguns quilombos de Jagas, tomou e abraçou seus ritos e costumes; e com suas manhas e astucias se apoderou do Jaga Caza, e Caiete, e Donga, que o erão de seu

nascimento; e com elles e seus poderes fez opposição e guerra viva aos vasallos conquistadores destes reinos, e foi tambem guerreando pello sertão dentro, fazendo suas conquistas; e com ellas apoderandose de muitos senhorios, e terras, e entre elles do reino da Matamba, com ardil e esbulho de seus reys em que haviam entrado primeiro as conquistas dos nossos portuguezes vassallos da Coroa de Portugal (...)"

Mesmo se estas linhas permitissem perceber de forma imediata a perspectiva do cronista português sobre a forma como atuou Njinga Mbandi ao longo da sua vida e afirmando certos factos (como a sua absorção dos grupos *jagas* e dos seus costumes como parte integradora do seu "quilombo"; como o governo não lhe estaria destinado ou como foi ampliando o seu perímetro de ação), também trazem consigo as noções simples próprias de um mero resumo, que não facilitam a comparação entre os dois textos.

Numa análise mais detalhada das duas obras vemos como os dois autores relatam a ascensão da rainha ao poder após a morte do seu irmão, e como consegue controlar o seu sobrinho - que, mais tarde, afogou no Kwanza -, apresentado por ambos como o legítimo herdeiro.

Ainda que os dois acontecimentos se encontrem plasmados nos dois textos de forma idêntica, foi Cavazzi quem expôs mais claramente a sucessão dos eventos nos momentos iniciais, desde a entronização do irmão, à atuação agressiva deste face à rainha e às suas irmãs e ao filho dela, (com o intuito de eliminar qualquer um tipo de dissidência ou possível sublevação em favor dalgum deles). E como, por esse motivo, Njinga Mbandi haveria de alimentar um desejo de vingança, de tal forma que, anos depois, a levaria ao assassinato do seu irmão; a se aproximar - e casar - com o protetor do herdeiro deste para, num último ato de usurpação, o afogar nas águas do rio.

Embora o padre Cavazzi condene as ações empreendidas pelo irmão para assegurar o poder (entre as quais menciona o assassinato do sobrinho e a esterilização das suas três irmãs), na redação dos factos relativos à atuação posterior da rainha carrega a descrição com adjetivos pejorativos que não se encontram quando se fala do anterior monarca, como podemos ler na seguinte passagem, "(...) que as ofensas num coração de mulher ressentida profundamente ficam incisas (...)"³⁸. O mesmo fardo negativo encontra-se presente na descrição do profundo ódio ao irmão, aos seus vassallos e ainda aos homens e meninos em geral.

38 Tradução própria feita para a presente dissertação.

Relativamente a este episódio, como em tantos outros, os autores fazem eco de relatos que teriam ouvido. Nenhum dos dois terá testemunhado diretamente dos factos que descrevem, já que por essa altura ainda não teriam desembarcado naquelas terras. Assim, ambos os cronistas matizam o acontecimento na sua redação.

É importante fazer referência a esta situação, dado que os dois cronistas nem sempre clarificam se foram testemunhas de determinado acontecimento. A verdade é que em muitas ocasiões sabemos que aquilo que narram nunca poderia ter sido observado diretamente por qualquer um deles. Por conseguinte, certamente que tiveram conhecimento do facto através de diferentes fontes que desconhecemos.

Por outro lado, essa forma discursiva não é exclusiva destes dois autores. Devemos ter em consideração que a crónica da época era feita mesmo assim: os escritores, apoiando-se nas experiências presenciadas por si próprios, misturavam-nas com relatos prévios adquiridos (ou criados) por outras fontes.

Lembremos que, para além da experiência pessoal, Cavazzi utilizou na elaboração da sua obra a extensa bibliografia propriedade da sua ordem, bem como informações fornecidas pelo seu antecessor (o padre Gaeta). Por outro lado, sabemos que muitos dos arquivos que o militar português poderia ter utilizado para a escrita da sua obra se perderam aquando das invasões dos holandeses, durante a fuga dos portugueses até Massangano (este facto é, aliás, referido por Cardonega).

Em relação aos grupos tribais africanos e a forma como a rainha interagiu com eles, é notória a diferença que existe entre as três realidades humanas locais descritas nos textos, por assim dizer. A saber:

- Os africanos que ficavam sob o seu domínio: os seus súbditos.
- Os africanos que ficavam em pé de igualdade com ela: os indivíduos da sua própria família ou afins.
- Os africanos que não ficavam incluídos em nenhum dos grupos anteriores, mas com os quais houve interações relatadas pelos autores.

Quanto à primeira realidade, que respeita às populações sob controlo da rainha Njinga. Os dois cronistas descrevem a forma como o povo a seguia e venerava incondicionalmente, embora também sublinhem as várias ocasiões em que as populações sentiram enorme temor, quer pela sua crueldade na hora de castigar tudo o que a rainha considerasse ser uma ofensa ou transgressão (crueldade frequentemente descrita como extensível à coletividade em geral), quer pelo facto de fazer uso de rituais mágicos que contavam com o medo ao oculto e ao mundo do além do gentio.

Em relação a esse temor, os dois autores referem ser este maior entre os homens do que entre as mulheres. Não por serem estas melhor tratadas, mas por serem mencionadas em menor grau ao longo dos textos.

Já se tem dito como a subversão de atribuições masculinas e femininas praticada pela rainha Njinga era vista com assombro pelos dois autores. Assim, o medo demonstrado pelos homens tinha como principal razão a forma como a rainha os tratava e atormentava.

Esse medo provinha, como já referimos anteriormente, das vexações e obrigações impostas aos homens, nomeadamente quando obrigados a comportarem-se como mulheres, algo desprezável par o olhar católico de Cavazzi ou Cardonega.

Sendo uma característica comum às duas obras, é o padre Cavazzi quem descreve com maior riqueza léxica essas situações de extrema violência infligidas por Njinga.

Por exemplo, no livro quinto da *Istorica Descrizione de' tre' Regni*, na página 616, podemos ler:

“(...) In quefte tragedie per maggior empietà veniuano coftretti i genitori immergere il ferro nel petto de' proprij figliuoli, le madri fuenar le figlie, e gli amanti fcambievolmente ferifi, fin tanto che, verfando dalle piaghe il tiepido fangue, e il feruido affetto, terminaffero quel lagrimeuole fpettacolo con gli vltimi fofpiri (...)”

Em vários momentos das duas obras, a rainha trata os africanos como “peças”, o que equivale a dizer escravos, atribuindo-lhes assim o valor de objetos e não de pessoas. Cadornega ainda acrescenta que, às vezes, bastava à rainha ver a cor da pele de uma tal pessoa para a tratar como escrava, por acreditar que todos os africanos em seu redor lhe pertenciam.

A segunda realidade diz respeito às relações com aqueles africanos que considerava como iguais, ou dos quais precisou de se aproximar. Referem-se diferentes categorias que a seguir se mencionam:

Em relação à própria família, ainda que o irmão da rainha fosse o autor da sentença de morte sobre o seu filho (e da incapacidade para procriar que manifestava), vemos como este a envia como embaixadora ao novo governador geral português, João Correia e Sousa. Será no decurso deste episódio que sucede uma das cenas mais recordadas no imaginário popular sobre a rainha: esta teria aceite o cargo e, para selar esse momento, teria sido batizada, adoptando o nome de Dona Anna.

Surpreende-nos como o episódio é relatado com relativa objetividade e, depois, quando Njinga assume o poder a narrativa segue em sentido oposto: dá-se a entender que a

rainha guardava um imenso rancor face ao irmão, embora o dissimulasse na expectativa de surgir o momento propício para pôr em prática o seu desejo de vingança.

Por outro lado, a sua irmã, Dona Bárbara, trata Njinga no momento da sua reunião com a mesma reverência que o resto dos seus súditos dos seus estados. Esta consideração da irmã face à rainha também se pode testemunhar através da narração dos contatos epistolares que trocaram durante o cativeiro de Dona Bárbara pelos portugueses.

Será ela quem sucederá à afamada Njinga Mbandi, mas, pela sua idade avançada (morrerá três anos depois), a sucessão recai no seu marido.

Ao que parece, estaria de boas relações com a antiga soberana e seria um homem da sua confiança. Ainda assim, há parágrafos na obra do padre Cavazzi que nos falam dos maus-tratos dados a Dona Bárbara pelo esposo. Contudo, será o marido da irmã da rainha Njinga quem governará, e será também ele quem rejeitará mais uma vez a religião católica, expulsando os missionários nesse processo.

De facto, Cavazzi relata os conflitos que ocorreram após o falecimento da rainha Dona Bárbara, a sua esposa, e como foi eleito novo *ngola*, abjurando do cristianismo e regressando aos usos tradicionais do seu povo. Esta situação haveria de entrar em conflito com aqueles que queriam continuar de boas relações com os portugueses e manter-se na fé católica.

Aqui vemos em ambos os autores um dos poucos momentos em que poderíamos vislumbrar uma imagem mais fraca de Mbandi. Uma imagem de uma mulher acossada em múltiplas frentes, tentando solucionar os problemas que se avolumam com os recursos disponíveis.

Com efeito, uma das preocupações da rainha, referida pelos dois Antónios, teria que ver com a irmã de Njinga. Feita refém pelos portugueses durante anos, a rainha almejava contar novamente com a presença da irmã perto de si - dentro do espaço físico do acampamento -, uma vez que tencionava fazer dela a herdeira do reino (como de facto aconteceu).

É certo que tanto Cadornega como Cavazzi falam desta exigência, constante ao longo dos anos por parte da rainha face aos portugueses para as reunir, mas devemos mencionar que tais petições são escassas nas páginas dos dois textos, só encontrando menções ocasionais às mesmas e com poucos detalhes ou adjetivos. Quer isto dizer que o sofrimento de Njinga relativo a este facto não merece muita atenção por nenhum dos dois autores.

A força do adversário deve ser sempre sublinhada. As suas eventuais fraquezas, não.

Por conseguinte, temos um relato mais direto e factual, diferente de outras ocasiões em que se jogam os contornos emocionais de Njinga, ou de julgamento moral face ao seu comportamento (e que são tão comuns ao longo narrativa).

Relativamente à relação da rainha com os africanos considerados como iguais, como poderia ser o caso do rei do Congo, não existem grandes descrições nem outras menções em qualquer das obras. Isto para além de curtas menções a um reconhecimento mútuo entre Njinga e os outros reis ou chefes da região em plano de igualdade, e da existência de relações bilaterais próprias de estados autónomos.

Finalmente, no que respeita aos diversos grupos africanos, existem muitas passagens nos dois textos que referem uma aproximação e aceitação dos *jagas* e dos seus rituais.

De facto, os dois cronistas referem as alianças que existiram entre os diferentes chefes tribais dos *imbangalas*. Destacam-se os vários relatos sobre a aproximação da rainha Njinga ao chefe tribal Caza e, depois, ao Cassange. Esta aproximação permitiu adotar as suas estruturas militares e favoreceu a conquista da Matamba por parte da rainha regente sem grande resistência. Este episódio encontra-se detalhado na *Istorica Descrizione de' tre' Regni*, sendo feito um estudo sumário desta ação na tese de Mariana Bracks Fonseca (2018)³⁹.

Contudo, as relações da rainha com estes chefes tribais passaram por afastamentos e aproximações, por inimizades e rivalidades claras (que foram, aliás, expostas nas duas obras), e alianças em benefício recíproco.

Neste sentido, convém recordar as grandes movimentações populacionais devido à fuga de escravos que procuravam a proteção de Njinga, ou dos *sobas* livres que fugiam à perseguição dos portugueses. Desta forma, as fileiras dos exércitos da rainha beneficiaram de um incremento importante.

Porém, também não podemos esquecer que a própria Mbandi participava ativamente do tráfico escravagista. Portanto, não devemos ver nela uma libertadora dos povos submetidos, mas sim um soberano local que atuava como os outros agentes da época na zona, em benefício próprio. Por conseguinte, o tráfico de “peças” constituía um comércio vantajoso, uma forma de adquirir mercadorias para ela mais valiosas.

Apesar disto, são particularmente reveladoras as referências da *Istorica Descrizione de' tre' Regni*, especialmente no que respeita à confiança que Njinga teria feito a Cavazzi sobre ter adotado a contragosto os costumes *jagas*, mais por necessidade política do que por

39 FONSECA, Mariana Bracks *Ginga de Angola: Memórias e representações da rainha guerreira na Diáspora*, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social (2018).

um verdadeiro e sentido sentimento. Reveladoras por quanto trazem uma ambivalência dos factos objetivos, como o tráfico escravagista do qual beneficiou, e os possíveis sentimentos - subjetivos - contrários a esta prática.

“(...) abbracciando la setta de giaghi, volle farfi capo in efsa, affinche mediante la moltitudine de’ fequaci (gente tutta difpreggiatrice della propria vita, e implacabile contro l’altrui) potefse più ageuolmente i fuoi penfamenti efequire (...)” Livro quinto, página 611

Para além das descrições que ambos os cronistas fazem dos rituais e do terror que os *jagas* provocavam no povo, e de como a rainha abraçava essas práticas de livre vontade também para agradar aos seus súditos, Cavazzi elucida-nos sobre a natureza da relação entre a rainha e os *jagas*. Esta descrição afigura-se especialmente importante no momento em que ela se afasta desta influência para abraçar a fé católica.

Como é óbvio, no momento da sua reconversão em 1657, o padre Gaeta exigiu que, logo a seguir, fosse proibida a prática dos antigos rituais pagãos, não só no que respeitava às crenças noutras divindades e espíritos (que, naturalmente, não teriam lugar no credo cristão), mas também dos rituais (expostos de forma muito assertiva pelos dois cronistas) que colidiam com a moral europeia da época, aparentemente incapaz de entender a realidade cultural daqueles povos.

Contudo, este novo afastamento de práticas ancestrais despoletaria, mais tarde, várias tentativas para o restabelecimento das mesmas. A religião cristã implantava-se repentinamente. É, portanto, logico esperarmos grandes choques e reticencias à aceitação de padrões tão diferenciados das antigas práticas, da mesma forma como os rituais africanos seriam incompreensíveis para o olhar europeu. Esta fase inicial de confronto passaria, a breve trecho, para um prolongado processo de ajustamento e de sincretismo, até podermos dizer que os costumes locais estariam erradicados - ou, de algum modo absorvidos -, e o catolicismo plenamente implantado no seu lugar.

Por último, relativamente à forma como Njinga Mbandi interagiu com os poderes europeus em jogo (portugueses e neerlandeses), os dois cronistas evidenciam uma clara parcialidade.

Parcialidade que originariamente não tem nada que ver com a figura da rainha, mas sim com as próprias noções dos autores: os portugueses (e, também, a igreja católica a eles associada) seriam o poder real legítimo, porquanto os neerlandeses (e o cristianismo calvinista reformado) não passariam de usurpadores temporários.

É óbvio perceber como os dois Antónios nunca poderiam considerar em pé de igualdade a presença lusa nestas terras e a flamenga.

António de Cadornega procura ser considerado pela casa real de Bragança como um súbdito fiel e útil a coroa portuguesa além-mar. A incursão e invasão neerlandesas durante a década dos anos quarenta do século XVII nas terras de Luanda (que ocasionou a retirada para as zonas interiores dos portugueses e a posterior luta de sete anos pelo restabelecimento do controlo) é apresentada, no mínimo, como um parêntesis de ilicitude, perante o qual o poder militar luso acabaria por levar a melhor.

Não obstante, devemos lembrar que as primeiras movimentações holandesas nos territórios da casa de Habsburgo e, por conseguinte, contra os seus interesses ultramarinos (nessa altura ampliados com a ascensão ao trono luso de Dom Felipe I), tiveram o seu início nos alvares do século XVII, portanto muito antes da restauração da independência portuguesa face à coroa espanhola.

Vale a pena recordar, uma vez mais, dada a origem hebraica de Cadornega (e as atividades mercantis ligadas ao comércio de escravos em que participou), que certamente contaria com um apoio decisivo. Muitos dos recém-chegados das Províncias Unidas (um número substancial) partilharia com Cardonega uma origem sefardita, embora esta afirmação seja meramente especulativa. Contudo, seria possível existirem relações familiares e de amizade entre aqueles que permaneceram em Portugal convertidos ao cristianismo, e aqueles que finalmente decidiram migrar para as terras do norte da Europa em prol da manutenção da sua fé. Este não é, contudo, o tema desta dissertação.

Como podemos ler no artigo de Peter C. Emmer (2003)⁴⁰ a série de expedições que principiaram a criar problemas nas rotas comerciais hispânicas, nas quais agora estariam incluídas as portuguesas, atingiram os circuitos atlânticos desde 1604 de uma maneira sistemática, avolumando-se nos cinquenta anos subsequentes, com frotas holandesas a atacar em vários pontos do percurso das frotas hispano-lusas.

Seria 1612 que os flamengos construiriam um estabelecimento em terra para se servirem dele como entreposto comercial através do qual tecer a sua rede colonial.

Pela sua parte, António Cavazzi persegue a utopia de uma expansão generalizada da fé católica pelo mundo e o restabelecimento de Roma como o núcleo central do poder da igreja católica. Apesar da luta pelo poder no interior da estrutura eclesiástica e dos bispados envolvendo a *Propaganda Fide* vaticana e o *Padroado* português (ainda que este conflito não

40 EMMER, Peter C. *The First Global War: The Dutch versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609*, Leiden University, e-JPH, Vol. 1, number 1 (2003).

implicasse uma quebra real no seio da instituição), o bloco católico via nas reformas protestantes heresias desviantes do caminho verdadeiro.

Ainda que só Cadornega tivesse vivido a guerra e Cavazzi chegasse a Luanda vários anos após a vitória e a recuperação dos territórios disputados pelas potências europeias, nenhum dos dois faz um tratamento equitativo daquilo que seria a ação portuguesa e a ação neerlandesa no território que haveria de ser Angola.

Com esta ideia em mente, vemos como os dois homens analisam Njinga de uma maneira muito semelhante: a rainha conta com os portugueses como os seus inimigos e, conseqüentemente, verá a sua aproximação aos flamengos facilitada. Não porque estes constituíssem uma melhoria prática (também eles eram percebidos como invasores estrangeiros), mas porque poderia contar com uma força militar com a qual iria tentar atingir o seu objetivo final primário: expulsar os lusitanos do seu reino.

Assim, as mesmas ideias e adjetivações negativas com que caracterizam a atuação da rainha Njinga Mbandi, os tais “enganos e estratagemas” usados com os vários líderes locais para enfraquecer os portugueses, tornam a ser utilizados quando se descrevem os tratados e acordos assinados com os neerlandeses.

“(…) daquela Ardiloza como Valeroza Rainha Ginga Dona Anna de Souza, a qual depois de se apoderar do Reino de Matamba (...) com a conquista que nelle havia feito, se não descuidava em fulminar trayçoens com os Sovas Vassallos del Rey nosso Senhor, fazendoos rebellar contra a Nação Portugueza, mandando seus Embaixadores ao Flamengo á Cidade da Loanda com suas dádivas, fazendo com elles Confederação (...)” *História Geral das Guerras Angolanas*, Volume I páginas 293-294

A ideia expressa por ambos é clara: tratava-se de uma mulher sem escrúpulos morais que tudo faria para se manter no poder. Mesmo quebrar acordos prévios com os portugueses e renegar a fé católica (apesar de integrada pelo batismo, aquando da sua primeira embaixada com o governador Sousa).

Ainda assim, existe uma diferença subtil no texto de Cavazzi no que respeita à relação entre a rainha e os portugueses. Como o padre assume que recebeu confissões diretas, parece, por vezes, admitir que algumas das ações belicosas empreendidas contra os portugueses seriam respostas - justas - a provocações ou mesmo ataques prévios.

Não devemos esquecermos que Cavazzi defende e representa os interesses de Roma e estes nem sempre foram coincidentes com a progressão e a expansão portuguesas. Desta

maneira, mostrar-se compreensivo por vezes com Njinga poder-se-ia perceber como parte da estratégia de reforço da influência do Papa sobre a do rei português no processo colonial.

Pode-se, portanto, dizer que, no que respeita à relação da rainha com os portugueses, é possível entrever nalgumas linhas do texto de Cavazzi uma tentativa de aliviar a culpa da rainha, ou pelo menos compreender o porquê de determinada atuação; atribuindo aos portugueses a responsabilidade pelos primeiros movimentos hostis ao governo de Njinga Mbandi.

Curiosamente, Cavazzi coloca sempre estas palavras na boca da rainha Njinga. Como quem diz, nunca seria ele a proferir essas afirmações, apenas as transcreve como declarações da própria Njinga.

Esta postura mais compreensiva está totalmente ausente no texto do militar português, quem sempre culpa Mbandi de romper o acordado com os portugueses, seja por pura malícia ou por motivos perfeitamente injustificados.

3. Njinga Mbandi: dos seus contatos com as estruturas religiosas europeias

No capítulo anterior analisámos o conjunto mais apreciável das percepções mais subjetivas dos dois autores. Passaremos, agora, para uma abordagem mais objetiva, por quanto mais voltada para os factos constantes nas próprias obras, ainda que nem por isso menos livre de preconceitos por parte de ambos os autores.

Como é expectável, no que diz respeito à relação da Njinga com as instituições eclesíásticas, é na obra do padre capuchinho que encontramos um maior tratamento desta temática. Isto apesar de Cadornega também mencionar aspectos relevantes no que concerne à aproximação e subsequente adopção do cristianismo por parte da rainha da fé cristã. Aspectos estes concordantes com o exposto na obra *Istorica Descrizione de' tre' Regni* de Cavazzi.

Antes de iniciarmos a análise mais detalhada, convém lembrarmos que numa época marcada pela convulsão protestante, a igreja católica mantinha um poder social diferenciado em relação à coroa, pelo que a nova casa reinante dos Bragança (declaradamente contrária às heresias luteranas e doutra índole) se submetia aos arbítrios de Roma.

Ainda que existisse um conflito latente entre as prerrogativas dos monarcas lusos (e a sua autonomia defendida através do *Padroado*) e uma igreja católica que se voltava sobre si mesma para tentar tomar as rédeas das missões por meio da *Propaganda Fide*, tal facto nunca supôs uma quebra de lealdade nem uma tentativa formal de suplantar à autoridade eclesíastica romana.

De facto, os monarcas católicos ibéricos compreendiam e aceitavam o poder do clero. Aliás, necessitavam desta instituição no processo expansionista de além-mar, de forma a aprofundar o controlo das povoações subjugadas. Assim, um dos argumentos que sempre se colocou em cima da mesa na defesa da expansão ultramarina ibérica foi, justamente, a conversão dos gentios que desconheciam a palavra de Deus. Portanto, as monarquias seguidoras de Roma viam-se como a ponta de lança da fé cristã.

Por um lado, em Roma percebia-se que, num momento em que a sua autoridade tinha sido banida da metade do velho continente, os apoios luso, hispânico e gaulês eram cruciais para a sua própria sobrevivência. Por outro lado, a propagação do cristianismo segundo o ritual católico passava inquestionavelmente pelas mãos dos impérios comerciais e marítimos dessas nações.

Assim, numa primeira e rápida aproximação à ideia inicial do presente capítulo - o contato com as estruturas religiosas europeias - poder-se-á dizer que os dois cronistas têm uma visão muito semelhante sobre este tema: o comportamento licencioso da rainha derivaria do facto dela ter aceite e perpetuado os ritos *jagas*, pelo que a sua posterior conversão fiel e devota face à igreja católica seria consequência do receio de um - hipotético - castigo divino pela sua anterior vida dissoluta.

Ainda assim, a atribuição dos reais motivos dessa mudança de atitude face ao cristianismo, bem como a relação com o seu próprio povo e seus rituais, não se encontram totalmente esclarecidas na obra de Cadornega. Já no que diz respeito Cavazzi, atribui-se a conversão da rainha à graça divina, como veremos de seguida.

Se olharmos mais uma vez para a tabela comparativa nos anexos, encontraremos nela um trecho proveniente do segundo dos volumes de António de Cadornega e mais seis de Cavazzi e do seu “livro” sexto. Igualmente, no segundo dos anexos, ficam incluídos os desejos finais da rainha aquando do seu iminente óbito (aquilo que expectava acontecesse com a igreja católica quer durante os seus funerais quer após da sua morte).

3.1 Quando aconteceu a conversão de Njinga e quais as possíveis motivações?

Como podemos ler em ambas as obras, a rainha Njinga ter-se-ia convertido à religião cristã aquando a embaixada enviada pelo seu irmão ao governador português João Correia de Sousa. Terá sido nesta ocasião que teve lugar o conhecido episódio da rainha sentar-se nas costas de uma escrava por entender que não deveria ficar em situação inferior - sentada no chão -, enquanto o governador se sentava numa cadeira.

Após este encontro, segundo relatado nas obras escolhidas, Njinga Mbandi ter-se-ia interessado pela prática do culto católico já nessa embaixada, e teria recebido o batismo segundo os costumes portugueses durante essa estadia com eles, adoptando então o nome da mulher do governador e o apelido deste, passando a chamar-se Dona Anna de Sousa.

A leitura dos dois livros não permite extrair conclusões sobre a realidade desta conversão: quanto tempo teria permanecido entre os portugueses, e até que ponto os religiosos lhe propiciaram um conhecimento efetivo do catecismo.

Na obra de Cavazzi encontra-se um dado objetivo sobre esta conversão, que aliás não consta no texto do militar português: a rainha teria sido batizada aos quarenta anos de idade, corria o ano de 1622, e, portanto, muito antes da chegada de qualquer um dos dois cronistas à região. Curiosamente, esta data coincide justamente com o ano em que o papa Gregório V criava a *Propaganda Fide* em Roma.

Tratando-se ou não de uma coincidência, e o facto da missão católica na época se pautar por um fraco avanço em terras angolanas, seria lógico pensarmos que o abraço precoce ao cristianismo por parte de um(a) governante da região seria uma forma do Vaticano convergir com os poderes lusos na zona.

Aliás, outros dois fatores poderiam ainda reforçar esta teoria: as atitudes e comportamentos de Njinga ao longo da sua vida (relatados pelos dois autores), e o regresso quase imediato às antigas práticas pagãs prévias quando finalmente ascendeu ao poder.

Vimos no primeiro dos nossos capítulos como, Cadornega e Cavazzi, consideram Mbandi como uma mulher atenta e inteligente, que se valeria de quaisquer estratégias e estratagemas para se manter no poder e atingir os seus objetivos.

Assim, a importância e relevância atribuída ao cristianismo por portugueses e clérigos europeus radicados em África e, em especial, a conversão dos gentios ao catolicismo, de certeza não teria passado despercebida. É possível que Njinga utilizasse a sua própria aceitação do cristianismo como um instrumento útil, tanto no momento de formalizar acordos e tratados, como na preparação de um eventual confronto com os europeus.

Tentar chegar à realidade espiritual da sua decisão de abraçar a religião dos europeus parece impossível, como também seria virtualmente impossível conhecê-la sobre qualquer pessoa, mesmo atualmente.

Só podemos especular sobre o uso prático que esse ato teve e, nesse plano, não restam muitas dúvidas de que o objetivo europeu no que respeita à conversão dos gentios, aliado ao carácter pragmático da rainha, jogariam no sentido da sua eventual conversão nalgum

momento da sua vida, dado os benefícios que acarretaria (mais, aliás, do que uma hipotética mudança de carácter espiritual no seu íntimo).

Exposto isto, é evidente que se colocam aqui duas possibilidades face à reação dos dois autores relativamente ao regresso de Njinga às práticas nativas africanas. Por um lado, poderíamos questionar-nos se os cronistas não quereriam expor nos seus escritos a utilização da conversão como manobra política de carácter meramente utilitário, e por isso aceitá-la-iam sem nenhuma contestação, afastando assim um interesse meramente prático. Mas, por outro lado, também poderíamos considerar a possibilidade de que, de facto, eles não aceitariam positivamente o seu regresso às tais "práticas nativas diabólicas" pelo que estas implicavam a nível religioso e de compreensão social.

Antes de expor quais as diferenças e similitudes entre os textos, no que diz respeito ao regresso de Njinga ao comportamento de *jaga*, cabe deixar uma breve nota: qualquer comparação substantiva não só deveria vir apenas do antes e depois (de como se comportava antes e depois da aceitação real da fé cristã), mas também pelo que nos indicam os dois livros acerca do seu comportamento anterior ao batismo.

Podemos então dizer que por um lado, Njinga só teria aceite as águas do batismo a partir da metade da sua vida. Por outro lado, praticamente logo após ser batizada, regressou ao que parecem ser as práticas religiosas antigas. Este retorno parece ser ainda mais intenso - a crer nas fontes em apreço, Cavazzi e Cardonega -, e seria coincidente com a ascensão de Njinga, uma vez que foi nesta altura que se teria aproximado dos *jagas*.

Os dois autores não diferem muito na apreciação do papel que a religião católica exerceu sobre Mbandi após a sua conversão, mas nenhum deles nos adianta mais informação sobre como é que seriam as suas práticas religiosas anteriores a 1622.

É certo que os dois textos falam esporadicamente, e de uma maneira geral, das práticas pagãs dos gentios e não especificamente da rainha Njinga, passando a ser as descrições sobre estes rituais mais concretas após de Mbandi assumir o papel da governante.

Obviamente, seria de esperar que uma mulher africana da realeza local partilhasse, desde o começo da sua vida, os rituais e crenças oriundos do seu povo, inerentes à sua importância social. Aliás, sabemos que o seu pai deu particular importância à educação da filha, como refere Cavazzi em especial, pelo que não deixaria de incluir a fé tradicional nesta preparação da vida adulta.

Neste sentido, Alberto Oliveira Pinto⁴¹ refere como Njinga teria sido iniciada nos

⁴¹ PINTO, Alberto Oliveira *História de Angola, da Pré-História ao Início do Século XXI* Mercado de Letras, 3ª Edição, Lisboa (2019), p. 325.

rituais de puberdade próprios do seu povo (exemplo do que seriam as práticas sociais e religiosas destes grupos populacionais). Assim, estamos perante uma mulher na plenitude da sua vida adulta, pertencente à corte de um grupo sociocultural alargado, que não poderia deixar de ser instruída nas práticas coevas dos seus súbditos; súbditos esses que tomavam as práticas dos estratos sociais superiores como modelos a serem seguidos, mantendo assim todo o sistema em funcionamento.

Em realidade, essas práticas são também mencionadas sucintamente pelo mesmo Cavazzi, que Oliveira Pinto contextualiza para lhes dar o valor etnográfico que seguramente tiveram, e não ficassem adjetivadas como abominações pagãs. Mesmo assim, as considerações das obras originais nem podem nem devem ser contrapostas diretamente com estudos contemporâneos, dado que há um grande intervalo temporário a ser considerado no que concerne à percepção do carácter dos povos africanos.

3.2 Regresso (revitalização) às práticas tradicionais

Avançando na análise, as duas obras referem que, depois de abandonar Luanda e assumir as rédeas do poder, a rainha regressou aos usos locais, verificando-se assim a apostasia ao cristianismo. Mais ainda, os dois autores também apontam na direção da inclusão sistemática das tradições *jagas* no seu “quilombo”.

Na *Istorica Descrizione de' tre' Regni*⁴², descreve-se como o novo governador da recentemente recuperada praça de Luanda, Salvador Correia, tenta retomar as relações com a rainha. Para tal, solicita o seu regresso à fé católica, claro exemplo de estreita ligação entre a missão e a expansão colonial/comercial naquela época.

Este episódio teve lugar no ano de 1648, portanto mais de vinte anos desde o seu batismo. Neste longo lapso de tempo, Njinga praticou continuamente os rituais ancestrais do seu povo, tão contrários à fé cristã.

Sem sabermos quanto tempo é que Njinga Mbandi permaneceu em Luanda durante a primeira embaixada de 1622, poder-se-á afirmar que nos primeiros sessenta/setenta anos, a religião católica não teve quase nenhum impacto nas suas ações e preocupações.

O próprio Cavazzi fala de vinte e oito anos durante os quais a rainha professou os rituais *jagas*⁴³. Portanto, uma “conversão real” da rainha teria tido lugar praticamente no final da sua vida, nunca antes. Esta situação seria obra do confessor antecessor a Cavazzi, António

42 Segundo livro, página 191.

43 Idem, ibidem, livro V, páginas 611 e 612.

Romano Gaeta, companheiro do autor da *Descrizione* na quarta missão dos capuchinhos italianos de 1654.

A dita conversão só aconteceria três anos após esta data (em 1657). Dado que Njinga havia de falecer em dezembro de 1663, confirma-se o escasso peso da religião católica durante a sua vida.

Ao contrário, os dois autores referem a devoção que os gentios mantinham pelas relíquias dos defuntos, bem como a rainha se valia de rituais tradicionais, apresentando-se possuída pelo espírito do seu irmão, de forma a assegurar o controlo dos seus súbditos⁴⁴.

Sirvam como exemplos a este respeito os seguintes parágrafos dos dois textos:

“(...) hum Cofre a que chamão na sua lingoa Mosete, todo de prata maciça, em que encerrava dentro os ossos de seus antepassados com muitas outras immundicias, o que tinha esta Rainha em grande veneração, fazendolhe muitos sacrificios de gente que mandava matar em seu obsequio, derramandolhe muito vinho, e fazendolhe outras offrendas de Animaes de toda a Casta; degolandolhos e vertendolhe o sangue ao pé onde o tinha collocado (...)”

História Geral das Guerras Angolanas, volume segundo página 167

“(...) Mortole il fratello Ngolambandi (...) raccolfe alquante offa di quell’infelicissimo cadauero, e le conferuò pocfia in vn’auello portatile, coperto di lamine d’argento, rozzamente battuto, e di ricchiffimi tappeti, honorando in que’ fracidumi d’inferno il fuo nume tutelare, con affegnamento di miniftri, di holocausti, di lumi, e d’incenfi. A coftui hebbe ricorfo per mezzo de’ singhilli, e ricercò da effo le rifpofte, e gli oracoli: anzi molte volte efercitando ella fteffa l’vffizio di singhilla (...)” *Istorica Descrizione de’ tre’ Regni, livro quinto, página 614*

Nestas linhas transparece uma condenação inequívoca. Os dois autores apresentam práticas xamânicas nas quais os rituais mágicos *jagas* evidenciam grande crueldade, destacando o horror das imolações de pessoas, especialmente quando se trata de crianças, bem como de outras criaturas, tudo para satisfazer as exigências dos defuntos.

44 No próprio livro V ao qual fizemos menção anteriormente, encontramos representações deste ato onde Njinga aparece representada a fumar diante do dito cofre onde eram guardados os ossos do seu irmão. Além disto, são várias as linhas ao longo da obra que mencionam como, através de rituais xamânicos, consultavam-se os presságios do além por médio do uso destas relíquias e com a ajuda de *xinguilas*, tudo isto em prol de conhecer se uma determinada ação ou decisão seria bem ou má sucedida.

Estas práticas passavam pelo uso de objetos de veneração⁴⁵, feitos de prata e outros materiais valiosos. É interessante notar que, após rejeitar as crenças ditas *tradicionais*, a rainha oferecerá este objetos livremente quando da sua reaproximação à igreja.

Neste sentido, encontram-se em Cavazzi as adjetivações mais críticas dessas ações. Aos olhos deste religioso, seria particularmente grave o facto de se tratar não só de uma pagã, mas também - sobretudo - de alguém que depois de aceitar o cristianismo renunciou à “verdadeira” fé.

As considerações perante as culturas diferentes das europeias passavam, a maioria das vezes, pelo facto de defender a ideia de que, enquanto alheios à verdadeira fé, os povos gentios não podiam ser julgados por impiedade, dado que nunca tiveram a oportunidade de acreditar e de ouvir a palavra do evangelho.

Mas tudo se alterava no momento no qual aceitavam a fé cristã (ou eram forçados a fazê-lo).

Mesmo se não pudessem entender o cristianismo na sua plenitude, os recém-batizados deviam aceitar a “verdadeira” fé sem margem para dúvidas, observando fervorosamente o culto. A apostasia seria, assim, quase - ou mesmo - pior que a idolatria.

Reconhecida pelos dois cronistas como alguém inteligente que tinha aceite a fé por vontade própria, o facto da rainha Njinga decidir abandonar o cristianismo teria, necessariamente, que ser duramente condenado pelo padre capuchinho.

Curiosamente, alguma forma de defesa da integridade da rainha surge também pela pena de Cavazzi: Njinga não acreditaria verdadeiramente nos rituais tradicionais, mas fazia uso deles como ferramenta de controlo social.

Mais uma vez, não poderemos ter certeza da veracidade desta afirmação. Mas o facto de Cavazzi referir outras situações das quais Mbandi se serviu em benefício próprio para consolidar a sua posição, reafirma uma ideia importante no relato do capuchinho: Njinga Mbandi teria gerido e usado tudo o que estivesse ao seu alcance seguindo não tanto a própria vontade, mas uma necessidade. Poderia assim ser visto, de algum modo, como uma forma de retirar a culpa da rainha e valorizar a sua segunda conversão.

3.3 Conversão paulatina da rainha?

45 Lembremos que o *ngola* servia como elemento depositário da realeza: o termo depois teria sido atribuído à pessoa que o controlava, mas originariamente a palavra se referia a um elemento totémico carregado do poder governativo e real e não ao indivíduo que o possuía.

Não obstante o exposto anteriormente no que respeita a apresentar Mbandi como uma rainha católica durante a maior parte da sua vida - pelo menos, na versão dos nossos cronistas -, a *Istorica Descrizione de' tre' Regni* sugere que poderia ter acontecido uma mudança gradual face à religião cristã.

Esta ideia é rara no texto da *História Geral das Guerras Angolanas*, e quando existe, segue num sentido muito mais pragmático.

Por outras palavras, enquanto o padre italiano nos dá conta de pequenas vivências e experiências da rainha com os missionários e padres que chegavam ao seu “quilombo” (como consequência direta da sua ação guerrilheira)⁴⁶, ajudando assim a entender como se processou esta alteração espiritual da rainha, o militar luso menciona apenas como a rainha ia manifestando vontade de regressar de vez à fé católica, referindo ao mesmo tempo que essa intenção seria do conhecimento dos governadores portugueses.

Por exemplo, Cavazzi refere o tratamento que dispensou a dois religiosos portugueses que viveram no seu “quilombo”, nomeadamente como impediu que fossem sujeitos a determinadas ações (tais como tentar forçá-los a comer carne humana).

Nestes casos, existe sempre uma ideia subjacente: a rainha vê ou testemunha a ira/justiça divina pelo dano ou afronta moral relativamente aos religiosos, pelo que sentiria compelida a atalhar, pessoalmente, estas situações. Esta poderá ser uma indicação de que se encontrava em curso uma alteração no seu comportamento face à religião Cristã.

Como já referimos, na obra de Cavazzi parece justificar-se o retorno da rainha à fé pela graça de Deus, que a faz ver o erro de abandonar o cristianismo.

No texto de Cardonega, pelo contrário, não encontramos referência às motivações espirituais do reencontro da monarca com o catolicismo⁴⁷.

46 No primeiro dos volumes da obra de Cadornega podemos ver como Njinga foi forçada a abandonar o reino como consequência da pressão e o avanço português pelo rio, o que ocasionaria um assedio nas ilhas do Kwanza, do qual só se libertaria à noite através do sector da ilha na que se encontrava, onde a vigilância era menor, aproveitando o intervalo de doze horas que lhe foram concedidas para se render. Este dado aparece no livro quarto de Cavazzi onde, já a seguir, fala de como, trás consultar os seus conselheiros e xamãs, tomou a decisão de fugir. A partir desse momento, relatam-se nas obras diferentes episódios de confronto contra os soldados lusos e como vai conseguindo, aos poucos, deserções entre as filas dos anteriores aliados dos portugueses, que se iam somando agora à sua ação bélica, à mesma vez que abraçava aos *jagas* e aos seus rituais, afastando-se da recentemente adquirida condição de católica. Vemo-lo, por exemplo, na página 208 do terceiro dos tomos da *História* de Cadornega ou mais uma vez no primeiro, nas páginas 293 e 405, onde descreve-se como tentava também estabelecer acordos com os novos agentes europeus chegados a Luanda: os holandeses. Também se narra na obra do militar algumas das técnicas que utilizava e como fez fugir aos seus soldados (e a si própria) sem seguir os caminhos frequentados pelos portugueses para que estes não os encontrassem, noutra ocasião na que se encontrava novamente rodeada. Estas ações de guerrilha também estão referidas na *Istorica Descrizione* de Cavazzi, onde se comenta como permitiu o sacco aos seus soldados de toda a província à beira do Ovando (livro quarto, página 441) ou como fingia render-se, para depois contradizer com as suas ações posteriores a palavra dada (livro quinto, página 623).

A este propósito, devemos acrescentar - e sublinhar - outra coincidência entre os dois textos: a certa altura, Mbandi solicitou o envio de religiosos para tratar da sua reconversão.

Encontramos vários elementos comuns quando os dois autores relatam este episódio:

Por um lado, Njinga Mbandi justifica a sua vida *jaga* como motivada pelas agressões sofridas por parte dos portugueses. Portanto, os dois autores põem na boca da soberana uma coerção não desejada, uma vez que ela não teria procurado o favor desses guerreiros (e não teria adotado as suas práticas heréticas) se não fosse a pressão sofrida pelo avanço luso, situação ainda mais evidente quando da recuperação do território das mãos dos holandeses.

Por conseguinte, os dois cronistas quase desculpam, tanto veladamente como de forma assumida - mais assumida no caso de Cavazzi -, o afastamento de Mbandi do cristianismo em virtude da situação político/militar então vivida na região.

Por outro lado, a rainha tenta negociar com as autoridades portuguesas um modo de coexistência pacífica, utilizando como moeda de troca a aceitação da fé e a conversão do seu povo.

Neste aspecto tão sensível, o governador e “restaurador” angolano Salvador Correia de Sá parece perceber como as missões capuchinhas e os seus padres poderiam assumir o papel de “embaixadores na sombra” do poder luso, situação que ajudaria ao restabelecimento da supremacia dos portugueses e à assinatura de acordos de paz, quer no Congo quer na Matamba e terras controladas por Njinga. Os capuchinhos desempenhariam um papel de contraponto em relação a outras congregações com as quais os portugueses mantinham, tradicionalmente, um maior contato, nomeadamente os jesuítas.

Assim, depois de Salvador Correia de Sá, o governador Luís Martins de Sousa Chichorro também irá apostar nessa mesma congregação religiosa, a partir de 1654.

Apesar da diferença dos comentários subjetivos que se podem encontrar nas duas obras sobre as motivações reais de Njinga relativamente a outros aspectos da sua vida e da sua ação política, ambos aceitam a sua conversão como algo absolutamente correto e sem margem para dúvidas.

Os relatos referem que no final, foi estabelecido um acordo segundo o qual a rainha se comprometeria a regressar ao catolicismo, promovendo a sua propagação entre os súbditos, renegando os rituais antigos e proibindo-os (incluindo o retomar do tráfico de escravos). Este acordo seria selado com o regresso ao seu “quilombo” da irmã Bárbara, para ser nomeada herdeira.

47 Apenas no terceiro livro se fala no terceiro dos seus volumes (página 209) da importância que tiveram os religiosos capuchinhos e os missionários apostólicos na reconversão da rainha.

O facto de Njinga Mbandi propor, no âmbito do compromisso a firmar com os portugueses, converter o seu povo definitivamente; o regresso da própria irmã, e o tráfico de “peças” - escravos - não era nem estranho nem chocante para o olhar de Cadornega e de Cavazzi.

Na óptica da Europa do século XVII, e no contexto concreto em que têm lugar os acontecimentos relatados, o facto dos monarcas procurarem a conversão do povo a um determinado rito era algo procurado e desejado, seguindo-se um modelo de conversão piramidal: a religião do rei ou chefe devia ser a religião da sua nação⁴⁸.

Cardonega destaca como a conversão da rainha fez com que muitos dos seus vassallos a imitassem, assumindo igualmente os usos da igreja católica:

“(...) E o depois de reduzida a rainha Ginga, Dona Anna de Souza, á nossa religião christã, mitigou parte do seu orgulho aquietandose com as admoestaçoens dos religiosos Capuchinos e Missionarios Apostolicos, que forão principal parte ou cauza de sua reducção, perseverando com muitos dos seus vassallos em o uzo da Igreja Catholica (...)” *História Geral das Guerras Angolanas*, Volume III, página 209

É manifesto que os dois autores colocam a reconversão como uma vitória perante a rainha:

Face aos portugueses, aceitava uma dependência efetiva, obrigando-se a estabelecer acordos que a colocavam numa situação de vassalagem.

No que à missionação dizia respeito, conseguiam-se novos fiéis e novas terras nas quais se poderia enraizar a fé católica, situação particularmente sensível no xadrez geopolítico da época.

Recorde-se que, no que respeita às duas congregações mencionadas anteriormente - capuchinhos e jesuítas -, estas apresentavam neste momento particular, um posicionamento claro face às duas forças eclesiásticas/seculares, Vaticano e *Padroado* português:

⁴⁸ O mesmo aconteceu após as guerras na Alemanha durante a primeira metade de Seiscentos, resultando na situação em que cada rei, duque, etc. pudesse escolher a forma do credo cristão que desejava seguir, eventualmente proibindo o professar de outras formas religiosas. Estas ideias e crenças mantiveram-se nos primórdios da evangelização africana, americana e asiática, como podemos ler nas páginas de *A Diáspora Missionária* escrita por COSTA, João Paulo Oliveira: “prevalencia então a velha concepção medieval de que a instauração de um poder político cristão antecedia, em regra, a catequização das populações (...) esta primeira conjuntura pode ser considerada como uma fase pré-moderna (...) a consolidação da Igreja numa determinada região só se verifica após a conversão do seu soberano”.

A companhia capuchinha representaria ao Vaticano e à sua *Propaganda Fide*, enquanto que a companhia jesuíta estaria fortemente relacionada com o *Padroado* português e a própria corte lisboeta.

Para além de tudo o que foi exposto, os jesuítas teriam grandes interesses particulares envolvidos na recuperação dos entrepostos angolanos, bem como na plena restauração das rotas escravagistas. Esta companhia assumia, desta forma, uma posição de quase monopólio, mantendo uma forte implantação no outro lado do Atlântico, no Brasil da produção da cana de açúcar. Por este motivo não podia ver com bons olhos a proliferação de ordens cristãs concorrentes⁴⁹.

Ainda que a presente dissertação não se foque no conflito entre as intenções particulares das diferentes personagens que aqui se cruzam (além das pessoas que se encontram diretamente ligadas à rainha Njinga Mbandi), convém não esquecer o que então sucedia nos tabuleiros geopolíticos europeus e respectivos espaços colonizados. De facto, como se sabe, durante o século XVII teve lugar uma alteração substancial no comércio mundial: passou-se de um controlo ibérico à entrada de um significativo número de concorrentes, associada à abertura de novos mercados e novas linhas de circulação e tráfico.

3.4 Consequências da sua aceitação da fé cristã

A conversão de Njinga terá acarretado assinaláveis dificuldades, nomeadamente no que respeita à alteração da mentalidade e integração num sistema de rituais muito diferentes das práticas tradicionais/ancestrais

Como já dissemos no primeiro capítulo, uma vez declarada pela rainha a proscrição de quaisquer práticas contrárias ao cristianismo, surgiriam situações conflituosas entre o seu povo, nomeadamente eventuais revoltas contra esta medida, e também o não acatar das novas práticas religiosas para continuar a observar os antigos rituais.

Cadornega praticamente não menciona nenhuma destas situações, ao contrário do padre Cavazzi que detalhou vários episódios destes conflitos.

Pela abordagem mais simples e direta do militar no que concerne aos aspectos religiosos será expectável que as dificuldades da cristandade para se estabelecer firmemente

⁴⁹ Posteriormente à autorização para a ordem capuchinha operar em Angola, os governadores seguintes irão permitir a chegada a estas terras dos carmelitas descalços, o que viria a aumentar a tensão com os jesuítas. Tal e como podemos ler na obra de BOXER, C.R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*, no seu capítulo X, a contestação paulatina por parte de Roma e da sua *Propaganda Fide* a partir do século XVII ao *Padroado* português contará como momentos de tensão entre Lisboa e o Vaticano, mas também entre as diferentes ordens nos diferentes espaços nos quais se expandia a influência da Igreja.

não merecessem demasiada atenção. Já para o capuchinho, a narrativa privilegia os esforços contínuos para impor a prevalência do evangelho (não podemos esquecer que seria o último objetivo da sua missão nessas terras longínquas).

Deste modo, os dois autores apresentam-nos situações contraditórias ao longo das respectivas narrativas, especialmente no que toca a momentos particularmente sensíveis, nomeadamente os episódios que implicam rituais funerários.

Assim, enquanto nalgumas linhas vemos uma Njinga Mbandi decidida a manter a nova fé, banindo rituais que continuam a persistir, noutras passagens dos dois textos vemos como é a própria rainha que deixa um corpo de certo guerreiro respeitado na floresta para ser devorado pelas feras, de acordo com o modo tradicional praticado no seu “quilombo”.

Seja como for, a rainha consegue, finalmente, não só o envio de padres missionários, mas também o tão ansiado regresso da irmã. Será nesta altura que emite uma série de proclamações visando proibir de vez as práticas *jagas*, sendo estas esclarecedoras sobre as decisões da rainha, sublinhando a firmeza das suas palavras⁵⁰.

Na passagem que a seguir se transcreve, António Cavazzi descreve o momento em que a rainha recebe o padre:

“(…) Appena l’hebbe ella veduto, che poftratafi in terra, grondante di calde lagrime ad alta voce le diffe. *Benvenuto il minifro del vero dio; ti ringratio, oh buon sacerdote, poiche fon certa, che mi rechi la fagrata grazia, mi rechi la pace, mi rechi il ripofa* (...)” *Istorica Descrizione de’ tre’ Regni*, livro sexto, página 643

A partir deste momento, os dois autores concordam em afirmar o desejo da rainha de construir o mais rapidamente possível igrejas e templos cristãos no sertão.

Igualmente referido por ambos os autores é o papel de destaque desempenhado pelo padre Gaeta para imprimir a celeridade necessária para estes projetos serem finalizados. E teria sido o próprio Gaeta quem teria conduzido a irmã da rainha, D. Bárbara, de regresso ao “quilombo” de Njinga Mbandi.

Antes de continuar, devemos esclarecer que Gaeta era o superior de uma missão de sete padres capuchinhos chegados às terras da atual Angola e Congo, sendo um deles Cavazzi. Enquanto Gaeta teve um contato privilegiado com a rainha desde 1656 (como já referimos anteriormente), Cavazzi juntou-se ao rei colocado no trono pelos portugueses, o *ngola Aarij*⁵¹

⁵⁰ Estas proclamações encontram-se detalhadas na obra de António Cavazzi, no seu livro sexto, páginas 638-639 e 647.

. Só após a morte do superior da congregação assumiu o lugar de confessor de Njinga Mbandi.

Os dois cronistas mencionam a magnificência do novo templo erigido por ordem de Njinga, cuja construção teria sido acompanhada pelo padre Gaeta. Contudo, apenas Cavazzi refere como o padre Gaeta teria aconselhado a rainha fazer um ato público solene através de uma cerimónia matrimonial seguindo os rituais cristãos, exibindo-se assim perante do seu povo como exemplo e modelo a seguir, imprimindo desta forma um novo ímpeto na expansão da fé católica entre os gentios.

Estas práticas, pelas quais os governantes se apresentavam como modelos sociais, eram vistas como normais e, por conseguinte, o facto de se casar pelo rito católico em público, em jeito de demonstração de repulsa à poligamia tradicional, ajudava a mostrar qual o caminho correto aos olhos dos seus contemporâneos, segundo o pensamento eclesiástico.

As adjectivações que vemos referidas a este propósito na *Istorica Descrizione de' tre' Regni*, tais como “apostólica sinceridade”, salientam a força destas decisões, mas também sugerem a sinceridade do retorno da rainha ao cristianismo.

Um resumo da mudança que ocasionou entre o seu povo a importância resultante da rainha aceitar o cristianismo encontra-se nesta mesma obra, no livro sexto, página 703:

“(...) Sotto il gouerno di quefta signora, cioè à dire, doppo che fi fù riconciliata con dio, caddero à terra l'idolatria, la fuperftiziofa, e facrilega venerazione all'offa de' defonti giaghi, i facrifizij di huomini e il mangiare la loro carne; attefoche gli editti puntualmente erano efeguiti nella diligente perquifizione de' trafgeffori, non difpenfandofi dalla pena del commeffo ecceffo qualunque perfona fi foffe (...)”

Também é especialmente assinalável a correspondência que Njinga Mbandi manteve com a Santa Sé, dirigida ao Papa. Segundo Cavazzi, Alexandre VII teria respondido a uma carta enviada pela rainha em 1657, na qual esta lhe afiançava os seus esforços em prol da propagação da fé, num ato de “humilíssima vassalagem”.

O reconhecimento do Papa como soberana católica desses reinos é particularmente relevante nesta conjuntura. Recorde-se que, nesta altura, os Bragança ainda não tinham sido

51 Sobre esta figura tratar-se-á no último dos capítulos da presente dissertação, mesmo se não há grandes informações sobre a mesma e, ao que parece, foi uma figura controlada e colocada pelo poder português após a expulsão de Njinga, à vez que se criava um estado títere com o qual interagir como interlocutor válido. Como tal, não contou com os apoios expectáveis e o seu governo foi questionado desde o começo quer pela rainha quer pelas populações locais.

reconhecidos pelo Vaticano como soberanos legítimos de Portugal. O conflito pela restauração de uma dinastia nacional ainda se encontrava em aberto contra os Habsburgos espanhóis. Como se sabe, esta casa real era apoiada pelo papado. De facto, decorria uma situação particularmente sensível na contenda pelo trono luso, com a regência de Dona Luísa de Gusmão após à morte de João IV, e o recrudescimento das hostilidades pela parte espanhola.

Mostra-se a seguir uma das cartas incluída no quarto livro da obra do padre Cavazzi, da autoria da rainha, como exemplo da correspondência mantida com Roma:

498 LIBRO QUARTO.

Santità; il transunto della quale, essendomi capitato sotto gli occhi frà le memorie de' nostri Archiuij, hò voluto quì per appunto diitendere.

BEATISSIMO NOSTRO PADRE SANTO.

H Ora che riconosco la Santità Vostra per Padre, e per Capo uniuersale della Chiesa di Dio, e per Vicario di Nostro Signore Giesu Christo in Terra, le farò baciato il Piede, e resa humile, e riucrente Vbbidienza à mio nome dal P. Serafino da Cortona Capuccino, già destinato Prefetto della Mission in questo mio Regno di Matamba. Quel Signore, che si degnò d'illuminarmi, similmente mi porge la notizia, ch'io hò di douermi alla Santità Vostra dichiarare obligatissima per la premura hauuta di prouedere me, e i miei Vassalli di ottimi, e vigilanti Ministri sopra la nostra salute. Di già tutta la mia Corte st'è lauata col Santo Battefimo, e stanno erette Chiese per l'accrescimento del Culto Diuino. Resta che Vostra Santità voglia continuare l'honore per la spedizione di altri Missionarij della stessa Religione, e che sempre si compiaccia per nostro spirituale beneficio compartirci le Indulgenze, e le Benedizioni, ch'escano dalla sua potentissima destra, si come humilmente prostrata à suoi piedi le chiedo, rimettendomi nel di più al sudetto nostro Ambasciatore. Di Matamba li 8. Settembre 1657.

Figliuola vbbidientissima, & humilissima
Donn' Anna Regina.

Istorica Descrizione de' tre' Regni – Livro quarto, página 498

Considerando estas datas, e sabendo que a rainha morrerá seis anos depois da data da carta, 1657, podemos reafirmar que o papel do cristianismo na vida de Njinga Mbandi se reduz aos seus últimos anos de vida.

É curioso como a conversão e a dedicação de Njinga à fé católica não suscite nenhuma qualquer dúvida por parte dos autores. Ao contrário, outras ações e decisões de Njinga Mbandi são sempre analisadas e criticadas com suspeita, conferindo-lhes uma

intencionalidade obscura e quase sibilina, em especial por parte de quem considerava que o engano consistia numa ferramenta básica do governo de Njinga.

Seguramente que a assumpção de uma conversão sincera seria mais útil para os interesses quer dos portugueses quer da igreja. E é este facto sem dúvida que teria reflexo na apreciação dos dois autores quando analisam o tema: não convinha duvidar nem criticar aquilo que servia os interesses de Lisboa e de Roma.

Um último ponto dentro deste capítulo tem a ver com a morte de Mbandi, celebrada segundo o rito católico, bem como a apresentação de Cavazzi como testemunha presencial dos momentos finais da rainha.

Já referimos que existe uma diferença importante entre Cadornega e Cavazzi que consiste, justamente, no facto deste último ter vivido em grande proximidade a rainha, substituindo o padre Gaeta como confidente, e providenciando apoio espiritual à rainha durante a fase final da sua vida. A proximidade entre Cavazzi e Njinga Mbandi encontra-se atestada pelo facto de o padre capuchinho ser incumbido pela rainha de “missões” específicas. O texto do capuchinho revela-se, desta forma, uma fonte inestimável quando se trata de seguir o final da vida da soberana.

Em todo o caso, transcreve-se a descrição que cada um dos cronistas faz do momento do momento em que ocorre a morte da rainha Mbandi:

“(…) morrendo com todos os sacramentos da santa madre igreja, assistindolhe até o último bocejo o padre capuchino e missionário apostólico frei João Antonio de Monte Caculo, mandandoa amortalhar com o habito de São Francisco, que ela pedido tinha; e foi sepultada na igreja de Santa Maria de Matamba, que ela havia fundado (...)” *História Geral das Guerras Angolanas, volume II, página 220*

“(…) Giunto che fui nella camera della regina, m’auuidi che il tempo della vita de lei volaua per terminare à momenti; laonde hauendole iddio conceduta perfetta fanità di mente, hebbi agio di confortarla, fuggerendole atti di carità, di contrizione, e di amore verfo il crocefiffo, che fin’ all’vltimo tenne frà le braccia: le diedi l’eftrema vnzione; le raccomandai l’anima, rifpondendomi ella più che poteua, con fingolare diuozione, e intrepidezza; finalmente à 17 de decembre 1663 sù lo fpuntar dell’alba, in età di circa ottant’vn anno, fenza pena di agonia, placidamente pafsò all’altra vita (...)” *Istorica Descrizione de’ tre’ Regni, livro sexto, página 717*

Verificamos que Cardonega redige o seu texto na terceira pessoa, enquanto o padre Cavazzi usa a primeira pessoa, dado ter sido testemunha presencial desse momento. É ainda particularmente assinalável a forma como os dois autores transcrevem um mesmo momento com dois estilos tão claramente distintos, situação igualmente representativa das características redações das duas obras.

António de Cadornega usa sempre um estilo menos elaborado e mais direto. Já António Cavazzi inclui uma linguagem mais cuidada e estilizada que, neste caso particular dos momentos finais da vida da rainha Njinga Mbandi, se permite quase transcrever o último diálogo que manteve com a rainha.

Resta ainda referir uma situação que nos parece relevante: nas páginas imediatamente anteriores à descrição da sua morte, o capuchinho menciona o desejo da rainha de não serem celebrados quaisquer rituais tradicionais no seu funeral.

Com efeito, se bem que não esteja dentro dos objetivos da presente dissertação, após a morte de Njinga Mbandi, terão ocorrido várias tentativas de sepultar a soberana seguindo as práticas tradicionais, demonstrando, mais uma vez, a fraca implantação da cristianização naquelas terras⁵².

4. Njinga Mbandi: da sua ação política-organizativa

Analizadas, no segundo capítulo, as impressões dos dois autores sobre a rainha, e explicada a relação que Njinga teve com a igreja católica ao longo da sua vida, aprofundaremos agora o seu posicionamento no que respeita aos acontecimentos históricos que enquadraram a sua vida. Podemos resumir esta problemática em poucas palavras: a tentativa constante de se reivindicar como a justa e legítima soberana daquelas terras contra o que entendia como uma invasão e um desafio à sua autoridade por parte dos portugueses, desde a chegada destes à região na segunda metade do século XVI.

Já referimos, no início da presente dissertação, a dificuldade de utilizar uma metodologia comparativa na análise destas duas obras. Como é expectável e lógico, nenhuma das duas obras está organizada seguindo o esquema utilizado no presente exercício comparativo, pelo que devemos retirar informações cruzadas provenientes de parágrafos distintos ao longo das páginas destes livros para as contrastar.

⁵² Por este motivo, incluir-se-ão no segundo dos anexos da presente dissertação três das páginas do livro original de António Cavazzi (livro sexto) que tratam justamente dos últimos desejos da rainha e das disposições que esperava fossem cumpridas após o seu óbito.

Deste modo, na tabela comparativa do primeiro dos anexos amostram-se duas colunas com exemplificações da mão dos dois autores. Da *História Geral* foram escolhidos onze trechos do primeiro e do terceiro dos volumes; enquanto da *Istorica Descrizione de' tre' Regni* selecionaram-se dezessete fragmentos dos “livros” quarto, quinto e sexto.

Assim, fizemos no segundo capítulo uma primeira e rápida abordagem sobre a percepção geral das relações que Mbandi teve com os outros agentes da época, com o objetivo de confrontar a visão comum que os dois cronistas apresentam no que respeita à sua forma de se comportar perante aos outros, quer europeus, quer africanos.

Expôs-se uma imagem da rainha muito semelhante nas duas obras: tratava-se de uma mulher de carácter forte e intrigante, que não hesitaria a utilizar quaisquer recursos que tivesse ao seu alcance para conseguir o controlo daquelas terras.

Da mesma forma que os preconceitos sociais europeus lhes fizeram conceber a rainha Njinga negativamente (em termos gerais), também fizemos notar como nenhum deles, nem Cadornega nem Cavazzi, poderia ver na intervenção flamenga uma ação lícita, equiparável ao controlo dos portugueses na região.

Portanto, mais uma vez, partimos neste último capítulo para a análise de uma redação claramente dirigida num sentido concreto por parte dos dois autores.

É chegado o momento de comparar a forma como o padre capuchinho e o militar luso apresentam o confronto entre Njinga Mbandi e os outros atores políticos com os quais interagiu. Contudo, devemos fazê-lo sem perdermos a perspectiva da existência de uma intenção subjacente nos dois livros: além da mera descrição de factos ocorridos (como já referido anteriormente), pretendem legitimar a reivindicação da presença portuguesa e da igreja católica no território do Kwanza, contra inimigos internos e externos.

De maneira equiparável ao que se passava no terceiro dos nossos capítulos (dedicado à sua aproximação à religião católica), mas em diferença com o segundo (focado na consideração de Njinga como mulher africana), os parágrafos que descrevem os acontecimentos na sua vertente bélica mostrar-se-ão menos carregados de epítetos e adjetivações. Vale isto a dizer, contamos com uma descrição menos tendente a subjetividades e mais focada a um estilo mais direto.

Apercebemo-nos de que os dois autores tentam limitar a subjetividade das suas apreciações. Assim sendo, a realidade dos factos será descrita de uma forma direta, aliás bastante semelhante nas duas obras, ainda que seja Cavazzi quem, novamente, cuide de emprestar uma maior coerência interna ao seu texto.

Da mesma forma, existem alguns princípios seguidos por ambos os autores. Ainda que mesmo não sendo exatamente idênticos nas suas descrições, apresentam certas concepções comuns:

Existe um desequilíbrio entre a apresentação do poder flamengo e do poder português, sendo que o primeiro é sempre descrito de maneira a secundarizá-lo em relação ao poder de Lisboa.

De facto, nem Cadornega nem Cavazzi se preocupam em expor com grande detalhe o “governo” neerlandês. Dedicam-se antes a descrever o seu avanço e luta constante contra os portugueses, que se vêm forçados a confinar-se ao forte de Massangano (no interior) durante sete anos.

Será justo dizer que o porquê dessa “falta” é compreensível: o controlo holandês foi efêmero no tempo (não completou nem uma década) sendo sempre contestado belicamente; confronto esse incluído na confrontação naval global que questionava o monopólio comercial dos estados ibéricos. Aliás, os neerlandeses nunca chegaram verdadeiramente a estabelecer uma administração diferente à previamente criada pela coroa portuguesa, e sempre parasitaram a rede escravagista já criada, introduzindo-se nas rotas marítimas dirigidas para o Brasil e as Antilhas, ainda que reduplicando a sua estrutura⁵³.

Por outro lado, a *História Geral* e a *Istorica Descrizione de' tre' Regni* traça uma imagem clara da rainha: Njinga Mbandi não se comporta com lealdade, nem sequer face à própria palavra dada, orquestrando estratagemas e quebrando o acordado quando necessário.

Como já escrevemos, nenhum dos dois autores a considera como uma pessoa virtuosa e justa e, ainda que se observe uma diminuição dos adjetivos pejorativos ao longo da narrativa, a ideia geral persiste: a rainha não é fiável nem honorável.

Esclarecidos estes aspectos, tentaremos finalmente proceder à comparação entre os dois textos no que respeita às ações estritamente políticas e governamentais de Mbandi.

Distinguímos três momentos principais e três agentes “externos” cruciais durante o exercício do seu poder e com quem teve que se relacionar. Estas situações são mencionadas com grande desigualdade no que respeita à sua importância, embora mereçam um tratamento praticamente idêntico por parte dos dois autores.

Em relação a um eixo cronológico distinguem-se facilmente três momentos muito claros:

53 BARBOSA, Kássia Terezinha *Massangano: resistência portuguesa na Angola holandesa, 1641 a 1648* XI Colóquio de História da Unicap / I Colóquio de História do PPG em História da Unicap (2017).

- Um primeiro período relativo aos anos prévios à ascensão de Njinga ao poder, após o desaparecimento do seu irmão em 1624.
- Uma segunda fase relativa à sua governação durante a maior parte da sua vida (depois de obtido o controlo do poder) até à expulsão dos holandeses e às novas tentativas de diálogo com os portugueses a partir do 1648.
- Finalmente, o seu governo após os tratados finais e a aceitação da fé católica e do processo de missionização, que chegaria até à data da sua morte a dezessete de dezembro de 1663.

Neste sentido, nem Cadornega nem Cavazzi fazem grandes referências a Mbandi nos períodos prévios à sua designação como embaixadora do irmão junto dos portugueses, já situação ocorrida em época muito próxima à tomada do poder. Quer isto dizer que, os seus primeiros trinta ou quarenta anos de vida são praticamente omitidos pelos dois cronistas, com a exceção relativa à sua educação e criança, mas que apenas podemos ler no texto do padre capuchinho efemeramente.

Assim sendo, será a partir desse momento (no “segundo” e “terceiro” estádios da vida de Njinga, poderíamos dizer) que as duas obras nos apresentam um maior e mais completo retrato político da rainha.

Já relativamente aos agentes “externos” com os quais Njinga interagiu, os três protagonistas não podiam deixar de ser portugueses, holandeses e os poderes locais africanos (quer *sobas*, quer os seus homólogos no relativo ao respectivo *status*).

4.1 Perante os portugueses

Tal como sucede com o eixo cronológico, os dois autores não tratam de forma equilibrada as ações de lusos e de africanos, por um lado, e de holandeses, por outro.

O grande acontecimento que teve lugar logo nas primeiras páginas de ambos os relatos é a embaixada de 1622, que Njinga protagonizou perante o governador João Correia e Sousa, em representação do seu irmão. É interessante notar que este episódio passa de uma posição de quase apagamento da sua pessoa, passando a ocupar uma posição de inegável protagonismo nos dois livros, ainda que a *História Geral* lhe confere menor relevância do que a *Istorica Descrizione de' tre' Regni*.

Com efeito, a afamada imagem de Njinga exigindo ou obrigando a uma das suas escravizadas converter-se numa cadeira improvisada para se manter em pé de igualdade

diante do governador lusitano é, provavelmente, um dos relatos sobre a rainha mais popularizados. Tal como o episódio subsequente também o é: quando Njinga, ao sair da sala onde se realizou a embaixada, abandonando ali a mulher, é chamada a atenção para esse facto pelo próprio governador⁵⁴.

Tendo em atenção as datas adiantadas por Cavazzi, Njinga contaria então com cerca de quarenta anos.

Relativamente ao lapso cronológico anterior à embaixada, ambos os autores relatam a ascensão do seu irmão ao poder e o comportamento deste face às irmãs e ao seu sobrinho. São descrições simples, mas equiparáveis no seu conteúdo.

Convém lembrarmos que os relatos não se apresentam sequenciados cronologicamente e, no que respeita a esta embaixada, por exemplo, os dois autores introduzem-na após já terem descrito a situação de guerra aberta com a rainha, quase como se estivessem a voltar no tempo para explicar ao leitor de onde é que essa mulher vinha e porquê é que então estaria a lutar contra os portugueses.

Aliás, é também de salientar a forma como Cavazzi, depois de relatar a conversão/aproximação ao cristianismo por parte de Njinga, refere a conversa que esta teve com o irmão sobre fazer guerra ao português e como ela própria teria discordado, se o tivesse sabido com anterioridade.

Como já referimos no primeiro capítulo desta dissertação, um aspecto de salientar na obra do capuchinho, que não surge no texto do militar português, é uma (tímida) tentativa de compreensão das motivações que teriam levado à Njinga a reagir como o fez: continuação do conflito com os portugueses; fuga face ao interior; associação aos *jagas* (e aos seus rituais) e contestação ao comércio escravagista luso; aproximação dos holandeses...

“(...) laonde la premura da lei moftrata in volere la pace temporale del fuo regno, e la fpiriruale della propria cofcienza, mi dà fondamento di credere, ch’ella haurebbe molto prima effettuato il fuo defidero, fe da varij accidenti, che altroue defcriueremo, non ne foffe ftata alquanto difturbata (...)” *Istorica Descrizione de’ tre’ Regni*, livro quarto, página 497

Pela sua parte, António de Cadornega nunca refere qualquer justificação para a atuação de Njinga, em particular atacar os portugueses, para além do seu desejo pessoal derivado de uma natureza desonesta.

⁵⁴ Detalhados na obra de António Cavazzi, no seu livro quinto, páginas 604 e 605.

Nas linhas de Cavazzi, mesmo sem chegar a recriminar os portugueses, sendo quase unânime com Cardonega no que respeita ao antagonismo da rainha contra os lusos, deixa-se ocasionalmente ao leitor um vislumbre subtil dos motivos que estariam por atrás das ações de Njinga.

Talvez este facto tenha que ver com a maior intimidade entre o padre italiano e Njinga Mbandi: sendo o seu confessor - e confidente - o capuchinho estaria mais aberto a compreender as motivações de Njinga, o que não poderia acontecer, de todo, com o militar português.

Para além do exposto, a descrição deste episódio permite-nos entrever qual a situação com os portugueses antes da rainha chegar ao poder, e como a embaixada foi recebida.

Mais uma vez, é o capuchinho quem nos dá uma imagem mais clara do bom acolhimento dessa primeira embaixada por parte das autoridades de Luanda.

Portanto, tal como sucede no que respeita à pegada real que a religião católica imprimiu na monarca⁵⁵, as duas obras são omissas relativamente a quase metade da prolongada vida da rainha Njinga Mbandi.

De facto, nenhum dos dois autores presta grande atenção aos longos anos formativos da monarca, limitando-se a dar-nos apenas alguns traços vagos desses momentos.

É claro que nenhum dos dois cronistas pretendia escrever uma biografia desta mulher, mas não deixa de ser digno de nota que de uma vida longa com mais de oitenta anos se deixem de fora quaisquer dados relativos aos seus primeiros quase quarenta anos.

A formação do seu carácter e as primeiras relações com os portugueses durante o reinado do seu pai, são aspectos praticamente omissos, apesar da certeza de que ajudariam a formar uma percepção mais fundamentada - e por isso menos subjetiva - desta soberana.

Por exemplo, é mencionada a capacidade dialética e a grande eloquência que Njinga demonstrou no primeiro confronto com o governador em Luanda. O facto de se expressar em língua portuguesa significa claramente que lhe teria sido ensinado o idioma, o que por sua vez nos leva a pensar que teve contatos com os portugueses.

Porém, dado que nenhum dos textos nos adianta dados sobre aquele período formativo, só podemos especular sobre como surgiram essas primeiras relações de Mbandi com o emergente poder lusitano na zona.

Por outro lado, ambas as obras indicam que a situação de luta armada contra os portugueses teria sido iniciada pelo seu irmão.

⁵⁵ Ver capítulo três da presente dissertação, páginas 48 a 63, onde vimos como apenas quase só nos anos finais de Njinga poderíamos falar de uma “conversão”.

Portanto, no momento no qual Njinga assume o controlo do governo a relação com os lusos é já precária. Vários novos acordos e tratados são gizados, mas a guerra no sertão acaba por se reacender.

O conflito leva Njinga Mbandi, que então iniciava o seu reinado, a ser expulsa dos domínios tradicionais dos *mbundu*, movendo-se paulatinamente face ao leste até atingir as terras da Matamba. Será aqui que finalmente se irá estabelecer e manter-se no poder com o apoio dos *jagas* até a quase o final do seu governo.

No seguinte mapa vemos quais os territórios onde ficariam tradicionalmente as áreas da Matamba. Vale isto a dizer que, de maneira análoga ao que se indicou nos mapas anteriormente mostrados no presente trabalho⁵⁶, os limites territoriais nesta ilustração também são imprecisos, desde que as fronteiras não nos são totalmente conhecidas com exactitude.



Imagem III – Territórios sob controlo português no século XIX e terras tradicionais do Ndongo, Matamba e Cassange⁵⁷

Dependendo do governo local português em representação e ligação com Lisboa, tentaram-se diferentes acordos de paz com ela, mas seria depois da reconquista do território pelo governador Correia de Sá, vindo do Brasil que, após prolongadas negociações, finalmente se conseguiriam assinar os acordos de paz definitivos.

É importante não esquecermos qual o contexto bélico geral na zona. Assim, Njinga Mbandi não foi a única figura que contestou a expansão do poder de Lisboa pelo Kwanza.

⁵⁶ Ver apartado 2.3 desta dissertação.

⁵⁷ A imagem seleccionada pode ser consultada facilmente no site *Os últimos no leste: na retirada das tropas portuguesas de Angola 1975* <http://aretirada1975osultimosdoleste.blogspot.com/2015/03/ocupacao-effectiva-das-colonias.html>

Na época, a região do Ndongo, da Matamba e mesmo do próprio Congo, vivem um processo de grande dispersão ou atomização política despoletado, em grande medida, pelo fator desestabilizador para as culturas locais que os europeus trouxeram consigo 58.

A assinatura dos acordos de paz com a rainha, visto por muitos *sobas* e pelos *jagas* como reconhecimento da posse do trono, constituíam, assim, um importantíssimo objetivo dos portugueses.

Mesmo assim, com toda certeza, estes não seriam os únicos tratados firmados pelos portugueses com os agentes de poder africanos.

Ainda que os tratados só tivessem sido efetivados após a restauração lusa na área (mais concretamente em 1656), terão existido outros acordos prévios com Njinga que são mencionados nos textos. Como consequência, consegue-se encontrar uma ténue referência a estes acordos no conjunto geral das obras.

Um destes acordos foi assinado e quebrado em 1628, quando a rainha enviou 400 escravizados aos portugueses. Nesta altura, Njinga ainda se encontraria refugiada sob a protecção do intrincado dédalo das ilhas do rio Kwanza. Ter-se-à tratado de uma demonstração da sua boa vontade para selar uma trégua duradoura com o governador Fernão de Sousa.

Porém, neste episódio os portugueses creram que um dos enviados de Mbandi, um certo Mani Lumbo, estaria a passar informações secretamente à rainha e foi por isto morto.

Um ano depois (1629) as irmãs da rainha seriam feitas reféns pelo governador Araújo de Azevedo, que acabou por expulsar do Kwanza à própria rainha. Njinga Mbandi encontraria então asilo na Matamba, altura em que abraçou os costumes *jagas*, certamente no fito de obter a sua protecção.

No decorrer dos acontecimentos posteriores vemos como, noutra ocasião, uma dessas irmãs foi morta pelos mesmos motivos pelos quais foi ajustiçado Mani Lumbo: foram descobertas cartas que teriam sido enviadas e recebidas por Njinga com informações sensíveis sobre os portugueses redatadas pela sua irmã.

Sobre a conturbada relação inicial da rainha com os portugueses, Cavazzi faz mesmo eco explícito dalgumas das cartas enviadas pela rainha, solicitando a cessação das hostilidades, onde faz ainda pedidos específicos às autoridades portuguesas, nomeadamente a libertação da sua irmã Bárbara, entre outros.

58 MACEDO, José R. (2013), páginas 2 a 8.

A propósito dos pedidos de suspensão dos confrontos, os dois autores relatam também os requerimentos do governo português para formalizar o fim do conflito, assim como as exigências da Mbandi para aceitar o fim da guerra.

Em vários capítulos das duas obras se refere as diversas tentativas do governo da metrópole para chegar a um acordo com quem consideram uma usurpadora do trono. Todas impõem a observância de três condições *sine qua non* para formalizar um acordo. Um bom exemplo encontra-se na página 82 do segundo volume da *História Geral* que a seguir se transcreve:

“ (...) lhe foi concedida a paz e amizade em nome de Sua Magestade com condição que havia de viver Catholica como manda a Santa Madre Igreja de Roma, e ter em seu Reino e Quilombo quem o administrasse dando lugar e todo o favor para a propagação da Santa fé Catholica, e que não falaria nas cousas antigas e já passadas entre a Coroa de Portugal e seus Vassallos; e a de Angola e seus Subditos, nem tão pouco nos Escravos antigos fugidos aos Portuguezes mais que daquelles que para seu Reino e Quilombo tivessem hido de dez annos a esta parte; e que entregaria o Jaga Calandola com todo o poder com que fugiu de Embaca para seu Quilombo (...)”

Com maior ou menor clareza, os dois cronistas referem o desejo do governo lisboeta no sentido de lhe serem restituídas todas as “peças” que pudessem ter abandonado ou fugido do controlo português para se acoitarem nos “quilombos” da rainha.

Em várias passagens, Cardonega e Cavazzi referem como muitos africanos teriam fugido para engrossar as fileiras do inimigo, e como Njinga teria convencido – ou mesmo coagido - determinados *sobas* para a apoiar.

Quer isto dizer que os dois textos descrevem a queixa recorrente das autoridades portuguesas relativa à perda de escravizados ou de vassallos *sobas* como consequência da ação militar e política da Mbandi. Portanto, a restituição das ditas “peças” consiste numa exigência necessária para qualquer possível acordo a firmar com a rainha.

Os cronistas também referem a outra exigência recorrente: que a soberana deixasse as práticas pagãs e restabelecesse o culto cristão no território.

Como foi referido no terceiro capítulo desta dissertação, Njinga Mbandi recorreu aos *jagas* para se manter no poder na Matamba, aceitando as tradições e práticas religiosas daquele grupo. Este facto seria, por si só, claramente contrário a qualquer possibilidade de

negociação com os portugueses que, na altura, acarretaria necessariamente uma aceitação da fé católica.

Não seria exequível por parte das autoridades portuguesas uma ação diplomática que não estivesse de acordo com a igreja de Roma. De facto, veremos como os dois textos referem o assunto da conversão a propósito das missivas enviadas pela rainha à Santa Sé. Njinga teria, por certo, perfeita consciência da importância – e necessidade! - de assumir uma conversão ao catolicismo romano para poder chegar à paz com os portugueses.

Finalmente, tanto Cavazzi como Cardonega mencionam que todas as tentativas de acordo admitiam a submissão da rainha perante o rei português, de uma forma ou outra.

Sem dúvida, este foi o ponto mais controverso e que mais desagradou Njinga Mbandi.

Há que entender as duas diferentes perspectivas dos dois agentes em jogo:

De um lado, os europeus (neste caso, os portugueses) consideravam necessário estruturar as novas formas de expansão passando pela aceitação inquestionável do poder superior de um monarca. Nesta perspectiva, os reinos e territórios africanos, com as suas organizações tribais, não eram comparáveis com os europeus e, por conseguinte, seria natural considerá-los como vassalos.

Pelo outro lado, temos povos locais - neste caso, encabeçados pela figura da rainha Njinga Mbandi - com tradições próprias, pelas quais o facto de um soberano aceitar ser inferior ou aceitar subordinar-se a um poder alheio não tinha como nas suas estruturas e seria como retirar-lhe legitimidade perante os povos que governava.

No ponto de vista da rainha, ela estava em pé de igualdade com o rei português, como também era um(a) igual ao rei do Congo. Ser exigida aceitar obedecer a outro soberano era uma humilhação e, portanto, injusto e ofensivo.

É, aliás, o que podemos ler nesta passagem:

“(…) in contrapofito di sì grandi offerte, riconofceffe con annuo tributo il gran beneficio, che le veniu fatto. Alteroffi ella fuor di modo à quefte propofte, ftimando graue ingiuria il pretendere omaggio da vna principessa affoluta e indipendente; e rifpondendo, che fomiglianti pretenfioni rifcuoteuanfi con l’armi alla mano (...)” *Istorica Descrizione de’ tre’ Regni*, livro quinto, página 618

A partir de determinado momento, a rainha introduz na negociação o regresso da sua irmã.

É também assinalável que Njinga apresente várias reclamações relativamente à conduta dos portugueses. Estes, porém, raras vezes expressam quais as afrontas cometidas e sofridas (como o caso da perda de “peças”), insistindo objetivamente na exposição dos termos do acordo proposto.

Já referimos como o padre Cavazzi descreve, em primeira pessoa - pela boca de Njinga - quais motivos a levaram a mover a guerra aos portugueses. Porém, os dois autores são unânimes ao atribuir aos portugueses a iniciativa de promover negociações para chegar a um acordo .

Assim, seria após ao fim do controlo holandês da região que a rainha teria, finalmente, tomado a iniciativa em procurar um acordo com as autoridades lusas.

A abertura de Njinga a negociações coaduna-se perfeitamente com a imagem que ambos os autores tentam transmitir da legitimidade do poder português, em contraponto com a ilicitude do poder de Mbandi e com a usurpação por parte dos neerlandeses: perante um inimigo que tenta atingir os seus objetivos através de atos desleais e enganoso, os portugueses são apresentados como o modelo de ação, quer na guerra, quer nas negociações.

Nos dois livros apresentam-se os ataques portugueses justificados por alguma violação prévia dos acordos por parte da rainha.

A própria entronização, por exemplo, só teria sido conseguida através do assassinio do seu sobrinho, apresentado como o herdeiro legítimo.

Njinga teria então recorrido ao engano para sublevar vários *sobas* inicialmente favoráveis ao avanço luso; recebendo ainda de braços abertos todos os escravizados fugidos dos proprietários portugueses.

Por fim, não hesitou em recorrer à apostasia para conseguir o apoio dos *jagas* para prosseguir uma guerra *injusta* contra a autoridade em Luanda, aceitando observar um conjunto de rituais pagãos, vistos como extremamente bárbaros e cruéis .

Com estas motivações em mente, os dois cronistas consideram legítimos quaisquer movimentos, pressões e ataques aos “quilombos” de Mbandi como legítimos e, conseqüentemente, a todos os chefes locais que se encontrassem coligados com ela.

As mesmas considerações tecidas sobre a ilegitimidade do poder de Njinga levou os dois cronistas a descreverem o ultraje que significou para Njinga os portugueses escolherem um régulo - o *ngola* Aarij, de acordo com Cavazzi - da sua confiança para ocupar o lugar da rainha, depois desta se refugiar nas terras da Matamba.

É óbvio que nenhum dos cronistas queria contestar as decisões dos governadores portugueses em questões de guerra.

Em todo o caso é de salientar o desequilíbrio das apreciações sobre a conduta dos dois contendores: as ações da rainha são sempre vistas como ardis premeditados para atingir o poder, enquanto as manobras das autoridades lusas são apresentadas como corretas e expectáveis face aos ataques injustificados de Njinga.

Mas, voltando ao *ngola* Aarij, nenhum dos textos nos adianta mais informações sobre quem foi este homem, para além de ser apresentado como o legítimo candidato segundo os costumes e tradições locais.

Evidentemente que é estranho que só graças aos portugueses conseguisse chegar ao poder, pelo que será provável que se tratasse de um personagem afeto às autoridades de Luanda, ainda que com uma mínima legitimidade real para tentar manter a situação sob controlo português.

Em todo o caso, e de acordo com os nossos cronistas, este *ngola* foi alvo de grande contestação por parte das populações locais, a maioria das quais não o reconheceram e continuaram fieis à rainha Njinga.

E apesar de relatarem este ambiente de quase revolta, Cadornega e Cavazzi descrevem todo o processo como correto, mais uma ação levada a cabo pelo governo em resposta às circunstâncias.

Em conclusão: no que respeita à relação que Njinga Mbandi manteve com os portugueses ao longo da sua vida, os dois cronistas afirmam claramente que só no final da sua vida é que chegaria a existir uma certa estabilidade entre as duas partes, vivendo-se uma situação de guerra continua durante a maior parte do seu reinado.

Com efeito, Njinga toma o poder em 1624, após a morte do seu irmão, e o estabelecimento de uma paz estável só chegaria em 1656.

Sabendo nós que a rainha morreu seis anos mais tarde, podemos concluir que, na prática, viveu a quase totalidade da sua vida em luta contra o governo de Luanda. Guerra pelo controlo da região em torno do Kwanza que aliás, teria sido iniciada pelo irmão.

Njinga Mbandi coligar-se-ia em inúmeras ocasiões com vários grupos, estabelecidos em diversos territórios e reinos, ora tributários ora em pé de igualdade com ela.

Destas coligações, fizeram parte os holandeses, durante os sete anos que durou a sua presença na região.

Se os holandeses se movimentavam num plano estratégico mais amplo, os africanos procuravam outro fim: a manutenção do seu *status quo* e liberdades.

Ainda assim, esta relação conflituosa nem sempre resvalou para o plano militar: diferentes tentativas de acordos eram seguidas, sim, por momentos de escalada bélica, muitas

vezes dependendo da índole mais ou menos belicosa dos representantes de Lisboa ou em função do desenrolar da situação política geral.

4.2 Perante os holandeses

Não devemos esquecer que a vida e o reinado de Njinga Mbandi acompanhou a união das coroas ibéricas; a restauração da casa de Bragança a partir do 1640; a subsequente guerra contra os Habsburgo que se prolongou por mais de vinte anos e ainda as incursões flamengas tanto no Brasil como em África.

Essa conjuntura internacional, que de algum modo os dois autores omitem mesmo nos seus aspectos gerais, obviamente trouxe consigo um conjunto de alterações apreciáveis, sobretudo se compararmos com épocas passadas (aparentemente) mais calmas⁵⁹.

Foram estas circunstâncias e não outras as que levaram os holandeses até às costas africanas e as que fizeram deles um novo agente com o que tratar⁶⁰.

Os dois autores viveram estes acontecimentos de forma diversa.

António Cardonega viveu pessoalmente a incursão holandesa e o recuo português que se lhe seguiu, incluindo a defesa de Massangano. De facto o militar português ficara nesta fortificação muitos anos após a restituição.

Cavazzi, ao contrário, chegou a terras angolanas muitos anos depois da invasão flamenga e da reconquista portuguesa.

59 É apropriado lembrarmos que os conturbados desenvolvimentos político-militares do século XVII têm, na verdade, as suas raízes imediatas no próprio século XVI, nomeadamente no conflito que opôs os Habsburgos à quase totalidade dos estados europeus, e que se confunde com o surgimento do protestantismo. Assim, desde o momento no qual a fé reformada consegue um grande número de fieis nas províncias do norte dos atuais Países Baixos, era evidente que haveria um conflito devido ao controlo espanhol e católico daquelas terras. Após dos inícios das lutas contra dito governo na década dos sessenta, a partir do ano 1581 (no que é assinado o acordo de abjuração contra o rei D. Filipe), e ainda mais a partir de 1588 quando as Províncias Unidas conformam-se como uma república, os holandeses começam aos poucos a sua exploração ultramarina para controlar o tráfego de especiarias e outros produtos e fundam duas companhias mercantis (uma para o leste e mais outra para o oeste) em 1602 e 1621, respectivamente; as quais conseguiram os maiores sucessos na sua carreira colonial contra os portugueses (na época, também sob controlo dos monarcas hispanos). Aqui devemos compreender o avance dos neerlandeses sobre as possessões lusas em África e, nomeadamente, em Angola. Seguindo a OLIVEIRA PINTO, Alberto na sua já mencionada obra *História de Angola, da Pré-História ao Início do Século XXI* Mercado de Letras, 3ª Edição, Lisboa (2019), vemos nas páginas 342 a 375 como foi conquistada e perdida a cidade de Luanda por parte dos holandeses e como os portugueses se mantiveram em Massangano de 1641 a 1648 tentando recuperar as suas posições e o seu controlo colonial, enquanto noutras áreas do planeta (Ásia e América) continuavam a lutar contra este inimigo e, no mesmo Portugal, todavia lutavam pela sua independência e pela restauração de uma monarquia autóctone e autónoma.

60 Seguindo a DE MELLO, Evaldo Cabral na sua obra *O Brasil holandês (1630-1654)* Companhia das Letras (2010) podemos sublinhar o papel de Angola no contexto atlântico, nomeadamente no desenvolvimento das possessões holandesas no Brasil. Assim poderemos perceber que o facto dos neerlandeses chegarem a Luanda em 1641 esteve, na realidade, totalmente ligado à sua expansão global e à sua necessidade de mão de obra escravizada na sua colónia americana.

Estas circunstâncias fazem de Cardonega a fonte mais fiável sobre estes acontecimentos na sua vertente político/militar, e é no seu livro que encontramos mais detalhes sobre as relações entre Mbandi e os neerlandeses .

Recorde-se, contudo, que as afirmações de Cardonega neste aspecto não são minuciosas, mas cumprem a função de nos dar a perceber que a aproximação de Njinga aos novos atores na região aproveita o momento de máxima fraqueza portuguesa. Sem dúvida que Njinga viu nestes recém-chegados aliados na luta para a recuperação do controlo do território das mãos lusas.

“(…) mentre adunque confederata ella con gli olandefi contro la corona di Portogallo, per efferle ftato tolto il regno (fi come più diffufamente diraffi altroue) tratteneuafi col feguito di molta gente nel territorio di Coanga, vicino à Maffangano (...)” *Istorica Descrizione de’ tre’ Regni*, livro quarto, página 440

Ambos os cronistas relatam a presença de soldados flamengos entre os exércitos da rainha⁶¹, mas Cadornega desenvolve a forma como os holandeses procuraram estabelecer laços de amizade. Foram usados vários meios, como, por exemplo, o envio de mulheres brancas para integrar o séquito da rainha. Esta iniciativa foi particularmente apreciada, já que permitia exibir a nova aliança perante os outros chefes locais, *sobas*, e face aos portugueses⁶².

Note-se que este episódio configura o único caso no qual se sublinha a presença de mulheres europeias no processo colonizador africano⁶³, com exceção da menção feita à esposa do governador Sousa, que deu o seu nome cristão no batismo da rainha Njinga.

Em resumo, será lógico verificar esta discrepância relativamente ao peso dos dois temas, militar e religioso, em cada uma das obras: se no padre capuchinho vemos a conversão de Njinga descrita com minúcia, no plano militar é Cardonega que nos fornece mais detalhes nos episódios de carácter bélico.

É o caso do relato que abaixo se transcreve, no qual é possível colher detalhes interessantes sobre a presença física da rainha no campo de batalha, a sua aparência e mesmo a forma como os seus homens são colocados no terreno, incluindo as designações tradicionais das unidades militares:

61 Idem, ibidem, livro IV, página 440.

62 Idem, ibidem, volume I, páginas 410 e 411.

63 Idem, ibidem, volume I, páginas 410 e 411.

“(…) e nos mostrou este dito Negro daquelle alto aquella valeroza Amazona e Rainha Ginga em hum outeiro de baixo de grande Chapeo de Sol (…) bem se divizava a sua pessoa estar vestida a modo de guerra com divizas e apparatus, entre hum Embululu ou batalhão de gente de sua guarda, que são os mais moços; e dali tinha disposto toda a sua guerra como se fora hum valente Generalissimo (…)” Volume I, página 405

Não obstante estas diferenças de tratamento dos dois temas, nas duas obras relata-se com detalhe a fuga de Njinga.

Referem-se os itinerários utilizados tanto por africanos como por portugueses; os cercos que estes lhe tentam montar e a forma como a rainha irá usar o ultimato de doze horas lançado pelos atacantes, aproveitando a noite para escapar para um local da ilha menos vigiado. A descrição conta ainda com a consulta prévia aos xamãs⁶⁴.

4.3 Perante os africanos

No caso dos atores africanos, os dois textos fazem três menções específicas.

Cadornega coloca grande ênfase nas posições assumidas por vários grupos e *sobas* em favor da rainha, mesmo quando Njinga se embrenha pelo sertão, recuando perante as forças portuguesas.

O cronista português vai mais além e afirma como aqueles que ficavam novamente sob controlo luso muitas vezes se negavam a denunciar aquela que consideravam ser a sua líder, demonstrando assim uma lealdade indefectível⁶⁵.

Ainda assim, Cardonega faz questão de esclarecer que tal lealdade se devia não só a eventuais concepções sócio/culturais envolvendo o dever de fidelidade ao líder, mas também ao facto já referido no primeiro capítulo desta dissertação: o medo de sofrerem represálias⁶⁶.

Pelo seu lado, Cavazzi também destaca estes factos, referindo-se ainda à forma como as alianças flutuavam frequentemente entre lados opostos dos conflitos. Contudo, adianta que naquela conjuntura particular se procurou, sempre que possível, estabelecer uma ação coordenada com os recém-chegados flamengos.

64 Como se pode ler na *Istorica Descrizione de' tre' Regni*⁶⁴ e no primeiro volume da *História Geral das Guerras Angolanas* (páginas 410 e 411).

65 Idem, *ibidem*, volume I, página 148.

66 Idem, *ibidem*, livro V, página 616.

É assim que, após o fim da presença neerlandesa, a força militar de Njinga ficará consideravelmente diminuída, ainda que contando com o auxílio de vários *sobados* e dos *jagas*.

Nessa altura, reconhecendo a sua situação de fraqueza, inicia os contatos com o governador Correia de Sá, na esperança de estabelecer acordos de paz minimamente favoráveis, uma situação que antes entendia ser-lhe insuportável.

Acrescente-se que, como é natural, nem todos os chefes locais seriam partidários da rainha, existindo menções concretas a lutas internas entre Njinga e outros chefes africanos, apesar de alguns destes serem igualmente inimigos dos portugueses.

Nas duas obras surgem alguns nomes destes personagens, dos quais se destaca o *jaga* Cassange que, da mesma forma como combateu o avanço das forças lusas, também se opôs à expansão de Mbandi.

No fundo, trata-se de um *modus operandi* comum a africanos e europeus: Njinga apoiou-se nos holandeses e nos *sobas* leais à sua pessoa contra os lusos, enquanto estes favoreceriam as disputas internas que enfraqueciam a posição da rainha.

Conforme a contenda resultasse vantajosa para um lado, resultava no outro lado propor negociações, algo igualmente habitual no contexto dos conflitos europeus.

Assim, Cavazzi descreve que, superada determinada fase dos litígios internos entre africanos, estes chegaram a um acordo e concertaram as suas forças de maneira conjunta contra o avanço português. Diante a eventualidade disto acontecer, os lusos propuseram negociações para tentar inverter o curso dos acontecimentos⁶⁷.

É importante destacarmos aqui o papel que, com toda a certeza, terá jogado a igreja católica nestes processos negociais.

Cavazzi menciona o padre Gaeta, seu antecessor no acompanhamento espiritual à rainha, que já então reconhecia as dificuldades destas negociações. Cavazzi chega mesmo a revelar que Gaeta teria aconselhado o governador português a aceitar as condições impostas por Mbandi para a assinatura de um acordo de paz numa determinada altura, uma vez que a sua predisposição volátil poderia levar a uma rápida mudança de opinião⁶⁸.

Ainda assim, as propostas dos portugueses seriam quase sempre idênticas, tal como continuaram as respostas por parte da rainha. Pelo menos na maioria das ocasiões, até à década dos anos cinquenta, até porque nessa altura o poder português encontrava-se plenamente restabelecido com Salvador Correia de Sá.

67 Idem, ibidem, livro VI, página 622.

68 Idem, ibidem, livro VI, página 642.

Outro africano rival de Njinga ao qual já fizemos referência é o *ngola* Aarij.

Não temos muitos dados sobre a eventual relação deste com a rainha antes de ser entronizado pelos portugueses. Ainda menos informação existe sobre as suas origens⁶⁹70.

António Cavazzi afirma que, perante a ilegitimidade da rainha para governar, os portugueses teriam feito a escolha de Aarij dentre aqueles que poderiam ser eleitos. Portanto, ainda sem ser claro quantos os eventuais apoios de que gozava, esta personagem haveria de contar com alguma legitimidade diante do povo, no olhar dos portugueses.

Mesmo assim, mesmo se os governadores lusos consideraram que este homem tinha uma ascendência legítima para ser proclamado *ngola*, o facto é que não contamos com maiores informações neste sentido nas obras de nenhum dos dois autores (simplesmente se diz que assim era). Portanto, persiste a dúvida de se certamente teria algum tipo de direito ao trono.

Dúvida que se vê reforçada pelo facto que nem a população nem a própria Njinga o aceitaram como tal. Antes tudo o contrário: seria ele tido por usurpador e a rainha não pararia até o ter eliminado como tal⁷¹.

69 Idem, ibidem, volume III, páginas 157 e 158.

70 Idem, ibidem, livro VI, página 618.

71 Idem, ibidem, livro VI, página 624.

Conclusões finais

Na sequência do que foi exposto ao longo da presente dissertação, tentaremos agora sistematizar as diferenças e pontos de contato entre a obra de Cavazzi e Cardonega no que respeita ao tratamento da rainha Njinga Mbandi. Para o fazer, voltamos a percorrer as linhas gerais apresentadas, sem nos perder numa eventual repetição do que já foi escrito.

Começando pelo princípio, devemos focar-nos na diversidade de aproximações que os dois autores apresentam, o que afinal constitui o objetivo primeiro e último deste trabalho. Sublinha-se um aspecto que logo no início da dissertação identificámos ser da maior relevância: os dois livros apresentam estilos narrativos e articulação de ideias muito diferenciados, o que acarreta consideráveis dificuldades quando tentamos estabelecer comparações.

Sublinhamos agora este aspecto, que alias fomos sinalizando ao longo do nosso trabalho, porque o facto de contarmos com duas formas na escrita tão marcadamente diferentes poder-nos-ia levar a pensar que a menção ou omissão de um determinado episódio ou acontecimento, dever-se-ia a uma decisão consciente e deliberada pela parte dos autores. Tal situação implicaria uma análise diferenciada e específica destes dois homens enquanto sujeitos de estudo em si mesmos (como figuras históricas cujo estudo se deveria aprofundar), o que acabaria por se desviar do objetivo da presente dissertação.

Ainda em relação com o anterior, também não nos devemos esquecer que a escolha da rainha Njinga como figura histórica de estudo consiste tão só em mais uma das possíveis aproximações ao estudo destes textos. Assim, acreditar que estes dois autores tiveram em mente focar a sua descrição na figura de Mbandi, dando precedência a este tema sobre todo o restante contexto, afigura-se-nos como muito pouco provável.

Em obras deste género, focadas na descrição geral de uma região concreta durante um intervalo cronológico específico, encontram-se uma miríade de conteúdos que, com toda certeza, foram cuidadosamente escolhidos por quem os descreveu⁷², mas nos quais não

⁷² Exemplos deste tipo de narrações detalhadas foram os livros pelo padre dominicano castelhano Bartolomeu de las Casas. Especificamente a sua obra *Historia de las Indias*, concluída em 1561, dá uma imagem das primeiras décadas da conquista americana e dos avanços por aquelas terras dos europeus. Nela, mesmo se inicialmente descreve os primórdios do processo conquistador e fala da figura de Cristóbal Colombo (entre outras), não encontramos uma figura central da narrativa, em relação à qual o resto da obra revolve. Antes sim devemos vê-la só como um exercício descritivo coevo. Obviamente, também poderíamos falar de relatos mais avançados temporariamente que continuam nesta tradição descritiva etnográfica e geográfica, assim como também missionária, como por exemplo a obra do padre Fernão Guerreiro sobre os avanços da companhia à qual pertencia (os Jesuítas) nas missões do Oriente; uma relação anual detalhada sobre a evangelização nos primórdios do século XVII (1600 a 1609) nas terras asiáticas.

deveríamos perceber que os escritores só tiveram em mente o livro no seu conjunto como se de um enquadramento geral se tratasse, no que Njinga Mbandi fosse a protagonista inquestionável e, por conseguinte, o resto dos dados fossem vistos e compreendidos como superficiais e supeditados a ela.

Ao contrário, na perspectiva dos dois autores, a rainha não passaria de mais uma peça (muito importante, é certo, mas apenas mais uma) no complexo puzzle do desenho da região do rio Kwanza nessa época; do respectivo envolvimento geo-estratégico, incluindo a progressão europeia (portuguesa) e a cristã (católica) nessa geografia .

Dito por outras palavras: entendemos que nem a *História Geral* de António de Cadornega nem a *Istorica Descrizione* do padre António Cavazzi foram elaboradas como biografias desta governante. Consequentemente, a sua inclusão na narrativa, ou seja, sobrevalorizando-a ou omitindo-a, acontece desde que a sua figura ajude a complementar um quadro mais geral, em linha a prossecução dos objetivos mais alargados de Cardonega ou Cavazzi.

Evidentemente, as noções gerais inicialmente incluídas na estrutura das obras são necessárias, não só para a abordagem correta da temática escolhida, mas também para tentarmos compreender o respectivo conteúdo. É também óbvio que será também necessário conhecer um mínimo da biografia dos dois autores para analisar alguns elementos da sua narrativa.

Sem este exercício - a abordagem detalhada aos dois cronistas -, um foco específico aos dos livros selecionados seria um exercício especulativo, sem apercebermos qual o porquê de cada um dos autores atribuir mais importância a determinado episódio em detrimento de outro que vemos mais desenvolvido por o outro. Por exemplo, a descrição detalhada que Cadornega faz da perda de Luanda e a sua posterior recuperação por parte de Salvador Correia de Sá em 1648, vindo desde o Brasil, ou o ataque dos holandeses ao arraial do Bengo não são equiparáveis às menções que destes acontecimentos escreve o padre italiano. Pela sua parte, as descrições dos atos sacrílegos da rainha e dos *jagas* previamente à sua conversão, ou mesmo quão específico é na sua redação quando fala da morte da governante também não contam com um tratamento similar na mão do militar. Em Cadornega o foco está em Lisboa e na expansão militar, enquanto em Cavazzi está em Roma e na propagação do evangelho.

Novamente, isto poderia fazer-nos pensar que só houve uma determinação clara e objetiva pela sua parte à hora destas inclusões ou exclusões, o que seria bastante reducionista,

dado que haveria diferentes hipóteses que ficariam fora do quadro e que mereceriam ser exploradas, se tal fosse o objetivo final.

Em resumo, a comparação com outras obras destes dois autores adiantaria mais dados sobre a consistência da escrita dos dois cronistas, salientando as diferentes modalidades discursivas das obras em apreço pela presente dissertação, obrigando a colocar um cuidado particular na respectiva leitura e análise.

Outro aspecto que deve ser sublinhado é a ausência de fontes primárias sobre Njinga Mbandi.

De facto, para além do padre Gaeta, ligado com António Cavazzi e com a mesma rainha, não existem outros autores coevos que se debrucem sobre a figura de Njinga Mbandi.

Mesmo assumindo que não se pretende dar uma nova imagem de Njinga Mbandi, mas comparar as perspectivas de Cardonega e Cavazzi sobre a rainha, o nosso trabalho não pode omitir uma abordagem à sua figura. O que levanta mais uma questão: a comparação ganharia se pudéssemos contar com mais fontes?

Em nosso entender, recorrer à análise de mais fontes não seria, necessariamente, mais útil, caindo – eventualmente - numa maior dispersão. Em todo o caso, reafirmamos a existência de poucas fontes e que estas, ainda que proporcionem perspectivas algo diversas, acabam por não se diferenciar de forma substancial.

Assim sendo, a seleção que fizemos constitui um ponto de análise mais válido (dado serem dois textos que contam com claros objetivos e intencionalidades diferenciados), que enriquecerá a discussão em torno da figura de Njinga Mbandi, sabendo de antemão que não podemos contar com um grande leque de escolha.

Evidentemente um universo de material de análise reduzido – quantitativamente falando - coloca um problema de base: se existem poucas fontes primárias, todas as contribuições devem partir dos mesmos textos, reduzindo desta forma as possibilidades interpretativas. Consequentemente, tem-se criado uma imagem reducionista da rainha, porque está baseada nas escassas fontes conhecidas, pelo que a dúvida sobre a veracidade dos relatos permanece inalterada.

Já falámos sobre quais as origens dos dois autores e quais os objetivos que nortearam a elaboração da *História Geral das Guerras Angolanas* e da *Istorica Descrizione de' tre' Regni*. Importa agora referir que estas duas obras são exemplos quase únicos no seu conteúdo, dando-nos uma visão clara dos acontecimentos no futuro território de Angola e da figura de Njinga Mbandi. Contudo, uma vez que não existem outros de cariz semelhante, oferecendo-nos uma perspectiva diversa (excluídas as páginas do dito padre Gaeta), é inevitável levantar a

dúvida sobre a veracidade dos acontecimentos relatados. No mínimo, é legítimo interrogarmos sobre se não estamos apenas perante uma única versão do sucedido.

No momento atual, consideramos que não podemos ter certeza nem num sentido nem noutro.

Seja como for, não acreditamos que esta questão desqualifique nem os cronistas nem as suas obras. Outro sim, sublinhamos a utilidade – quase poderíamos dizer, felicidade - sobre podermos contar com duas obras coevas, cujas linhas abarcam o mesmo território; em datas tão próximas e com um conteúdo tão abrangente sobre as várias temáticas tão caras à época e, ainda assim, possuindo dois sabores tão diferenciados em face das origens diversas dos seus autores: um relato luso, mais virado para os aspectos militares e da expansão ultramarina, e outro de nacionalidade diferente, italiano, elaborado através do olhar evangelizador e de promoção da igreja romana. Ambos omitem os objetivos pessoais de cada autor e das instituições que, de algum modo, representavam, ainda que uma análise mais fina os consiga detectar ao longo dos dois relatos, como propusemos fazer neste trabalho.

Relativamente a outro aspecto específico, agora relacionado com os termos e adjetivações utilizados para a descrever e narrar os acontecimentos da longa vida e ação governativa de Njinga, fica-nos a noção de que entre os dois textos existe uma distinção mais quantitativa do que qualificativa, sendo que ambas obras são muito mais semelhantes do que inicialmente se poderia supor.

No que respeita ao segundo dos conceitos mencionado, o qualificativo, sublinhe-se como essas atribuições que se dão à rainha, sejam positivas ou negativas, se encontram igualmente presentes nos dois textos.

É evidente que na obra do padre missionário existe uma maior riqueza léxica e sintática, enquanto o militar português utiliza uma linguagem menos carregada de epítetos e menos preocupada – eventualmente -, com a imagem passada ao leitor. De um modo geral, os dois autores apresentam um visão geral idêntica de Njinga Mbandi. Não se contradizendo em demasia, estes dois homens dão-nos uma percepção comum negativa desta mulher, baseada nas suas experiências e preconceitos europeus (isto mesmo se existem passagens nas quais os dois admitem as suas qualidades e capacidades).

Comentando agora o primeiro dos conceitos, o quantitativo, é aqui que encontramos uma maior divergência entre os textos: a incidência deste ao longo da *História Geral* é menor e mais dispersa do que na *Istorica Descrizione*. Aqui, o peso das adjetivações na narrativa, seno-lhe dedicado um quase protagonismo, é proporcionalmente muito mais elevada.

Dada a origem dos autores, e aqui falamos numa origem única porquanto os podemos considerar como fruto de uma cultura europeia ocidental comum, - mesmo tendo filiações e nacionalidades distintas -, não surpreende que as opiniões formuladas sobre a rainha sejam pejorativas. O que poderá surpreender é a diferença de utilização e a presença desigual nos dois livros.

Sabemos que a obra de António de Cadornega não foi completada. O volume inacabado consistiria num compendio etnográfico ou, se preferirmos, da região elaborado de uma forma ampla, tanto na vertente geográfica como ao nível da descrição do tecido populacional. Consequentemente, pensarmos Cardonega se iria ocupar de uma aproximação maior à figura de Njinga Mbandi parece improvável.

No que respeita à obra de António Cavazzi, sabemos que foi elaborada uma versão prévia ou, pelo menos, um texto com anotações manuscritas. Assim, o seu livro só veria a luz após a revisão e aprovação da igreja, o que também parece eliminar qualquer dúvida sobre se Cavazzi tencionava apresentar alguma informação – ou consideração - diferente sobre a rainha, ou se adiantaria mais algum detalhe em relação à narrativa final.

Deixando de lado quaisquer especulações, o facto é que partimos de uma noção no momento inicial da abordagem: o tratamento da rainha seria idêntico em todos os aspectos possíveis, quer a nível descritivo, quer a nível de percentagem de espaço de dedicação expositiva.

Esta hipótese apoia-se nos conhecimentos gerais adquiridos ao longo dos estudos prévios realizados, e na fase escolar do presente mestrado.

Assim, partimos do princípio que dois homens criados na Europa do século XVII, mesmo oriundos de dois países diferentes e com percursos de vida quase opostos, não poderiam deixar de atribuir a Njinga uma conotação negativa, tal como não haveriam de lhe dedicar uma grande atenção nos seus escritos. Esta segunda ideia provinha do desconhecimento prévio dos dois cronistas e dos dois textos, pelo que a respectiva leitura, estudo e análise trouxe consigo uma grande surpresa.

Continuando o raciocínio, a historiografia tem avançado mais na análise da rainha Njinga nas suas múltiplas vertentes, do que sobre o conhecimento dos autores das fontes primárias, Cavazzi ou Cardonega, dois homens que registaram em primeira mão os acontecimentos que enquadraram a vida da soberana. Deste modo, a leitura destas mesmas fontes, aliada ao estudo da biografia dos dois cronistas, revela como esta mulher africana constitui um nó importante da narrativa nas obras escritas pelos dois europeus. E tanto mais significativo é o papel crucial que os dois lhe atribuíram, sabendo nós que os respectivos

textos foram elaborados de forma independente um do outro. Este facto é tanto mais interessante por se tratarem de obras destinadas ao público europeu, pouco acostumado a relatos provenientes de geografias distantes onde não claramente se atribuiria um protagonismo tão marcado a figuras femininas, tanto no que respeita ao desenrolar dos acontecimentos, como à sua própria caracterização individual.

Há que sublinhar que o protagonismo de Njinga se encontra mais patente na *Istorica Descrizione* do que na *História Geral*; mencionada em numerosas ocasiões, mas inclusivamente tendo-lhe sido dedicado um capítulo específico. Ainda assim, ainda que de forma menos específica – poder-se-ia dizer, algo menos esclarecida – também nos deparamos com a utilização de Njinga Mbandi como figura central na descrição de numerosos episódios referidos ao longo do texto do cronista português.

Seja como for, é inquestionável a enorme relevância da mulher nas duas obras. Presença quantitativamente desigual quando comparados os textos, mas quase idêntica no seu tratamento qualificativo, ainda que sem esquecer as singularidades de cada texto a este propósito, apontadas ao longo deste nosso trabalho.

Podemos, assim, afirmar que os dois autores partilham, no geral, dos mesmos preconceitos específicos associados a uma origem europeia ocidental comum. Como vimos anteriormente existem diferenças assinaláveis entre os dois, mas partilhando uma opinião muito similar sobre a rainha.

Poder-se-á dizer que se trata de uma igualdade de apreciação, mas diferenciada por matizes decorrentes, justamente, das diferenças de percurso vivencial entre António de Cadornega e de António Cavazzi, não só em solo europeu, mas também resultantes da experiência adquirida durante a permanência de ambos em território angolano.

Assim, deparando-nos com valorações positivas nos dois livros, estas são diferentes quando se trata daquilo que cada autor pretende destacar da personalidade ou da atuação de Njinga Mbandi.

No relato de António de Cadornega, mais curto e desorganizado no que respeita às referências feitas sobre a rainha, mantém uma apreciação mais ou menos constante, ora positiva ora negativa. Apreciações essas que se relacionam com a personalidade da rainha, e não tanto como forma de se apropriar desta personagem para a moldar em função do objetivo que terá presidido à redação do texto.

Claro que será possível existir uma coincidência entre o objetivo do autor e o comportamento da rainha, facto que naturalmente acarreta uma continuidade na sua descrição e o desenvolvimento do texto.

Podemos considerar que Cadornega pretendia manter-se em Angola, ocupando lugares de maior privilégio face à vida que lhe estaria reservada num eventual regresso a Portugal (nomeadamente, o seu possível julgamento como membro da comunidade de judeus convertidos)⁷³. Assim sendo, a manutenção do comportamento de Njinga Mbandi como força importante a superar por parte dos portugueses (manutenção comportamental que, por outra parte, também está presente na obra do padre) faria com que as suas opiniões não trocassem grande coisa ao longo dos anos, desde que a presença portuguesa era questionada por ela e por outros chefes/reis locais e, porém, qualquer soldado era necessário naquelas longínquas terras para assegurar o controlo; ele próprio incluído. Caso a situação estivesse totalmente calma, a possibilidade de prescindir de um determinado número de agentes coloniais seria expectável e, conseqüentemente, de ser remitido novamente a Lisboa. Njinga Mbandi, como o restante grupo de inimigos potenciais de Portugal, deviam continuar a jogar o seu papel e deviam continuar a ser uma ameaça real.

Na obra de Cavazzi, ao contrário, regista-se uma alteração muito significativa na apreciação que se faz da rainha, e que se relaciona, fundamentalmente, com a mudança de atitude face à igreja católica e à fé cristã.

Embora com estas diferenças assinaláveis, provavelmente devidas à vontade dos autores de reforçar os seus critérios face aos públicos distintos a que se dirigiam e aos objetivos perseguidos, deve destacar-se o reconhecimento das habilidades diplomáticas e a inteligência de Njinga Mbandi, ainda que se ao tempo, constata-se o descrédito atribuído à sua ação política e guerreira.

Não é fácil encontrarmos obras coevas nas quais uma mulher africana seja reconhecida.

As populações da África mais setentrional na que os europeus se abasteciam de escravizados contam historicamente com muitos poucos textos que as tratem dignamente e justamente na época.

Na maioria dos casos, mesmo nas duas obras estudadas, os estados africanos e as populações do continente são descritos desde uma perspectiva ou visão de superioridade eurocêntricas e, portanto, as estruturas e organizações locais são normalmente comparadas com aquelas do Velho Continente, sem uma capacidade coeva suficiente (por parte nem dos autores nem dos leitores potenciais) para se tentar posicionar além da própria cultura, sem julgar inferiores as outras. O tipo de olhar historiográfico moderno que temos desenvolvido

⁷³ Na sequência do que aconteceu com as suas mãe e irmã.

paulatinamente ao longo das últimas décadas do passado século e no atual século XXI ainda não existia.

Desde Europa, os africanos, escravizados ou não, são percebidos desde a sua utilidade para o comércio e crescimento das próprias sociedades europeias. Neste sentido, no caso português podemos ver como foram incluídos progressivamente nas unidades militares do processo conquistador, nomeadamente no futuro território angolano, conhecidos pelo nome geral de *guerra preta*; denominação que abrangia às unidades conformadas por homens africanos ao serviço do avanço luso pelo sertão.

Estes eram homens bem valorizados e “protegidos”, pelo papel que jogavam no domínio geográfico e social das áreas de expansão, e sabemos como foram muito relevantes na progressão ao longo do Kwanza e mesmo também durante a recuperação do controlo após da invasão neerlandesa.

A pesar da existência destes contingentes de tropas africanas bem consideradas, na maioria dos livros da época o que vemos especialmente são registos numerosos nos quais praticamente só se contam os africanos como “peças” embarcadas (como também se descrevem as rotas, já na parte africana, já na parte americana onde a imensa maioria eram enviados).

Na altura na qual nos encontramos, século XVII, mesmo se Portugal já estava desde havia quase um século e meio a percorrer e contornar as costas do continente nessa área e a entrar em contato direto com os povos originários, elaboraram-se poucas obras que trouxeram consigo um apresentação deles o mais objetiva possível para o momento.

De maneira análoga, também não há grandes textos nos quais uma mulher alheia à cultura europeia seja apresentada como um elemento crucial da narrativa, do que se poderia perceber igualmente o papel subordinado que tiveram em várias culturas ao longo da história universal (questão que escapa do escopo desta dissertação) e, por conseguinte, as poucas que ocuparam vagas de poder salientáveis e que contataram em primeira pessoa com os europeus (aliás de hipotéticos relatos fantásticos medievais, já superados na época).

A modo de exemplo de uma descrição detalhada de uma mulher africana numa vaga de poder é o que encontramos no livro de Castanhoso *História das cousas que o mui esforçado capitão Dom Cristóvão da Gama fez nos reinos do Preste João com quatrocentos portugueses que consigo levou*, na qual podemos ler sobre a rainha mãe Sabele Engel; sobre as impressões que causou à comitiva portuguesa a primeira vez que lhes foi apresentada (os vestidos que tinha; o facto de só mostrar os olhos...) ou a admiração que sentiu com os rituais europeus durante a celebração do Natal de 1541 (entre outros aspectos relatados). Certo é que

nessa obra esta mulher não possui exatamente a mesma posição que tem Njinga Mbandi (rainha em posse do trono, guerreira que contesta o avanço luso), mas devemos sim admiti-lo como uma das poucas exemplificações femininas que as descrevem além de conceitos estereotipados e pejorativos.

Contudo, mesmo quando essas barreiras são superadas e os povos africanos e as mulheres conseguem uma presença real nas linhas dos autores, normalmente se amostam com vários clichés e estereótipos mantidos e transmitidos secularmente e que os desenham inquestionavelmente desde um prisma negativo e primitivo para os cânones europeus coevos, o que sem dúvida está muito presente nestas duas obras em todos os epítetos usados na descrição da própria Njinga Mbandi e de qualquer um reino ou tribo que descrevam: organizações não comparáveis com os estados e as potências europeias, cujos governantes também não passariam do que régulos ou chefes simples que não podiam como se comparar com os governantes do velho continente (quaisquer os títulos usados nos diferentes reinos, territórios...).

É certo que devemos considerar com muito destaque o papel que a cristianização tinha à hora de considerar e incluir estes povos de maneira mais ou menos salientável nas suas narrativas. Assim, se voltamos sobre o exemplo da rainha mãe da Etiópia vemos nela uma mulher “bem trata”, junto do seu povo, ainda com estranhezas nos olhares europeus pelos usos e costumes locais. Isto também se demonstra quando vemos como vira a concepção/descrição de Njinga (especialmente no relato de Cavazzi) quando aceita finalmente a crença cristã.

Não devemos esquecer que um dos grandes objetivos da empresa ultramarina foi a evangelização dos gentios. Portanto, é expectável que as considerações das populações não europeias sejam piores ou melhores nos relatórios e livros que as incluíam se estas já fossem consideradas cristãs. Desde essa perspectiva, por exemplo, os cativos africanos, quando convertidos, eram resgatados como qualquer outro cristão porque a sua alma já tinha sido aceite à congregação.

Pelo mesmo motivo, quando renegavam da fé na qual já tinham sido batizados, caíam num delito muito mais grave do que simplesmente continuarem com as práticas pagãs por si próprias. Voltarem deliberadamente às religiões prévias quando já cristianizados (como foi o caso de Njinga quando volta a abraçar aos *jagas* e aos seus rituais) significava sacrilégio contra os evangelhos; o que trazia consigo piores consequências do que a idolatria inicial.

Portanto, há que sublinhar o facto de que Njinga Mbandi, que convive com esses estigmas de africanidade, feminidade e sacrilégio, consiga reunir os elogios dos autores *História Geral* e da *Istorica Descrizione* – e, eventualmente, da própria ação governativa.

Não obstante estas capacidades não serem questionadas, isto não implica que não fossem fortemente adjetivadas. A rainha é descrita como inteligente e fina estratega, sem dúvida. Mas esses termos aparecem em contextos nos quais serão desvalorizados, procurando uma origem ilícita dessas qualidades (demoníaca e afins, por exemplo).

Já referimos como, ainda que sem dados positivos que o confirmem ou que o desmintam, devemos abordar estes dois livros como obras independentes, que não sofrem qualquer influencia entre si. Ainda assim, é certo que ambos os autores recorreram a documentos arquivados pelo governo português da época. No caso do padre Cavazzi, já referimos como terá recorrido ao acervo da congregação capuchinha e das suas missões.

Assim, os episódios e as opiniões sobre a rainha poderão ter sido copiados pelo religioso italiano a partir dos documentos elaborados pelos portugueses. Este facto confere uma credibilidade reforçada ao quadro positivo traçado pelos dois cronistas sobre a rainha.

Neste sentido, devemos recordar a cronologia em que os dois cronistas se movimentam: nenhum conviveu com Njinga Mbandi nos seus primeiros anos, leia-se as primeiras décadas da sua vida. De facto, o episódio particular relativo à embaixada ao governador português nos inícios da década dos anos vinte do século XVII, sucedeu aproximadamente quinze anos antes da chegada de Cadornega em Luanda e quase quarenta de Cavazzi.

Assim, ainda que a redação das duas obras não fosse mutuamente influenciada, é natural que ambos se apoiaram em textos compartilhados ou conhecidos na época, eventualmente conservados nos arquivos municipais e eclesiásticos, bem como no contato com habitantes contemporâneos dessa fase particular da vida da rainha. São, aliás, os próprios autores a referir este último facto.

Ainda que não sendo possível contrariar a veracidade das adjetivações negativas atribuídas a Njinga, é igualmente plausível que também refletissem preconceitos e visões pejorativas extrapoláveis para outros líderes africanos herdadas de fontes prévias.

Que outras razões teriam os dois autores para enaltecer à rainha Njinga? Como também referimos, magnificar a potência do inimigo seria uma forma de engrandecer indiretamente as capacidades quer dos portugueses, quer da estrutura da igreja católica romana.

Seja como for, encontramos largas referências a uma rainha africana do século XVII em duas obras europeias de objetivos e audiências diferenciadas. Descrevem-se ações moralmente condenáveis – evidentemente que de acordo com os padrões europeus da época - agressões classificadas como injustas. Ao tempo, sublinham-se as suas habilidades políticas e diplomáticas, o que tudo somado constitui algo inovador em termos de abordagem historiográfica, merecedora de ser mencionada.

Tanto o militar português António de Cadornega como o padre italiano António Cavazzi viram nesta mulher um elemento incontornável para as respectivas narrativas. Se foi - ou não - fruto deliberado da mente e do desejo destes homens é algo que escapa a uma análise positiva, como escapariam quaisquer motivações reais dos personagens que povoam os dois textos.

A imagem que construirmos da rainha Njinga Mbandi será, portanto, a de uma mulher resultante das circunstâncias históricas e do espaço em que viveu. Conterá com uma representação especialmente relevante na *História Geral das Guerras Angolanas* e na *Istorica Descrizione de' tre' Regni*, demonstrando paralelismos importantes na forma como nos são descritos os episódios da sua vida e que não divergem em grande medida de um texto para o outro, apesar de consideráveis diferenças na qualidade discursiva e no número de linhas que Cavazzi e Cardonega lhe dedicaram.

Bibliografia

Bibliografia primária

- CAVAZZI DA MONTECUCCOLO, António *Istorica Descrizione de' tre' Regni Congo, Matamba et Angola*, Bologna (1687).
- DE OLIVEIRA DE CADORNEGA, António *História Geral das Guerras Angolanas, Anotado e corregido por José Matias Delgado (Tomo I e II) e Revisto e anotado por Manuel Alves da Cunha (Tomo III)*, Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias (1940/1942).

Bibliografia secundária

- BARBOSA, Kássia Terezinha *Massangano: resistência portuguesa na Angola holandesa, 1641 a 1648* XI Colóquio de História da Unicap / I Colóquio de História do PPG em História da Unicap (2017).
- BENDER, Gerald J. *Angola under the Portuguese. The Myth and the Reality*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles (1978).
- BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo R. *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800 (capítulo 9 por DISNEY, Anthony Contactos, Negociações e Interações)*, Edições 70, Lisboa (2020).
- BOSCHI, Caio *As missões na África e no Oriente*, História da Expansão Portuguesa (direcção de BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti), Círculo de Leitores, Volume II, páginas 408 e 409 (1998).
- BOXER, C.R. *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola 1602-1686*, University of London, the Athlone Press (1956).
- BOXER, C.R. *O Império Marítimo Português 1415-1825, Capítulo X O Padroado da Coroa e as Missões Católicas*, Edições 70, Lisboa (1969).
- Colaboradores Seleccionados *Diogo-Caão*, Revista ilustrada de Assuntos Históricos Angolanos, Lisboa (1933).
- CAREGNATO, Lucas *Em terras do Ngola e do Manikongo. Descrição dos reinos do Kongo e Ndongo no século XV*, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo (2011).

- COSTA, João Paulo Oliveira *A Diáspora Missionária (História Religiosa de Portugal), Volume 2, Círculo de Leitores, Lisboa (2000).*
- DE MELLO, Evaldo Cabral *O Brasil holandês (1630-1654)* Companhia das Letras (2010).
- DE OLIVEIRA, Ingrid Silva *A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi sobre a África do século XVII*, ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza (2009).
- DE OLIVEIRA, Ingrid Silva *Cavazzi e Cadornega: entre semelhanças e diferenças na escrita da história da África Centro-Occidental (século XVII)*, XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro (2010).
- DE OLIVEIRA, Ingrid Silva *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*, Instituto de Ciências Humanas e Sociais Multidisciplinar, Curso de Mestrado em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2011).
- DE OLIVEIRA, Ingrid Silva *As “Histórias” de Angola e seus Autores nos Séculos XVII e XVIII: um Estudo de Caso dos Militares António de Cadornega e Elias Alexandre Correa* Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, Rio de Janeiro (2012).
- DE SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion *Cavazzi e o Enselvamento de Nzinga Mbandi* Revista Ars Historica, nº 17, páginas 58-77 (2018).
- EMMER, Peter C. *The First Global War: The Dutch versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609*, Leiden University, e-JPH, vol.1, number 1, summer (2003).
- FILHO, Heitor P. de Moura *A Precisão do Padrão “Peça da Índia” como Indicador Qualitativo de Idade*, 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre (2017).
- FONSECA, Mariana Bracks *Ginga de Angola: Memórias e representações da rainha guerreira na diáspora*, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social (2018).
- FREIRE, M^a Isabel Figueira *Memória da Rainha Jinga: Portugal e Angola no Século XVII*, Tese de mestrado de Literatura e Cultura Portuguesa (Época Moderna) pela Universidade Nova de Lisboa (1995).

- GUIMARÃES, Franco e Roberta *Conquista e Resistência na “História Geral das Guerras Angolanas” de António de Oliveira de Cadornega* XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia – Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza (2013).
- HEINTZE, Beatrix *Angola nos Séculos XVI e XVIII. Estudos sobre Fontes, Métodos e História* Kilombelombe, Luanda (2007).
- HENDERSON, Lawrence W. *Angola, five centuries of conflict. Africa in the modern world* Indiana University, General Editor, Gwendolen M. Carter (1979).
- HENRIQUES, Luís M. *Uma expedição ao ethos do Preste João*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Instituto Politécnico de Portalegre, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Coimbra (2017).
- HEYWOOD, Linda e THORNTON, John *Njinga, Rainha de Angola. A relação de António Cavazzi de Montecuccolo* Escolar Editora, Lisboa (2013).
- JÚNIOR, Alfredo Diogo *Angola: A Ocupação Holandesa e a Restauração. Factores Determinantes*, Agência Geral das Colónias, Lisboa (1945).
- LEVI, Joseph Abraham *Padre Giovanni Antonio Cavazzi, (1621-1678), nos reinos do “Congo, Matamba et Angola”. Primeiros contactos europeus com a África*, Universidade de Iowa (1999).
- MACEDO, José Rivair *Jagas, Canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII*, *História*, v. 32, n. 1, p. 53-78, São Paulo (2013).
- PANTOJA, Selma *Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão*, Thesaurus Editora, Brasília (2000).
- PANTOJA, Selma *Njinga a Mbande: Power and War in 17th-Century Angola*, *Women’s History*, Department of History, Universidade de Brasília (2020).
- PINTO, Alberto Oliveira *História de Angola, da Pré-História ao Início do Século XXI* Mercado de Letras, 3ª Edição, Lisboa (2019).
- REVISTA ILUSTRADA DE ASSÚNTOS HISTÓRICOS ANGOLANOS *Diogo-Caão*, Imprensa Lucas & C., Número 5, II Série (1933).
- SILVA, Alberto da Costa *Imagens da África. Da Antiguidade ao século XIX*, Penguin & Companhia das Letras (2012).
- SILVA, Rosa Cruz *Jinga Mbandi e o Poder*, Museu Nacional de Antropologia, Luanda (1991).

- SOUSA, Luís Filipe Guerreiro da Costa *Escrita e Prática de Guerra em Portugal 1573-1612*, Doutoramento em História dos Descobrimentos e Expansão, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa (2013).
- VICENTE, Mário João Lázaro *Os Sobas e a Construção de Angola nos Século XVI e XVII* Faculdade de Ciências Sociais e Humanadas – Dissertação de Mestrado, Lisboa (2021).
- WEBER, Priscila Maria *Um (con)texto de degredos: António de Oliveira de Cadornega e a escrita da obra História Geral das Guerras Angolanas*, XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014).
- WEBER, Priscila Maria *“Angola” como Conceito: Uma Análise da Obra História Geral das Guerras Angolanas de Oliveira de Cadornega (Século XVII)* Escola de Humanidades – Programa de Pós-Graduação em História – Doutorado em História, Porto Alegre (2018).
- WEBER, Priscila Maria *Aos Bragança: a obra manuscrita de Oliveira de Cadornega como moeda de troca para permanecer em Angola (século XVII)*, História, debates e tendências – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (2020).
- WEBER, Priscila Maria *A rainha Ginga descrita, adjetivada e metaforizada: uma análise textual da obra História Geral das Guerras Angolanas de António de Oliveira de Cadornega (século XVII)*, Cadernos do CEOM, Diálogos afro-brasileiros – v.33, n.53 (2020).

Anexos

Tabela comparativa das duas obras

| Njinga Mbandi: da sua representação como mulher e africana | |
|--|--|
| António de Cadornega | António Cavazzi |
| <p>(...) Fallecido o Rey de Angola Ambandi logo se oppoz a Irmã mais velha que tinha e tomou o nome de Ginga (...) ao governo do Reino de Angola que era o que tanto dezeitava a qual logo seguiu a sua voz o Reino todo, obedecendo-a por Senhora, e vendo que o filho do Irmão lhe podia servir de impedimento (...) austuciozamente se amigou, ou abarregou com o Jaga Caza tutor do Principe seu Sobrinho e estando de dentro com elle houve o pobre innocente Principe a mão e o mandou afogar em o rio Coamza (...) páginas 54/55</p> <p>(...) matando a Cutello ou Maxadinha a mais da nossa gente, excedendo a ordem que lhe deo aquella Rainha, que foi lhe</p> | <p>(...) Così oaticò la regina Zinga ne funerali celebrati al giagha Caffange Calunga Caiombe, fuo capitaliffimo nemico: fi che per folennizzare vna tanto horribile hecatombe, bafta che vi fia forza, e gente ardita, preualendo quefto capitale à qualunque ragione ò equità (...) página 211</p> <p style="text-align: center;">Livro II</p> |

| | | |
|----------------------|---|--|
| <p>Volum e I</p> | <p>tomassem ás mãos ao Capitão mor e Cabos de guerra para os ter em seu poder vivos, para sua gloria e Jactancia (...) e vendo ella ser de Côres pardo, a que ella a todos deste genero reputava por suas peças, dizendo serem filhos de suas Escravas lhe mandou acabar a vida (...) página 352</p> <p>(...) este fidalgo era parente mui chegado da Rainha Ginga por sanguinidade, ao qual no principio se mostrou aspera para elle por andar em serviço de muene puto (...) mas como o Sangue não se quer rogado, logo dahi a pouco fez muito cazo delle, dando-lhe o melhor lugar e Cargo de sua corte, que foi o de muene Lumbo que he o que tem conta da Caza Real e guarda as couzas de mais estima della (...) página 353</p> <p>(...) contavão os nossos prisioneiros que lá estavão a ostentação com que em aquella grande caza recebia os Embaixadores, principalmente os del Rey de Congo, que a esse só tinha por seu igual (...) página 412</p> | <p>(...) Zingha-n-Bandi-Angola, ottauo rè di Matamba hebbe, l'anno 1582 (fecondo il computo europeo) da Ghenguella Cancombe, fua concubina, vna figliuola, à cui diede il proprio nome di Zingha, ò N-Zingha, come da gli abbondanti fi proferisce. Coffei dal ventre materno vfcj con certi fegni, che gli aurupici (à quali prestano intiera fede gli etiopi in fomigliuoli occorrenze) interpretarono per infausto augurio (...) che mostro di fieraza farà coffei; guai à chi farà fotto il fuo gouerno (...) página 601</p> <p>(...) peroche estratogli in cuore vna fiera fofpizione, che Zingha, Cambo, e Fungi fue sorelle, e l'vnico nipote, figliuolo della fteffa Zingha, poteffero col tempo difturbargli l'affoluto poffeffo del regno, à questi fpietatamente leuò la vita (...) e tolfe loro la fperanza di concepire mai più (...) La principessa Zingha, altamente offefa giurò, che fino all'vltimo fiato non haurebbe pace, col fratello homicida, nè con quanti da lui dipendeffero (...) attizzando i carboni dell'ira, vn'irreconciliabile</p> |
|----------------------|---|--|

(...) E para que se veja o quanto esta Rainha Ginga era obedecida e respeitada de seus Vassallos, que reputava a todos por seus Escravos (...) recolheu a dita sua Irmãa para seu Palácio: havendoa tido com sigo alguns dias, pasou seu marido para onde ella estava (...) a levou para sua Caza sem o fazer saber á Rainha de que ficou mui alterada contra elle, e se fora noutro tempo lhe mandára logo cortar a Cabeça (...) vendo ella o que a Infanta sua Irmãa lhe dizia o castigou em pena pecuniaria (...) página 188/189

(...) e tambem dou a minha palavra que, tanto que chegarem os reverendos padres com a minha Irmãa, tratarey logo de deixar partir e criar as mulheres seus filhos, cousa que até agora não consenty por ser estilo de quilombo (...) página 502

(...) e já me considero com a prenda que desejo e com muita paz e quietação esses dias que viver que já sou velha e não quero deixar minhas terras, senão a minha Irmãa, e não a meus escravos (...) página 502

(...) Contudo são tão grandes os desejos que tenho de ver minha irmã, que tanto que ela chegar a esta minha Corte, darei logo licença ao dito Jaga para que se vá com o Capitão Manuel Frois Peixoto (...) página 503

(...) para nellas estar seguro das correrias e assaltos da Rainha Ginga, herdeira de seu pay Angola Aquiloangi, Rey deste Reino de Angola, que lhe desejava beber o sangue, por ser do partido dos portuguezes, e ella o reputar por não legitimo, por ser filho de *mocama*, que erão as damas concubinas (...) página 156

(...) lhe foi promettido o titulo de rey de Dongo, de que era já senhor da mayor parte, aggregandolhe mais alguns sovas da nossa conquista do Rey de Angola e de sua filha, a Rainha Ginga, que ella havia deixado, ou por força ou de votande,

abborrimento à bambini mafchi, quafi odiaffe nella differenza del feffo quell' affetto per cui fenti tanto cordoglio, quando l' vnico fuo pargoletto, dell' empio le fù rapito (...) página 602

(...) che arriuaffe in Loanda il nuouo gouernatore, D. Gioanni di Correa, e Sofa, caualiere di gran merito, e di rifpetata bontà, rofoluette preuenirlo con nuoua ambascieria, deputandoui la fopradetta Zingha fua sorella (...) fdegnata per la crudeltà vfatale, quando le vccife il figliuolo, chiamatala à fe, efprefse con termini di fcufa il proprio cordoglio per lo paffato trafcorfo (...) doue la dichiaraua mediatrice di perpetua confederazione trà portoghesi (...) página 603

(...) ella per più decoro dell' ambascieria affunfe, oltre il nome proprio de Zingha-n-Bandi, il titolo di gambelle, che vuol dire, spiegatrice de' concetti dell' ifteffo ré (...) página 604

(...) fenza motiuo imaginabile, anzi fenza conferirlo nè meno à Donn' Anna fua sorella, che forse se ne lo haurebbe diffuafo, moffe guerra à portoghesi (...) página 608

(...) nom hebbe altro fcampo alle fue deplorabili anguftie, che il morire di veleno, fomminiftratogli (per quanto ne corfe il grido) dalla fudetta fua sorella; la quale, quantunque con apparente cordoglio procuraffe incolpare altri del commefso fratricidio, , diede però à diuedere, che le offefe in vn cuore di femina rifentita profondamente refanno incife (...) página 608

(...) affunfe con le regali infegne il carattere di regina di Matamba, e Dongo, ò fia Angola, fotto titolo di conferuarlo al vero erede (...) fece indiftinto macello di tutti coloro, che penetrata la di lei intenzione, moftrauano renitenza di aderirui (...) Trà coloro, che fperimenterono quanto vaglia in cuore di Donna regnante lo fpirito di efferata gelofia, vno fù il nipote di lei, figliuolo di Ngolambandi (...) fe l' asfuta femina, morto che fù il fratello, fimulando eftimea premura di refituirgli il regno (di cui, diceua ella, di hauet prefo vn' apparente poffeffo, per

alongandose das armas portuguezas (...) página 157
(...) até o reino de Matamba e quilombo de Ginga, de que hoje he senhor e rey Dom Francisco Gutterres Angola Canini, descendente por sanguinidade de Angola Aquiloangi e Gola Ambandi, reys antigos de Angola, e de suas ultimas possuhidoras, Dona Anna de Souza Ginga e de Dona Barbora da Silva, filhas e irmãas destes reys (...) página 207
(...) só o que nos resta explicar ao curiozo leitor he em como dona Anna de Souza, chamada pello appellido da terra Ginga, antes de se reduzir á nossa santa fé catholica, se fez jaga, ella e todos os seus, sahida que foi dos reinos de Angola e Dongo; e como trouxe em seu servico á nossa opposicao alguns quilombos de Jagas, tomou e abraçou seus ritos e costumes; e com suas manhas e astucias se apoderou do Jaga Caza, e Caiete, e Donga, que o erão de seu nascimento; e com elles e seus poderes fez opposição e guerra viva aos vasallos conquistadores destes reinos, e foi também guerreando pello sertão dentro, fazendo suas conquistas; e com ellas apoderandose de muitos senhorios, e terras, e entre elles do reino da Matamba, com ardil e esbulho de seus reys em que haviam entrado primeiro as conquistas dos nossos portuguezes vassallos da Coroa de Portugal (...) página 208

garantirlo da gli altri ingiufi pretenfori) non glie lo haueffe cauato dalle mani (...) Finfe ella di non hauere hormai più cuore per le fortune del nipote, mà di spafimare vinta da gli affetti verfo lo ftesfo giaga Kafa, e feppe con le lufinghe adefcarlo sì perfettamente, che alla fine coftui accordolle di prenderla in moglie (...) página 609
(...) feguitolla più credulo, che prudente, feco menando al macello il giouanetto prencipe; à cui nel feruore appunto della maggior parte de' fuoi vafsalli quell'empia Tefifone d'inferno tolfe la vita; gittando il cadauero à perderfi entro i gorgi della Coanza (...) diachiarofsi di hauerlo vecifo in vendetta della morte, che N-golam-bandi dato haueua vn pezzo fa al fuo innocente pargoletto (...) riferbando folo le due mentouate fue sorelle Cambo, e Fungi, ò come vogliamo chiamarle, Donna Garfia, e Donna Barbara (...) página 610
(...) abbracciando la setta de giaghi, volle farfi capo in efsa, affinche mediante la moltitudine de' feguaci (gente tutta difpreggiatrice della propria vita, e implacabile contro l'altrui) potefse più ageuolmente i fuoi penfamenti efequire (...) página 611
(...) attoficaua gli amori con eferne dmoftrazioni di vn'odio implacabile; fi che appagando i proprj appetiti, intimoriua gli ftefsi amanti, volendo perciò vederli in abbigliamentto femminile, qualora fi foggettauano alle ftrauaganze del fuo genio; indi fouente ne facrificaua parecchie copie, affinche ognuno giudicaffe quanto impenetrabili e incoftanti foffero i fentimenti del cuore (...) página 612
(...) In quefte tragedie per maggior empietà veniuano coftretti i genitori immergere il ferro nel petto de' proprj figliuoli, le madri fuenaar le figlie, e gli amanti fcambieuolemente ferifi, fin tanto che, verfando dalle piaghe il tiepido fangue, e il feruido affetto, terminaffero quel lagrimeuole fpettacolo con gli vltimi fofpiri (...) página 616
(...) Non lafcio mai inuendicate le ingiurue, eziandio fe folamente immaginarie, ò fuppoftte; foprattutto chi fparlaua delle fue azioni incorreua

nella pena capitale, e alcune volte la rabbia di coffei, non volendo ammettere che la colpa fosse di vn folo, fententiaua contro le popolazioni, e le prouincie intiere, portandoui improuifamente il ferro, e il fuoco à defolarle: il che fouuiemmi efsere accaduto à giorni miei contro alcuni popoli, tributarij de' portoghesi, folamente perche il signore di effi erafi dichiarato di non ftimarla più che l'altre donne (...)
página 616

(...) le forti proferamente di foggogare i popoli, rimanendone diftrutte le contrade, mentre alla fierezza di lei cadeuano facrificati i popoli, gente abietta, e fenza veruna ifperienza nell'arte di combattere (...)
página 621

(...) fofpettando ch'ella abbandonarebbe i loro riti, e confringerebbe ancor'efsi à fare lo fteffo, ordirono, e forse l'haurebbono effettuata, vn'empia congiura contro la di lei persona (...) Straniffimo fembraua à cattolici e à pagani queffo defforme accoppiamento di adorazioni, non potendo dirfi affolutamente ch'ella fingefse vn'eftrinfecca credenza, e ferbafse nel fuo cuore diftinta, e fincera venerazione (...) página 635

(...) All'arriuò in corte, la riceuettero i vaffalli, e le milizie con barbare apparenze di giubilo, e paffando effa per mezzo le guardie, fubito che vide la regina fua sorella, profitroffi tutta ful nudo terreno, preftandole quel profondiffimo omaggio, non meno, che fe ftata foffe vna delle più infime schiaue; indi permeffole l'accitarfi, e baciarle la mano (...)

página 645

(...) In queffo mentre vno valletto della regina recommi lettere di lei, e del P. Gaeta, le quali fuccintamente mi ragguagliauano, ch'egli era caduto infermo, e che folleccitamente andaffi à foccorrerlo. Ne diedi parte al fudetto gouernatore di Chittacci, accioche mi affegnaffe, conforme l'obbligo fuo, gente per mia difefa, deuendofi paffare à confini del giaga Caffange, il quale era nemico di Donn'Anna. Coflui in apparenza moftro di voler vbbidire à gli ordini della padrona, mà occultamente tenne concerto con le guide, che quando foffero al fiume Cuigy mi lafciafferi (...)

página 686

(...) La mattina, diuulgatofi il fatto, folleuoffi vn grande bisbiglio, altamente fantafucando la maggior parte del popolo, che in vna folenità tanto grande foffe accaduto queffo bel fpettacolo; laonde molti, per incapacità di ragione, erano in procinto di abbandonare la santa fede, e in vece de gli honori douuti alla fantiffima vergine, voleuano celebrare il tambo à i due defonti (...) Andai alla regina, e con effa difcorfi molto alla lunga, pretendendo ella di recidere il capo di queff'idra nafcente con feuera dimoftrazione, e io diffuadendola, che non auuenturaffe con la propria vita tutto il guadagno fatto fin'allora (...)

página 712

Livro
VI

Njinga Mbandi: dos seus contatos com as estruturas religiosas europeias

| | | | |
|-------------------------------------|---|--------------------------------|--|
| <p align="center">Volume II</p> | <p>António de Cadornega</p> <p>(...) morrendo com todos os sacramentos da santa madre igreja, assistindolhe até o último bocejo o padre capuchino e missionário apostólico frei João Antonio de Monte Caculo, mandandoa amortallar com o habito de São Francisco, que ela pedido tinha; e foi sepultada na igreja de Santa Maria de Matamba, que ela havia fundado (...) página 220</p> | <p align="center">Livro VI</p> | <p align="center">António Cavazzi</p> <p>(...) Appena l'hebbe ella veduto, che pofratafi in terra, grondante di calde lagrime ad alta voce le diffè. <i>Benvenuto il minifro del vero dio; ti ringratio, oh buon sacerdote, poiche fon certa, che mi rechi la fagrata grazia, mi rechi la pace, mi rechi il riposo.</i> Indi baciatole il croceffo, ch'egli immediatamente fi leuò dal collo, e le porfe, rizzoffi in piedi, e prefolo alla fua deftra, non ceffaua di ringratiarlo, perche à cofto di tante fatiche foffe venuto à confolarla (...) página 643</p> <p>(...) determinò fpedire il fuo primo segretario di stato, in qualità di ambafciatore, à piedi del sommo pontefice, accioche rendefse humiliffimo vafallaggio alla Santa Sede e impetrafse fpirituali aiuti per fe, e per gli fuoi sudditi (...) página 659</p> <p>(...) Paffati adunque vndici mefi, da che mancaua dalla corte della regina, inuitollo ella di bel nuouo, e v'andò nel mefe di maggio del 1659 volendo che io l'accompagnafsi ad Embacca, dal quale luogo inuiommi à Caffange. Giunto à Matamba ritrouò la regina applicata nella fondazione di vna nuoua città due leghe diffante dall'altra (...) douendo feruire per la fruttura d'vn tempio in honore della santiffima Vergine (...) página 669</p> <p>(...) Quefti portauano due lettere, vna del sommo potefice Alefsandro Settimo, rifponfiua à quella, che efsa fcrijfè già fino del 1657 à sua beatitudine, quando fpedi à Roma per fuo ambasciatore il P. Serafino da Cortona (...) página 686</p> <p>(...) Toccò à me di rimanere in fua vece appreffo la regina, la quale ricuperate intieramente le forze, conferì meco di volere con pubblica folemnità riceuere dalle mie mani il breue di noftro signore (...) página 687</p> <p>(...) Giunto che fui nella camera della regina, m'auuidi che il tempo della vita de lei volaua per terminare à momenti; laonde hauendole iddio conceduta perfetta fanità di mente, hebbi agio di confortarla, fuggerendole atti di carità, di contrizione, e di amore verfo il croceffo, che fin' all'vltimo tenne frà le braccia: le diedi l'eftrema vnzione; le raccomandai l'anima, rifpondendomi ella più che</p> |
|-------------------------------------|---|--------------------------------|--|

poteua, con fingolare diuozione, e intrepidezza; finalmente à 17 de decembre 1663 sù lo fpuntar dell'alba, in età di circa ottant'vn anno, fenza pena di agonnia, placidamente pafsò all'altra vita (...) página 717

| Njinga Mbandi: da sua ação política-organizativa | |
|--|---|
| António de Cadornega | António Cavazzi |
| <p>(...) o Capitão mór com o seu exército rendeu as ilhas de Quidonga, afugentando a Rainha Ginga com os seus ferozes jagas (...) página 144</p> <p>(...) Incorporado que esteve o Capitão mór com o Rey de Dongo e sua guerra e a de outros Sovas nossos Vassallos marchou em busca da Rainha Ginga nossa inimiga, dando pello caminho alguns assaltos em alguns Sovas do seu partido, e por mais que erão enqueridos os que se apanhavam para dizerem a parte certa em que estivesse, já mais o quizerão descobrir, ainda que os chegavão a tormentos, guardando Lealdade a sua Senhora, e lhes parecer que se o descubrissem morrerião logo (...) página 148</p> <p>(...) sabendo a Rainha Ginga Dona Anna de Souza que era chegado o governador e foi correndo a fama pela terra dentro que trazia muita gente de guerra, e como o governador lhe havia escrito sobre entregar a gente fugida dos Vassallos Portuguezes e sobre outras conferencias, respondeu por seus Embaixadores vindo com suas cartas ao governador mandandolhe um mimo de peças e outras para o bispo e ouvidor geral (...) página 209</p> <p>(...) daquela Ardiloza como Valeroza Rainha Ginga Dona Anna de Souza, a qual depois de se apoderar do Reino de Matamba (...) com a conquista que nelle havia feito, se não descuidava em fulminar trayçoens com os Sovas Vassallos del Rey nosso</p> | <p>(...) Era ftato il conte improvuisamente affalito da poderofu efercito della regina Zingha, che da lui offefa, per non sò quale ftrapazzo di parole, e di fatti, pretefe rifarfene à qualunque partito: mentre adunque confederata ella con gli olandefi contro la corona di Portogallo, per efferle ftato tolto il regno (fi come più diffufamente diraffi altroue) tratteneuafi col feguido di molta gente nel territorio di Coanga, vicino à Maffiangano (...) Libro quarto, página 440</p> <p>(...) gl'incatenarono tutti trè, e li conduffero prigionì alla regina; la quale accampatafi quatro miglia diftante da Ouuando, haueua còceduto il facco di tutta la prouincia alle fue soldatefche (...) libro quarto, página 441</p> <p>(...) Mà quando per gli affari della mifione gli conuenne ritornare in Europa, immediatamente auuifonne la regina Zingha, la quale da quel punto, che li capuccini entrarono nelle di lei contrade, haueua ftabilito valerfi di vno di loro per fuo ambafciatore alla corte di Portogallo e à Roma: laonde la premura da lei moftata in volere la pace temporale del fuo regno, e la fpiriuale della propria cofcienza, mi dà fondamento di credere, ch'ella haurebbe molto prima effettuato il fuo defidero, fe da varij accidenti, che altroue defcriueremo, non ne foffe ftata alquanto difturbata (...) libro quarto, página 497</p> <p>(...) vn'altra lettera fcritte pur'ella fteffa alla congregazione degli eminentiffimi de propaganda fide, nella quale fppecificaua il defiderio, che le foffe inuiato di opera euàgelici dell'ordine de' capuccini (...) libro quarto, página 498</p> |
| Volume I | Livro IV |

Senhor, fazendoos rebellar contra a Nação Portuguesa, mandando seus Embaixadores ao Flamengo á Cidade da Loanda com suas dádivas, fazendo com elles Confederação (...) se foi apoderando dos mais Sovas Dembos; huns por medo de suas Armas, outros pellas não experimentarém, lhe renderão adoraçoens como a sua Rainha e Senhora (...) páginas 293-294 (...)

Com esta Victoria alcançada por esta nossa inimiga, que dezejava beber e derramar todo o sangue Portuguez, ficou muito soberba e Ufana, tendo conseguido nesta occasião o que nunca o seu dezejo havia alcançado (...) página 353 (...)

despois que foi o nosso poder marchando para baixo, entendeu aquella Rainha, como ao despois se soube, que levava outra derrota: com tudo a tinha o Diabo enganado ou seus adevinhos feiticeiros, assegurada em a Victoria contra a guerra Portugueza que os seus do Diabo mimos e favores servem só de pôr num precipicio aquelles que melhor o servem e adorão (...) página 399 (...)

e nos mostrou este dito Negro daquelle alto aquella valeroza Amazona e Rainha Ginga em um outeiro de baixo de grande Chapeo de Sol (...) bem se devizava a sua pessoa estar vestida a modo de guerra com divizas e apparato, entre hum Embululu ou batalhão de gente de sua guarda, que são os mais moços; e dali tinha disposto toda a sua guerra como se fora hum valente Generalissimo, tomando ella a Vanguarda e accomettimento do nosso Exercito com seis Flamengos com que de presente se achava e muitos Empacaceiros com Armas de fogo que elles Capitaneavão (...) página 405 (...)

Soube-se depois que foi tão ardilosa e astuta aquella Rainha Ginga, que não quiz retirar-se pellas pontes porque não fosse seguida e lhe pudessem dar alcance, nem foi em

Livro
V

(...) In Loanda, il magistrato col feugito della cittadinanza, trouofsi à riceuerla nell'ingreffo delle mura, doue con replicate falute di tutta l'artiglieria la facutarono le milizie (...) página 604 (...)

e fcorrendo collocata del primo luogo vna sedia di velluto con trine d'oro, per Don Giovanni Correa de Sofa (...) e in faccia à lui due cufcini (...)

all'vfanza de' principi di Etiopia, fermtafi alquanto, mà fenza punto difturbarfene, ò dire vna fola parola, volgedo lo fguardo, fè cenno ad vna delle fue damigelle, la quale, prontamente incuruatafi con le mani à terra dietro la padrona, le feruì di scabello (...) página 604 (...)

e ella all'incontro validamente prouando che quefta pretenfione poteuafi efigere da gente foggiota, mà nonn già proporre à coloro, i quali volontariamente efibifcono fcambieuole amiczia (...) página 605 (...)

Terminati i difcorfi, mentre il gouernatore le ftaua del pari, accompagnadola (come à principessa fi conueniu) gentilmente auuifolla, che l'accennata damigella non per anche moueuafi dal fuo pofto, che perciò le piaceffe di permetterle il leuarfi da quella ftrauagante foggezione: mà ella, che con arte haueua vfato quel rito, rifpofe à quefta vfficiofa iftanza, con dire, che lafciaua colà quella fua feruente, non già per inauertenza, mà perché all'ambafciatrice del fuo rè farebbe ftato didiceuole affetarfi la feconda volta, doue fedette la prima; e che non effendo per mandarle in altre occorrenze fomiglieuoli sedie (...) página 605 (...)

Rimoffi gli oftacoli, che poteuano dirturbarle l'intiero pofsefo dell'vfurpato regno, non rimafe à Zingha altro pensiero, che di allargarne i termini. Pofti adunque in oblio i beneficij, per gli quali doueua molto à portoghefi, e ftruzzicata dall'ambizione, più che perfuata dall'honelfto, determinò à titolo delle antiche pretenfione inuadire, defolare, e manomettere tutta quella parte, che da effi era poffeduta (...) página 611 (...)

Vno de' tiri politici di quefta nazione, (che nelle induftrie non hà

Companhia de nenhuma sua guerra rota naquela ocazião; antes lhes havia ordenado que havendo ruim successo cada hum seguisse diferente derota, fazendo muitas quicocas que são caminhos, para que lhe não dessem na trilha, e ella com aquelle seu magote do seu embululu, com que se nos poz a vista se retirou pello mesmo caminho que a nossa guerra e exercício havia levado (...) e era já costumada a dar boas carreiras porque não tratava mais do que pôr sua pessoa em salvo, mas que perdesse quase tudo o que possuía, só por se não ver em nossas mãos prisioneira (...) páginas 410-411

(...) os nossos amigos Holandezes querião agradecer tanta áquella Rainha, que até Flamengas lhe mandavão lá, para ella com isso ostentar sua grandeza, e mostrar áquelles poderosos Sovas Dembos onde tinha o seu Assento e Quilombo, que até aquelles inimigos de mar em fora lhe erão tributários, e obedecião a seus mandados (...) página 413

pari) fù il dichiarare, che coffei, per hauer abbandonata la cattolica fede, foffe decaduta dal regno, che perciò i fuoi vaffalli, come affoluti dalla foggione, non doueffero più obbedirla: quindi, effendoui fempre de' malcontenti, ageuolmente ne tirarono gran parte nella loro fentenza, accoftandofi quefti ad vn tale Ngola-Aarij, acclamanto per opera de' medemi portoghesi rè di Dongo (...) Propofero adunque alla regina nuoui trattati di confederazione, promettendo à nome della corona di Portogallo, di rimetterla in pacifico poffeffo delle fue prouincie; di acchettare il di lei competitire; e di affifterla contro qualfiuoglia de' fuoi nemici; fol tanto che, in contrapoffo di sì grandi offerte, riconofceffe con annuo tributo il gran beneficio, che le veniuu fatto. Alteroffi ella fuor di modo à quefte propofite, ftimando graue ingiuria il pretendere omaggio da vna principessa affoluta e indipendente; e rifpondendo, che fomiglianti pretentioni rifuoteuanfi con l'armi alla mano (...) página 618

(...) Allora i portoghesi, veggendola in quefta fua determinazione perfiftere, e difperati tutti gli altri partiti, tentarono di pereuenirla con aperta guerra; perloche ragunato vn competente efército di gente difciplinata nell'armi (...) fcorfero le riuè della Coanza (...) e certamente quando la mofchettaria cominciò à fulminarli, effendo effi inermi, ignudi, e fenza corfaletti (...) e di chiedere qualche accordo. Fù conceduta la tregua, e frà i due generali fi conuenne che la regina, dentro il termine di dodici hore, rifoueffe di darfi vinta (...) Confultofene ella col fuo singhilla, inuocando lo fpirito del fratello Ngolambandi, da cui hebbe rifpoffa. *Che l'arrenderfi à portoghesi le coftarebbe l'intiera perdita della libertà; e non difdirfi in quel frangente cedere poco terreno à nemici fuggendo, per combatterli, e debellarli altroue (...)* Quindi, hauendo, mediante il facrificio di quator dici donzelle di fua corte, ringraziato lo fpirito, e varcare nel buio della notte, per la parte men guardata, l'acque del fiume, rocourandofi nella prouincia di Oacco,

delufe il difegno de' nemici (...) página 619-620

(...) I portoghesi intanto fauiamente antiuedendo, che il periodo di questa guerra trà Zingha e il giaga terminarebbe in qualche mutuo accordo frà loro due (...) determinarono in pieno configlio di opporfi per via di trattati alle imminenti ruine, con ipedire alla regina e à Caffange due ragguardeuoli soggetti (...) página 622

(...) pafsarono i due portoghesi ad Vmba, prouincia della fteffa Matamba, doue nel fuo chilombo dimoraua la regina Zinga (...) conchiufe ella, che per riputazione della propria dignità, le metteua conto perfiffere ne gl'impegni non folamente della guerra, mà eziandio della setta giagha, nella quale, efsendo da molti anni vifsuta, fondaua tutto il fuo capitale (...) Don Gafparo (...) à proporle, che mitigafse oggimai el genio guerriero, e che depofte l'armi donafse la pace à due regni (...) cadendole in acconcio di vfare la confueta fagacità, finfe ella di arrenderfi, e ripigliato il difcorfo, parlò con afsai più fima intorno alla potenza de' fuoi nemici e al valore de' portoghesi, mostrandofi conuinta dalle ragion nuouamente prodotte, in riguardo delle quali prometteua, defiffere da qualunque attentato (...) página 623

(...) Quefti improuifi moti di guerra, e nuoue turbolenze, rappredentarono al cuore di Zingha il tempo opportuno per la vendetta, da lei molto tempo ruminata contro i portoghesi, à cagione dell'ingiuria pretefa, fin quando conferirono in onta fua, à Ngola-Aarj la dignità di re. A tal'effetto adunque congratulandofi per folenne ambafciata con gli olandesi de' loro progrefsi, efibi le proprie forze à foftenerli, fol tanto che la volefsero compagna delle medefime auenture (...) página 624

(...) Così propofe ella, e gli eretici di buona voglia accettarono le inafpettate offerte (...) página 625

(...) chiederono di attaccare Maffangano, e l'ottennero in loro mal punto, perche la riufcita non corripofe al pronofico, anzi perdatuai moltiffima gente, vi rimafero prigioniere le due principeffe Cambo, e

| | |
|--|--|
| | <p>(...) mandou um grande presente de peças para alcançar o que pretendia: que dádivas quebrantam penhas; sem embargo que este resgate, que foram como se disse algumas cem cabeças de escravos, se carregou o seu valor em a fazenda real. E chamado a conselho sobre matéria de tanta importância senado da câmara e cidadãos de experiência desta conquista que em semelhantes coisas podiam ter voto, e algumas pessoas doutas; o que ventilado e discutido em sala publica, lhe foi concedida a paz e amizade em nome de sua majestade com condição que havia de viver católica como manda a santa madre igreja de Roma, e ter em seu reino e quilombo quem o administrasse dando lugar e todo o favor para a propagação da santa fé católica, e que não falaria nas coisas antigas e já passadas entre a coroa de Portugal e seus vassallos; e a de Angola e seus súditos, nem tão pouco nos escravos antigos fugidos aos portugueses mais que daqueles que para seu reino e quilombo tivessem ido de dez anos a esta parte; e que entregaria o jago Calandola com todo o poder com que fugiu de Enbaca para seu quilombo; o que tudo e o mais que houve consta da capitulação que se então fez, se há novas dela e o tempo não a tem consumida (...) página 82</p> <p>(...) S. Correia em fim de 1648 tentou fazer as pazes com a</p> |
|--|--|

Volume II

| | | | |
|---------------|---|---------------------|--|
| | <p>rainha Njinga mandando-lhe ao capitão-mor Rui Pegado como embaixador com duas cartas, uma de D. João IV e outra dele e presentes; que a rainha não respondeu e que Sá Correia lhe tornou a escrever em 13 de abril de 1650, tendo a rainha respondido a esta carta em 10 de dezembro do mesmo ano. A rainha levada pelos seus principais não se submeteu aos portugueses (...) página 480/481</p> <p>(...) No que toca as duzentas peças que V. S^a me pede pelo resgate da minha irmã Dona Barbara he um preço muito rigoroso, havendo eu dado as peças que V. S^a já deve saber aos governadores passados e embaixadores (...) página 503.</p> | | |
| <p>Volume</p> | <p>(...) vindo descendo pelas ilhas da Quindonga, onde foi a rota e desbarato da Rainha Ginga, Dona Anna de Souza, pello Capitão mor do reino e gente de guerra, que então era Bento Banha Cardozo, governando a estes reinos Fernão de Souza (...) página 158</p> | <p>Livro VI</p> | <p>(...) Aggradi fommamente la regina quefti vffizj, e diede fperanza di arrenderfi à confegli del Correa; pofcia, letto il foglio del rè, rifpofoe con molta fommiffione, dichiarandofi obligata alle cortefi offerte, che à fuo nome le haueua fatte il nuouo Governatore, e ritorcendo la colpa de' proprij exceffi fopra i mali trattamenti di D. Fernando Sofa, mà di leuarle ancora il regno, transferendone, indebitamente, e fenza veruna facoltà, il titolo, e l'inueftitura nella perfona di Ngola-Aarij fuo vaffallo. In rifretto fupplicaua la maefità del rè à farle mercede di ogni affitzenza, afficurandolo di fottometterfi nuouamente alla legge del vero dio (...) página 631</p> <p>(...) Affiteuano alla fua reale persona (conforme lo file de' principi) due configli, vno fopra gli affari concernenti alla religione e alla cofcienza, quantunque idolatra; e l'altro fopra quelli che fpettano alla guerra e al governo politico (...) página 636</p> <p>(...) Crefcendo frà tanto nel cuore di lei, con la fpirituale contentezza, il buon defiderio di effettuare i proponimenti, mediante la pace, fpedi al gouernatore di Loanda vna folenne ambafciata, pregandolo, che pofiti in oblio i paffati trafcorfi, e eftinto il bellico incendio, la riceueffe in</p> |

III

amicizia col suo re; e rilasciaffe Donna Barbara, l'vna delle fue sorelle rimaste prigioni de' portoghesi; giache l'altra haueua pagata la pena del suo attentato: mà sopra tutto che trametteffe à fuoi stati qualche miffionario capuccino (...) página 639

(...) Afcoltò ella quefte ragioni, mà il defio di vedere la sorella le inquietaua il cuore (...) Della qual cosa auuifato il Correa, fpedi fegretamente vn corriero al P. Gaeta, affrettandolo, che fenz'attendere la partenza della principessa andaffe, attefoche la regina ftuaa in punto di rompere gli accordi, ond'era neceffario compiacerla per all'ora in quello fi foffe potuto (...) página 642

(...) In quefta guifa difpofta la regina, e dileguate à poco à poco dalla mente di lei tutte l'ombre, e diffidenze, non ammettendo più le perfuafioni di coloro, che abborriano, il folo nome di pace, mandò fpeditamente ducento schiaui (...) página 644

Desejos da rainha Njinga Mbandi após da sua morte

Na obra do padre capuchinho António Cavazzi, no seu livro sexto (páginas 714, 715 e 716) o autor inclui aquelas que seriam as disposições finais da rainha perante a iminência da sua morte:

714 LIBRO SESTO.

Richiamato per assistere alla Regina gravemente inferma.

Suo miglioramento per intercessione di Maria Vergine.

Suoi pensieri di morte.

nell' estreme vrgenze alla Regina, non tanto perche ella vnicamente in me confidaua, quanto perche gli altri due Capuccini miei Commisionarij essendo caduti infermi; non poteano seruirle: Entrai adunque in Matamba il seguente Mese; cioè à 14. d' Ottobre, e visitando questa pouera Signora, la vidi aggrauata da infiammazione di fauci, e di petto, à tal segno; che stentatamente articolaua poche parole con voce molto sommessa, & interrotta. Accostatomi per consolarla, mi souenne di suggerirle; come vn' altra volta il P. Gaeta l' hauea guarita, mediante il ricorrere all' intercessione di Maria Immacolatissima! L' auuiso fu gradito, e l' effetto grazioso, perche, doppo celebrata la Messa, haueudole recitate alquante orazioni; & appesa al collo vn' Immagine di essa Vergine, si sentì immediatamente migliorata, e con voce distinta magnificò la sua Liberatrice: Del quale stupendo auuenimento rimasero ammirati i circostanti; & io presone il motiuo, dichiarai loro il merito di vn' a vera fede; e quanto sia efficace la protezione de' Santi, singolarmente della Regina de' Santi appresso Iddio; perloche, inginocchiati tutti à terra, protestarono di credere fermamente quanto io haueua detto; e che in quel punto l' eleggeuano per loro particolare Auuocata.

107 Passati alquanti giorni, offeruauo questa Signora molto fissa ne' pensieri di morte; e fuor del suo costume distratta dalle applicazioni mondane; laonde per solleuarla introduceuo discorsi, che ben sapeuo essere stati altre volte confaceuoli al di lei genio; mà ella, senza diuertire ad altra cosa, fuoriche al suo fine, soleua rispondermi. *Auuscinarfi l' hora del disinganno, e che doppo la morte improuisa di que' due mentouati poc' anzi, non poteua adulare quell' opinione nudrita sin' à quel punto d' hauer à viuere molto piu de gli altri. Che diranno (soggiungeuami ella) che diranno coloro, che mi teneuano per immortale, e lusingauano la mia naturale robustezza, reputandomi per Dea? Eh Padre! Conosco che son carogna, come gli altri, e fuor di questa salma di vermini, non mi rimane se non vn fascio di colpe da essere giudicate dauanti al Tribunale di Dio. Morirò, perche se bene mi vedete in qualche buon stato, nulladimeno sento di non esser guarita, per sopruiuere!*

168. *Incréscuami l' infermità della Regina, mà molto più il sospetto di affrontare mille opposizioni circa il mio ministero, à cagione di vn reo costume del Paese, di cui per esperienza era informatissimo; peroche in Imbuilla il Signore di quella Prouincia, il quale molt'anni era vissuto da esemplarissimo Christiano, ridotto poscia all' estremo de' suoi giorni fù da Corteggiani assediato con tanta impertinenza, che per quanto egli chiamasse aiuti spirituali, & io m'attacendassi, interdussero onninamente il soccorrerlo; lasciandolo spirare l' Anima, priua di Sacramenti, e di Sacerdoti; e di ciò non contenti, vollero al dispetto di lui, che ne hauea fatto cento protette (come si rifebbe doppoi) sepellarlo secondo il rito de' Giaghi, adducendo che se gli conueniu per rispetto de' suoi Antenati. Da questi, e simili accidenti auuertito, oltre l' esfermì noto, che i Rè, & i Principi di queste Contrade non possono disporre cosa immaginabile, nè meno intorno alla propria persona, senza ricercarne prima il parere da loro Consiglieri, mi ritrinsi con essi; per indagare quello, che disegnassero nella morte della Regina, e per abbattere qualsiuoglia attentato; tanto più ragioneuolmente, quanto che haueuo notizia del mal' animo di alcuni, i quali, benchè per tema della loro Padrona, mostrassero apparenza di Christiani, contuttociò di soppiatto biasimauano i Statuti della Chiesa, lasciandosi intendere con diuerse metafore, che à suo tempo confortarebbono i Popoli; riducendo ogni cosa nella sua pristina forma. Parlai adunque, & apportando per fondamento le inclinazioni della Regina, dissi, non euer cosa conueneuole disturbarla ne' giorni estremi di sua vita; mà bensì douerla ogn' vno compiacere di qualunque dimanda. In fatti hebbi ottime parole, larghe promesse, e sicuro pegno, che non mi sarebbe accaduto contrasto veruno. Nulladimeno la naturale doppiezza di coitoro, che hanno per nulla il mancare di parola; teneuami sospeso, e obbligauami à preuenirli con adequate cautele; che perciò venuta l' hora di dare il Santissimo Viatico all' Inferma, entrai nella Stanza; & haueudola sacramentalmente riconciliata; conferij con essa lei tutti quei punti; à quali stimauo, che fosse tenuta di prouedere, poscia dato il segno, celebrata la Messa nel suo Oratorio di S. Anna; le portai l' Osta Sacrosanta; mà nell' ingresso, chiamati quattro principali, che doueano per proprio vizio esquire l' vltima volontà della moribonda, intirai loro, ch' entrassero, per vdirè dalla bocca di lei le sue detèrminazioni. Entrati che furono; ella da te stessa, senza che lo suggerissi nè ui motiui; chiestami licenza di parlare; si lasciò apertamente intendere in questa forma: *Chè ringratiaffero Iddio di vederla morire con vn vero sentimento di Cattolica Religione, per cui vltimieri sopravuierebbe; affine di sostenerla, e dilatarla nelle sue Prouincie, e fuora di quelli angusti confini; quando**

Principi Etiopi dipendono da loro Consiglieri in materie spirituali; se ne adduce l' esempio.

Missionario parla francamente à quelli della Regia, acciò non disturbino nel prestare aiuti alla moribonda.

La Regina parla a Consiglieri prima di morire.

La Regina parla a Consiglieri prima di morire.

Iddio (al voler del quale si conformaua) non l'hauesse chiamata all' altro Mondo: Dispiacerle sommamente di non lasciare alcun figliuolo, perche bramaua, che in sua vece qualcheduno hereditasse il zelo, che interiormente si sentiuua per l' honore di Sua Diuina Maestà, dauanti al di cui tremendo cospetto, si come fermamente sapea di douer essere frà poche hore costituita, per render conto di se, e del suo Regno, così detestaua le passate colpe, la mal menata uita, e tutti i riti de' Giaghi, protestando di abborrarli, come enormi, empj, bestiali, e diabolici: dolersi di hauere imbrattata tante volte l' Anima propria con lo spargimento del sangue humano; di hauere condotte al macello tante Creature di Dio; e di essere stata l' unico scandalo, l' unica dannazione di tanti Popoli. La difficoltà del respiro le interruppe alquanto le parole; mà fattomi cenno di voler proseguire, e ripigliato vn poco di vigore; riuolta al Tendala, ch' era il suo primo Ministro, e rimanea Vicerè; gli soggiunse: Che ritrouandosi in buon stato, & in pace il Regno, cercasse con ogni possibile premura di manteneruelo: al qual fine giouarebbe sopra qualunque altra diligenza il difendere vigorosamente la causa di Dio, tenendo lontani i di lui nemici: raccomandarle per tanto i Sacerdoti, & i Missionarij, perche dalla vigilanza, e pietà di essi dipendeva la salute, & ogni prospero auuenimento de' Vassalli; incaricarne la di lui fedeltà, e quella dell' Interprete, poiche à questi toccaua esplicare i sensi del Catechista, e la dottrina di Christo. Finalmente quanto à quello, che appartenena alla propria Persona, essersi di già abbandonata nelle mani del suo Confessore (precisamente nominandomi) laonde circa la sepoltura, & i funerali nessuno osasse disporre, se non quel tanto, che da esso ben capace della sua mente venisse ordinato: Ciò detto, riuolgendogli occhi grondanti di lagrime verso la Pisside, richiese che gli mostrasi il suo Signore, à cui con diuoto affetto, rinouate le protette, ad dimandò perdono di hauerlo offeso, e grazia di morire, e di essere sotterrata secondo il vero, e santo rito della Chiesa Cattolica. Singhiozzauano gli astanti, e ben conobbi, che le interne fiamme di questa moribonda riscaldauano i cuori di chi ascoltaua le di lei parole; laonde finita la funzione; amplificai anch'io sopra il presente soggetto la misericordia di Dio, e la consolazione di quelli, che à lui, senza perder tempo, totalmente si donano. Reficiatasi col Pane de' gli Angeli, prese vn poco di riposo; ed intanto i Ministri, usciti dalla Camera, conferirono alla lunga intorno alla successione del Regno: mà, prima di determinare altra cosa, spedirono con grande premura ordine preciso à tutti i confini, che si armassero le Milizie, per impedire la fuga à Schiani, & à molt' altri ancora; i quali, per tema di essere sacrificati nell' esequie della Regina; disegnarono mettersi in saluo: si come le stesse Damigelle di Corte, da questa torbida apprensione inconsolabilmente agitate, ricorreuano à me,

Proibisce
che, doppo
morte non si
le faccia il
Tambo.

Affetti del-
la moribon-
da Regina
nel prende-
re il Santis-
simo Vatici-
co.

Pronun-
ziò per impe-
dire la fuga
de' Schiani.

Timore
di alcune
femmine di
Corte.

affin-